

JONAS BALBINOT

**Relações de Poder:  
Getúlio Vargas e Borges de Medeiros  
(1922-1928)**

Passo Fundo  
Junho 2008

JONAS BALBINOT

**Relações de Poder:  
Getúlio Vargas e Borges de Medeiros  
(1922-1928)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Janaína Rigo Santin e co-orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Luiza Gobbi Setti Reckziegel.

Passo Fundo  
2008

*Para  
Valdir, Arlete e Mateus, fontes de  
conforto e revitalização.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço inicialmente aos professores do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo pelos conhecimentos e amizade necessária a continuação do sonho do mestrado. Aos professores pesquisadores com os quais tive a oportunidade de trabalhar e que me iniciaram na pesquisa histórica, Ironita, Astor e Lia. Ao professor Ismael Vannini, que ajudou ainda na escola Bardim a encontrar maneiras para percorrer os tortuosos caminhos dessa área de conhecimento. Aos amigos de Vanini: Felipe, Guilherme, Israel, Paulo, Rafael, Tiago, Vandro, Wilian, entre tantos outros, que inconscientemente apoiaram esta caminhada e que tornaram eternos os momentos de distração vividos juntos. Ao amigo Valcir pelas discussões entre uma viagem e outra. Aos colegas de trabalho da Escola Municipal de Vanini, por terem apoiado inestimavelmente a realização de mais esta etapa. Aos colegas mestrados por terem dividido comigo angústias, preocupações, alegrias e tristezas. À Adriana da Silva, Ana Paula Lima, Benhur Jungbeck, Rosângela Comasseto Pedroso, com os quais tive o prazer de conviver durante a graduação e mestrado e que foram além dos laços histórico-teóricos, desenvolvendo laços de verdadeira amizade e comprometimento. Ao Diego Dal’Bosco e Eduardo Knack, por terem dividido comigo a suas imensas capacidades, e especialmente por terem se tornado fiéis amigos. Ao Fernando Comiran, por viver, entender e discutir aquele universo regional tão comum ao qual fazemos parte. À Isaura de Moura Gatti por ter deixado de ser apenas colega e amiga e ter se transformado em irmã, sem laços sanguíneos. A professora orientadora deste trabalho, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Janaína Rigo Santin e a co-orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Luiza Gobbi Setti Reckziegel, que tornaram-se acima de tudo amigas e companheiras, sem deixar de lado a competência profissional e o valioso auxílio necessário desde o início até a conclusão deste trabalho. Bem como aos funcionários dos arquivos visitados pela prontidão com que atenderam as necessidades apresentadas. Agradeço especialmente a minha família pelo amor incondicional em todos os momentos, mesmo diante das ausências e desatenções causadas pela total dedicação a este objetivo, sendo sempre um lugar de reconforto, onde eram recarregadas as energias.

*O rio das eras corre sem interrupção*  
*Marc Bloch*

*As "histórias de vida" constituem os alicerces que estruturam os rituais de evocação dos mortos. Lembrar do morto é falar sobre ele, relatar seus feitos, discorrer sobre suas alegrias, suas angústias, seus amores, suas aquisições, suas insatisfações, suas frustrações, suas obras inacabadas, enfim, é evocar sua passagem pela vida na terra.*

*Regina Abreu*

## RESUMO

O presente trabalho se propõe a estudar o período de 1922 até 1928 analisando a trajetória política de Borges de Medeiros e Getúlio Vargas, traçando-se um paralelo entre a atuação desses dois políticos. Faz-se uma breve retrospectiva biográfica dos dois personagens, buscando entender sua formação no campo político: Borges de Medeiros nos chamados Republicanos Históricos e Getúlio Vargas na Geração de 1907.

Em 1922 Getúlio Vargas assume o cargo de deputado federal enquanto Borges de Medeiros assume o governo do Estado do Rio Grande do Sul pela quinta vez. Contrariando essa manutenção constante do poder as oposições entram em conflito com a situação. A revolta de 1923, e mais diretamente seu pacto de pacificação, iniciam um processo de quebra de poder de Borges de Medeiros, o qual é agravado com as mudanças na constituição federal, em que os poderes dos Estados são reduzidos.

Enquanto Borges de Medeiros vai gradativamente perdendo sua força na política gaúcha Getúlio Vargas vai se destacando, inicialmente na deputação federal e em seguida ocupando o cargo no ministério da fazenda, desenvolvendo sempre trabalho em defesa dos interesses do Estado, mas não deixando de ao mesmo tempo solidificar sua imagem com ações que o credenciavam a ser um político mais conciliador. A atitude por ele adotada diante das oposições causou boa impressão na política estadual.

Em 1927, quando aconteceram as eleições para presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros estava impossibilitado de concorrer pelo pacto de Pedras Altas. Por sua vez, Getúlio Vargas, devido à sua ação política, credenciava-se ao cargo. Logo, foi indicado ao cargo, mas não sem sofrer oposições.

Com a eleição de Getúlio Vargas marcou-se mais um importante passo no processo que mudaria os rumos da política gaúcha e nacional, o qual foi iniciado em 1923 e finalizado com a revolução de 1930.

**Palavras-chave:** Relações de Poder, Getúlio Vargas, Borges de Medeiros, História Política.

## ABSTRACT

The present paper work is intended to study the period from 1922 to 1928, analyzing the political trajectory of Borges de Medeiros and Getúlio Vargas and drawing a parallel between these politicians. A brief bibliographical retrospective on both of these characters is made, aiming to understand their formation in the political field. Borges de Medeiros in the so-called Historical Republicans, and Getúlio Vargas in the 1907 Generation.

Meanwhile, in 1922, Getúlio Vargas takes on the post of Federal Deputy, Borges de Medeiros takes on the government of the state Rio Grande do Sul for the fifth time. Opposing to this constant maintenance in power, situation and opposition get into conflict. The revolt of 1923, and more directly its peace pact, start a power breaking process for Borges de Medeiros, which is increased even more with changes in the federal constitution that diminishes the power of the States.

While, Borges de Medeiros gradually loses his power in the politics of Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas is initially highlighted on the position of Federal Deputy and straight after taking on the post of finances minister, always developing a work in favor of the State's interests, but at the same time not allowing his actions to define him as conciliatory politician. His attitude caused very good impression on the State's politics, mainly to the opposition, whom he used to have a moderate position.

In 1927, during the elections for State's President, Borges de Medeiros was unable to compete by the Pedras Altas pact. At the same time, due to his political action, Getúlio Vargas became confident to the post, and was indicated, without any sanction.

The election of Getúlio Vargas marked an important step in the process that would change the trajectory of the national and local politics, which started in 1923 and finished with the 1930 revolution.

**Keywords:** Power Relations, Getúlio Vargas, Borges de Medeiros, Political History.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AL – Aliança Libertadora

PF – Partido Federalista

PL – Partido Libertador

PRD – Partido Republicano Democrático

PRF – Partido Republicano Federal

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense

PRL – Partido Republicano Liberal



# SUMÁRIO

RESUMO.....	06
ABSTRACT.....	07
LISTA DE ABREVIATURAS.....	08
SUMÁRIO.....	09
INTRODUÇÃO.....	11

## CAPÍTULO I

BORGES DE MEDEIROS E GETÚLIO VARGAS: Princípios Políticos.....	27
1.1 – Ascensão política de Borges de Medeiros e Getúlio Vargas.....	28
1.1.1 – Republicanos históricos: a ascensão de Borges de Medeiros.....	28
1.1.2 – A geração de 1907: a ascensão de Getúlio Vargas.....	30
1.1.3 – 1907 - 1922: Afirmação de Vargas e confirmação de Borges diante da política.....	31
1.2 – Contexto político-econômico.....	36
1.3 – O PRR e as oposições.....	39
1.4 – As formas de manutenção do poder na república velha.....	48
1.4.1 – Apontamentos sobre o positivismo.....	49
1.4.2 – A constituição estadual de 1891.....	52
1.4.3 – A afirmação do castilhismo.....	55
1.4.4 – Traços do coronelismo.....	60

## CAPÍTULO II

BORGES DE MEDEIROS E GETÚLIO VARGAS: 1922-1923: eleições e revoltas.....	68
2.1 – Getúlio Vargas: deputado federal.....	69
2.2 – Borges de Medeiros: candidato à quinta reeleição.....	73
2.3 – A revolta de 1923.....	83
2.4 – A pacificação de 1923.....	95

### **CAPITULO III**

GETÚLIO VARGAS E BORGES DE MEDEIROS: 1924-1928 mudança de rumos.....	107
3.1 – Pós-pacificação e processo eleitoral.....	108
3.2 – Reforma na constituição a ação de Borges de Medeiros e Getúlio Vargas.....	116
3.3 – Getúlio Vargas no ministério da fazenda.....	121
3.4 – Mudança de rumos, Getúlio Vargas no poder.....	127
CONCLUSÃO.....	135
BIBLIOGRAFIA.....	139
FONTES DE CONSULTA.....	143
ANEXOS.....	144
Anexo 1.....	145
Anexo 2.....	148
Anexo 3.....	150

## INTRODUÇÃO

A análise desenvolvida propõe um estudo das relações de poder entre dois personagens importantes da cena política brasileira: Getúlio Vargas e Borges de Medeiros. A partir do estudo de suas ações na esfera federal e estadual, buscamos analisar o período de 1922 a 1928, espaço de tempo em que Getúlio Vargas atua como deputado federal, e Borges de Medeiros ocupa o cargo de presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Neste período ocorre uma mudança nos rumos do poder, em que Getúlio Vargas ocupa o lugar de Borges de Medeiros frente ao governo do Estado.

O estudo da história concentra-se na análise do homem e de suas formas de pensamento e expressão, inseridos no tempo. Em seu trabalho *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*, Marc Bloch nos diz que a história é a “ciência dos homens no tempo”.

A história e os historiadores buscam o estudo dos indivíduos e de suas ações no passado, ultrapassando a barreira dos simples fatos e acontecimentos, sendo estes rememorados e descritos incansavelmente sem que se tenha a percepção de que estes fatos e acontecimentos tiveram a participação de indivíduos. O historiador deve buscar o conhecimento além dos vestígios oferecidos por uma fonte ou por um determinado arquivo. Marc Bloch escreve que:

Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História, ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.p.53.

A concepção de história recém exposta teve seu início com a criação da Revista dos *Annales* no início do século XX, onde surge uma das primeiras formas de contestação à produção historiográfica desenvolvida até aquele momento chamada de positivista<sup>2</sup>. Que tendia a ser construída a partir de datas e fatos, uma história *événementielle*. Tendo por base o conhecimento interdisciplinar, a escola dos *Annales* agregou as mais variadas áreas do conhecimento, fazendo com que a produção historiográfica extrapolasse suas próprias margens, apoiando-se agora em outras áreas, como a antropologia, a sociologia, a ciência política, a lingüística, a psicanálise, entre outras. Além disso, a tendência que surgia buscava uma história total. Para Jacques Julliard essa proposta de história total desejada pelos *Annales* “[...] teve, entre outros méritos, o mérito de introduzir novamente os homens, com a sua carne e o seu sangue, numa história que parecia algumas vezes um teatro de marionetes”<sup>3</sup> Esses novos métodos, novas abordagens e novos problemas suscitaram novas maneiras de interpretar o passado e essas mudanças causaram uma certa resistência ao estudo da história política e a sua maneira de privilegiar o estudo dos heróis<sup>4</sup> e mitos, analisando as trajetórias individuais dos políticos e os fatos protagonizados por esses *grandes homens*. Sobre a ação desta história voltada a fatos Jacques Le Goff questiona:

Por acaso a história do homem cotidiano também não é tão significativa e dramática quanto a dos grandes homens? [...] A história das maneiras de se vestir, de comer por acaso não é tão sedutora quanto a das batalhas, das conferências internacionais e das peripécias parlamentares ou eleitorais.<sup>5</sup>

A crítica feita à história política diminuiu sua importância na academia. A partir das décadas de 1970 e 1980 a história política ressurgiu, chamada de *Nova História Política*, porém não da mesma forma. Volta ao cenário com um novo figurino, no qual os grandes heróis deixam de ser as únicas estrelas e passam a dividir o palco e as responsabilidades com o contexto histórico em que estão inseridos e também com as pessoas que os rodeavam. Da mesma forma, passa a exigir

---

<sup>2</sup> Para Francisco Falcon a denominação de história positivista é equivocada, pois são poucos os historiadores que seguem as teorias positivistas. “A rigor dever-se-ia chamá-la de historiografia metódica, já que era no método histórico que seus adeptos faziam repousar as garantias de cientificidade julgadas por eles indispensáveis ao verdadeiro conhecimento histórico.” FALCON, Francisco. História e poder. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.66.

<sup>3</sup> JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novas Abordagens*. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976.p.182.

<sup>4</sup> É importante entendermos, que o herói, era construído muitas vezes pela necessidade de afirmação e manutenção dos regimes recém criados, conforme José Murilo de Carvalho: “Heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva [...] instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico.” CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.p.55.

<sup>5</sup> LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 4ª ed. São Paulo> Martins Fontes, 1998.p.16.

uma problemática na pesquisa da história política conforme afirma Jacques Julliard: “A História Política como a sociologia política, tem [agora] a necessidade de uma problemática [...]”<sup>6</sup> A partir desse momento, o agente político não é mais o único centro das atenções. O indivíduo passa a ser encarado como capaz de mudar os rumos da história, entretanto, tal sujeito ou agente político, passa a ser entendido como condicionado por uma série de fatores conjunturais.

A história política passa a se caracterizar, portanto, de forma mais ampla, deixando de lado a antiga visão *événementielle*. Georges Duby escreve “Que o historiador não deve fechar-se em sua toca, mas acompanhar atentamente o que acontece nas disciplinas vizinhas.”<sup>7</sup> Agregam-se a ela novas variáveis de análise como, por exemplo, as eleições que passam a somar como fontes de muita importância, pois são a base do processo político nas sociedades contemporâneas. A opinião pública passa a pesar nos estudos da história política, pois cada vez mais a população se politiza, buscando participar das decisões. A mídia assume caráter crucial, pois expressa abertamente idéias de quem disputa ou exerce cargos políticos e traz, em outros momentos, críticas positivas ou negativas da própria sociedade. Outro ponto a ser discutido pela *Nova História Política* agora é a política externa. No mundo contemporâneo, cada vez mais os países têm sido influenciados em suas administrações e decisões por conselhos internacionais e por outros países, além da força da globalização que abre e rompe as fronteiras estatais. Os partidos assumem caráter de instituição e têm em seus filiados e recenseamentos, importantes fontes documentais. Por fim surgem novas metodologias no estudo das biografias, que não estudam o personagem isolado, mas sim inserido em um contexto.<sup>8</sup>

Vamos dar uma atenção especial a um fator que contribui para o estudo da história política: a biografia durante muito tempo foi considerada um modelo de história tradicional, levando em consideração os grandes personagens da história, mas esquecendo suas ligações com o mundo além política. A biografia, assim como a *História Política Tradicional*, exaltavam somente os grandes líderes e seus feitos, portanto a biografia assumia contornos de um *Curriculum Vitae*. Relegava seus estudos à vida cotidiana e às relações que o biografado mantinha durante sua vida. Para Pierre Bourdieu a biografia é a representação de uma história de vida, e esta vida é representada pelos acontecimentos da individualidade. Pierre Bourdieu escreve:

A história de vida é uma dessas noções do senso comum que entraram de contrabando no universo do saber; primeiro, sem alarde, entre os etnólogos,

---

<sup>6</sup> Id. p.190.

<sup>7</sup> DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.p.14.

<sup>8</sup> RÉMOND, op. cit.

depois, mais recentemente, e não sem ruído, entre os sociólogos. Falar de história de vida é pelo menos pressupor, e é muito, que a vida é uma história e que a vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história e a narrativa dessa história.<sup>9</sup>

Tal qual a história política, a biografia reaparece no cenário historiográfico, com outras metodologias interpretativas, deixando de tratar somente dos grandes feitos da vida de um determinado personagem, e passa a se preocupar com as relações que ele mantém com o contexto em que vive. Estuda o homem inserido numa conjuntura histórica. Conforme Benito Schmidt: “Esta volta da biografia está relacionada com a crise do paradigma estruturalista [...]”.<sup>10</sup> A biografia volta de cara nova, buscando dar uma visão não somente da ação do indivíduo, mas também de seu engajamento na sociedade em que vive. Tanto as biografias escritas por historiadores como as escritas por jornalistas, de acordo com Benito Schmidt, vêm sofrendo cada vez mais a influência do campo literário, principalmente em sua forma narrativa. Vale ressaltar que os historiadores buscam um grau de plausibilidade científica, enquanto os jornalistas buscam um texto mais leve, que interesse a todo tipo de público.<sup>17</sup>

Essa nova biografia pode ser feita com sucesso, porém é ingenuidade afirmarmos que um escrito biográfico alcança todos os aspectos da vida de um homem, é preciso que sejam feitos recortes temporais e temáticos. Philippe Levillain afirma que:

A biografia histórica hoje reabilitada não tem como vocação esgotar o absoluto do “eu” de um personagem, como já o pretendeu e ainda hoje o pretende mais do que devia. E se a simbologia de seus fatos e gestos pode servir de representação da história coletiva através de um homem, tal como o retrato, ela não esgota a diversidade humana [...] Ela tampouco tem que criar tipos. Ela é o melhor meio, em compensação, de mostrar as ligações entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade, e de experimentar o tempo como prova da vida.<sup>11</sup>

Também não é possível se escrever a biografia com uma linearidade automática, como se o biografado soubesse tudo o que iria lhe acontecer. Portanto, a biografia aponta alguns elementos da vida de um determinado homem, jamais fala tudo sobre ele.

---

<sup>9</sup> BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996. p.74.

<sup>10</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. *Construindo Biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. Estudos Históricos – Indivíduo, Biografia, História*. Rio de Janeiro, nº19. 1997. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq240.pdf>. Consulta dia 02/11/2005. p.2.

<sup>11</sup> LEVILLAIN, Phillipe. Os Protagonistas: da Biografia. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.p.176.

Para Pierre Bourdieu o estudo da biografia passa necessariamente pelo estudo dos nomes próprios que representa a individualidade social e biológica de cada um dos indivíduos. O nome próprio juntamente com a “individualidade biológica cuja forma socialmente instituída ele representa, é o que assegura a constância através do tempo e a unidade através dos espaços sociais de agentes diferentes” esses agentes manifestam as individualidades nos campos de trabalho “o empresário, o dono da empresa jornalística, o deputado, o produtor de filmes etc.”<sup>12</sup> Pierre Bourdieu aponta-nos:

Como instituição o nome próprio é arrancado ao tempo, ao espaço e às variações de lugar e de momento: assim, para além de todas as mudanças e flutuações biológicas e sociais, ele assegura aos indivíduos designados a *constância nominal*, a identidade com o sentido de identidade de si mesmo, de *constantia sibi*, exigida pela ordem social.<sup>13</sup>

Pierre Bourdieu segue apontando que o nome próprio não pode definir as propriedades e não traz as informações de quem é portador deste nome, ele assegura uma identidade porém não traz em si as propriedades pessoais ou biológicas de cada um “já que o que ele designa é sempre uma rapsódia complexa e disparatada de propriedades biológicas e sociais em constante mudança, todas as descrições seriam válidas apenas nos limites de um estado ou de um espaço.”<sup>14</sup> Pierre Bourdieu finaliza suas discussões sobre a biografia dizendo que seria inviável estudarmos uma biografia simplesmente de um ser é necessário sim entender a estrutura onde este ser está adequado:

Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um sujeito cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diversas estações. Os acontecimentos biográficos definem-se antes como *alocações* e como *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estudos sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado.<sup>15</sup>

---

<sup>12</sup> BOURDIEU, 1996. op. cit. p. 77-78.

<sup>13</sup> Id. p.78.

<sup>14</sup> Id. p.79.

<sup>15</sup> Id. p.81.

Outro fator que merece uma atenção especial é o estudo dos partidos políticos. Instituições que abrigam, de forma organizada e estruturada, os pretendentes aos cargos elegíveis. Apresentamos a opinião de Gláucio Soares concernente à organização dos partidos:

Os partidos políticos não nascem feitos. Eles começam em algum lugar, com algumas pessoas e com alguns recursos; as vezes com alguma ideologia e alguma proposta para a sociedade que desejam construir. Se bem sucedidos, crescem, se não definham, vegetam ou desaparecem.<sup>16</sup>

Para Serge Berstein o partido político “[...] é antes de tudo uma reunião de homens em torno de um objetivo comum [...]”.<sup>17</sup> O estudo dos partidos traz informações interessantes exatamente sobre os homens que estão reunidos sob esta instituição, pode nos apresentar tanto dados numéricos referentes a seus filiados e eleitores como também nos mostrar a ação deste determinado grupo sobre a organização da sociedade e na luta pelo poder. Max Weber assim define partido político:

Llamamos partidos a las formas de socialización que descansando en un reclutamiento (formalmente) libre, tienen como fin proporcionar poder a su dirigentes dentro de una asociación y otorgar por ese medio a sus miembros activos determinadas probabilidades ideales o materiales [...]<sup>18</sup>

O partido político é uma organização com o fim de alcançar objetivos políticos, isso faz com que o partido se apresente diante dos olhos do historiador como “*o lugar onde se opera a mediação política*”<sup>19</sup>. Estas organizações surgem ligadas aos fenômenos que ocorrem e se integram na evolução da sociedade, trabalhando em prol de uma socialização. Serge Berstein explica que:

A sociabilidade que eles desenvolvem, porém, não se situa mais numa área local, e sim na escala da entidade nacional que eles tem vocação, para constituir. Eles operam, portanto uma socialização, mas uma socialização política, isto é,

---

<sup>16</sup> SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A Democracia Interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.p.65.

<sup>17</sup> BERSTEIN. Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.p.72.

<sup>18</sup> WEBER, Max. *Economia y Sociedad*: esbozo de sociología comprensiva. 10ª Reimpresión. Fondo de Cultura Económica. México. 1996. p.228.

<sup>19</sup> BERSTEIN. op. cit. p.60.



pelo viés da cultura de que são portadores, eles estruturam o eleitorado, dão-lhes uma identidade política, organizando de algum modo a sociedade segundo novas clivagens que são as da ideologia.<sup>20</sup>

Os partidos políticos permitem a manutenção de uma vida política em uma determinada sociedade, somente com sua existência podem se organizar eleições e disputas eleitorais democráticas. “[...] Enfim os partidos políticos tem um papel primordial de seleção das elites políticas. [...]”<sup>21</sup> E a partir da organização partidária que são lançados os homens que seguirão a carreira política e que alcançarão cargos públicos, tendo então o partido influência direta nos destinos de qualquer unidade política.

Neste estudo devemos levar em conta uma organização peculiar dos partidos políticos, “A estrutura partidária era estadual e, o que é mais importante, as decisões fundamentais sobre o comportamento político de um estado eram resultado de forças políticas de cúpula no nível estadual.”<sup>22</sup> Não existiam partidos nacionais, o que em épocas de eleições causava um complexo jogo de estados, uns contra, outros a favor das candidaturas à presidência da República.

Esse jogo político protagonizado pelos Estados só se fazia possível pois estes tinham uma organização interna extremamente elaborada. “[...] Os governos políticos dispunham de recursos para comprar o apoio político interno de que necessitavam através de pagamento em empregos públicos, obras públicas, empréstimos e negociatas. [...]”<sup>23</sup> Além disso os estados contavam com forças policiais armadas, próprias, que auxiliavam na luta contra as oposições e na manutenção da ordem.

O estudo dos jornais e revistas como fonte histórica vem sendo cada vez mais utilizado na historiografia, em alguns casos assumindo o papel de fonte principal, em outros sendo utilizadas como fontes auxiliares em estudos dos mais variados temas. Entretanto este tipo de fonte merece uma atenção especial, devido a toda carga que cada folha de jornal carrega imposta por seus editores ou escritores. Para tanto a historiadora Maria Helena Capelato colabora com a discussão acerca da imprensa principalmente a escrita deixando claro que:

Nesse sentido me proponho a desmistificar a categoria abstrata “Jornal”, fazendo emergir a figura dos jornalistas como sujeitos dotados de consciência que se determina

---

<sup>20</sup> Id.p.92.

<sup>21</sup> Id.p.92-93.

<sup>22</sup> SOARES. op. cit. .p.12.

<sup>23</sup> Id.p.13.

na prática política. Procuo, portanto, reconstituir a inserção da imprensa na história, captando o movimento vivo das relações e dos personagens que nela se encontram.<sup>24</sup>

É importante percebermos, neste momento, que quando trabalhamos com fontes jornalísticas, devemos tomar conhecimento de uma série de aspectos que envolvem tais jornais, inicialmente a posição adotada pelo diretor do jornal, ou se este jornal era vinculado a algum partido ou instituição política. Mesmo os editoriais assinados, têm que ser analisados, pois em alguns jornais só eram publicados textos que condiziam com a ideologia representada por esta instituição, é interessante também lembrarmos que por trás do texto existe um jornalista com suas idéias e ideais.

No caso do jornal *A Federação*<sup>25</sup> que serve como uma das fontes para o nosso trabalho, partimos do ponto de que este era o órgão oficial do Partido Republicano Riograndense (PRR). O material veiculado no jornal *A Federação* vêm com uma carga ideológica, que demonstra claramente as idéias do partido à qual representa, e indiretamente representa o líder deste partido, Borges de Medeiros. Portanto, a utilização deste jornal no presente trabalho será feita a partir da perspectiva de ser este veículo representante das idéias de seus mandantes, o PRR e Borges de Medeiros. Já quando utilizamos o jornal *Correio do Povo* partimos da premissa de ser este um jornal que se proclamava neutro, diante das contendas políticas, porém ao analisar suas edições percebe-se que este jornal mantinha uma posição muito mais ligada as oposições do que a situação gaúcha.

Levando em conta essas novas visões e interpretações, René Rémond nos expõe que “[...] o político é como esses Estados dos quais a geografia não delineou previamente os contornos e a história não parou de modificar os limites: o político não tem fronteiras naturais [...]”. Seguindo nesse tema René Rémond nos deixa claro que: “[...] na verdade, o campo do político não tem fronteiras fixas, e as tentativas de fechá-lo dentro de limites traçados para o todo sempre são inúteis..[...]”<sup>26</sup> Jacques Le Goff propõe uma *Antropologia Política Histórica* e afirma que “É preciso construir uma história do político que seja uma

---

<sup>24</sup> CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.p.12

<sup>25</sup> Jornal gaúcho fundado em 1884 em Porto Alegre como órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Em suas páginas, Antonio Augusto Borges de Medeiros, chefe supremo do PRR a partir de 1903, assinou editoriais e publicou declarações sobre os principais acontecimentos da época. Desapareceu junto com o PRR, extinto por decreto a 2 de dezembro de 1937, logo após a decretação do Estado Novo. DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS-1930. Coord: Alzira Alves de Abreu Et.al. Ed. rev. e atual.. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. v-II-p.2112.

<sup>26</sup> RÉMOND, op. cit. p.443-444.

história do poder sob todos os seus aspectos, nem todos políticos, uma história que inclua notadamente o simbólico e o imaginário.”<sup>27</sup>

A historiografia vem trabalhando com conceitos diferenciados de poder. Esses conceitos fogem da visão estatal, ou seja, o poder exercido somente pelo Estado e seus mecanismos de coação. Diversos autores são trazidos para o centro das discussões historiográficas quando se aborda a problemática do poder.

Michel Foucault, em sua obra, *Microfísica do Poder*, apresenta a nova visão de poder, em que este se desprende das questões políticas tradicionais, ou seja, o poder dos grandes reis. “O poder não é substancialmente identificado com um indivíduo que o possuiria ou que o exerceria devido a seu nascimento; ele torna-se uma maquinaria de que ninguém é titular.”<sup>28</sup>

Portanto para Michel Foucault “[...] o poder é o poder concreto que cada indivíduo detém e que cederia, total ou parcialmente, para constituir um poder político, uma soberania política [...]”<sup>29</sup>. Dessa maneira a força política advém da concessão de poder feita, através do voto, pelo eleitor ao seu representante, que sendo eleito passa a ter o poder político representativo das diversas parcelas de poder recebidas de seus eleitores.

O poder só obtém seus resultados, quando não for imposto pela força que reprime, mas sim como uma relação em que o poder é conseguido através de troca e de submissão. Para Michel Foucault o poder nesse estágio se distancia da visão política estatal, aproximando-se das questões particulares do dia-a-dia. O poder é exercido em hospitais, em escolas, em hospícios, em presídios, nas famílias e em todas as relações entre sujeitos e deles com instituições, oficiais ou não.

O autor Max Weber discute a questão do poder a partir do conceito dominação deixando claro que devemos entender por dominação a possibilidade de existir obediência no interior de um grupo em torno de algum mandato específico, para o autor dominação:

No es, por tanto, toda especie de probabilidad de ejercer “poder” o “influjo” sobre otros hombres. En el caso concreto esta dominación (autoridad), en el sentido indicado, puede descansar en los más diversos motivos de sumisión: desde la habituación inconsciente hasta lo determinado mínimo de voluntad de obediencia, o sea de interés (externo e interno) en obedecer, es esencial en toda relación auténtica de autoridad.<sup>30</sup>

---

<sup>27</sup> LE GOFF, op. cit. .p.8.

<sup>28</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*.3.ed. trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1982. Versão em PDF. Disponível em <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/microfisica.pdf> Consulta dia 19/06/2006.p.121.

<sup>29</sup> Id. p.98.

<sup>30</sup> WEBER, op. cit. p.170.

Para Max Weber a dominação se apresenta de três formas específicas, que ele chama de três formas puras de dominação.

1. De carácter *racional*: que descansa en la creencia en la legalidad de ordenaciones estatuidas y de los derechos de mando de los llamados por esas ordenaciones a ejercer la autoridad (autoridad legal).
2. De carácter *tradicional*: que descansa en la creencia cotidiana en la santidad de las tradiciones que rigieron desde lejanos tiempos y en la legitimidad de los señalados por es tradición para ejercer la autoridad (autoridad tradicional)
3. de carácter *carismático*: que descansa en la entrega extracotidiana a la santidad, heroísmo o ejemplaridad de una persona y a las ordenaciones por ella creadas o reveladas (llamada) (autoridad carismática)<sup>31</sup>

No caso da autoridade legal obedecem às ordenações impessoais e objetivas legalmente estatuídas e são obedecidas as pessoas por esta autoridade designadas. No caso da autoridade tradicional se obedece a pessoa escolhida pela tradição e vinculada a ela. Já no caso da autoridade carismática, é obedecida a pessoa que se impõe por suas qualidades de herói de grande líder.

Para Norberto Bobbio em seu *Dicionário de Política* o poder é apresentado como a capacidade de agir, de produzir efeitos.

A capacidade geral de agir, até a capacidade do homem em determinar o comportamento do homem: Poder do homem sobre o homem. O homem é não só o sujeito, mas também o objeto do Poder. É poder social a capacidade que um pai tem para dar ordens a seus filhos ou a capacidade de um Governo de dar ordens aos cidadãos.<sup>32</sup>

Norberto Bobbio segue afirmando, que uma mesma pessoa ou um mesmo grupo pode ser submetido a diversos tipos de poder, ou seja, o poder do médico diz respeito a saúde, o poder do professor diz respeito a educação, não se uniformizando somente no poder político estatal.

Analisando o trabalho de Francisco Falcon, *História e Poder*, encontramos a afirmação de que o estudo do campo político deve compreender “[...] não apenas a política

---

<sup>31</sup> Id. P.172.

<sup>32</sup> BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986. p.933.

em seu sentido tradicional, mas em nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou as memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas aliadas ao poder. [...]” Dando prosseguimento a sua explicação o autor escreve que: “[...] Poder e política passam assim ao domínio das representações sociais e de suas conexões com as práticas sociais; coloca-se como prioritária a problemática do simbólico – simbolismo, formas simbólicas mas sobretudo o poder simbólico [...]”.<sup>33</sup> Ao entrarmos na discussão de poder simbólico é inevitável que analisemos a obra de Pierre Bourdieu, que estuda exatamente essa representação simbólica do poder.

Pierre Bourdieu, em sua obra *O Poder Simbólico*, expressa a seguinte idéia sobre a questão do poder:

O poder simbólico com poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.<sup>34</sup>

E segue apontando que:

Isto significa que o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos em forma de uma “illocutionary force” mas que se define numa relação determinada – e, por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.<sup>35</sup>

Max Weber nos afirma que a legitimidade ocorre quando pessoas ou grupos se aliam a um poder instituído, dando a eles a legitimidade, essa legitimação ocorre em troca de oportunidades, ou de interesses que em alguns momentos podem ser materiais.

---

<sup>33</sup> FALCON, Francisco. História e Poder in: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro F. *Domínios da História*. p.76.

<sup>34</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p.14.

<sup>35</sup> Id.p.14.

La adhesión puede fingirse por individuos y grupos enteros por razones de oportunidad, practicarse efectivamente por causa de intereses materiales propios, o aceptarse como algo irremediable en virtud de debilidades individuales y de desvalimiento.<sup>36</sup>

Pierre Bourdieu, ainda esclarece-nos, que o poder é uma construção simbólica, na qual há uma relação entre quem o detêm e quem sofre a ação do poder, sem necessariamente ambos saberem que papel está sendo exercido por cada um destes. Dessa forma “[...] o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.”<sup>37</sup> O poder simbólico é construído através de um jogo de representações e de simbologia, em torno de determinada pessoa ou instituição. Cria-se uma auréola de poder em torno do mantenedor do poder. Depois de efetivada essa construção o poder tem a força da ação apenas pela coação psicológica ou moral, não necessitando do uso da força ou de outros métodos.

A proposta metodológica do presente trabalho busca a realização de uma revisão bibliográfica inicialmente referente à teoria e metodologia a fim de tornar claros os conceitos utilizados no decorrer do trabalho. Sendo revisados também obras concernentes aos conhecimentos históricos, direcionados ao assunto em pauta, autores que trabalham a república velha no Rio Grande do Sul serão analisados a fim de contribuírem na formatação da presente pesquisa.

Utilizaremos fontes documentais a fim de ser feito um contraponto entre o que já está escrito e o que estas fontes podem trazer de novo. Quanto ao trabalho com estas fontes primárias, serão elas submetidas à operação metodológica da *Heurística*, que é o procedimento de coletar, classificar as fontes relevantes e fazer um exame de suas possibilidades de informação, em seguida será feita a *Crítica*, examinando a veracidade dos fatos apresentados, e por fim, a *Interpretação*, onde serão analisadas as informações trazidas pelas fontes no processo de crítica, submetendo essas informações a um procedimento comparativo e a um crivo teórico. Após esse processo com as fontes, chegamos enfim a produção textual, que tem a função de sistematizar e de trazer para a academia, os conhecimentos levantados durante o processo de pesquisa, buscando levantar hipóteses a serem verificadas sem nenhuma pretensão de impor verdades.<sup>38</sup>

A pesquisa em fontes primárias iniciou com a busca nos arquivos em que estas se encontravam, sendo digitalizadas para agilizar e facilitar o processo de pesquisa, em um segundo

---

<sup>36</sup> WEBER, op. cit. p.171.

<sup>37</sup> BOURDIEU, op. cit. p.7-8.

<sup>38</sup> DIEHL, Astor Antônio. *Do método histórico*. 2ed. rev. ampl. Passo Fundo: ediupf, 2001. p-24-25.

momento passaram por um processo de leitura e fichamento onde eram extraídas todas as informações relevantes à realização do trabalho, em seguida as informações encontradas passaram a ser comparadas com informações já existentes em bibliografias e também com informações encontradas em outras fontes, que pudessem comprovar a veracidade destas afirmações. Em um último momento as informações extraídas das fontes foram inseridas no texto, a fim de enriquecer a presente análise.

Essa dissertação vem sendo realizada sob uma perspectiva qualitativa, pois a quantidade de trabalhos referentes ao assunto abordado é relativamente baixa, a historiografia não tem se debruçado com tanta insistência sobre ação parlamentar de Getúlio Vargas e nem sobre as relações deste com o governo gaúcho, ou seja, Borges de Medeiros. Quase a totalidade de referências à esse período encontram-se em pesquisas mais generalizados sobre o período em questão.

Primando pela análise qualitativa desenvolvemos o trabalho com as fontes primárias, deixamos de lado análises puramente estatísticas, e buscamos a interpretação e compreensão do material a ser trabalhado ainda que em alguns momentos este seja um tanto reduzido.

As fontes usadas para o desenvolvimento desta pesquisa, e como forma de representar o pensamento de cada político, e suas diferentes formas de expressão são discursos e fontes jornalísticas. A opinião de Borges de Medeiros e do PRR, será representada pelos editoriais e artigos publicados no jornal *A Federação*, enquanto que, as formas de pensamento de Getúlio Vargas, serão representadas pelos seus discursos proferidos na câmara federal, no período de 1923-1927, estes discursos estão publicados em sua grande maioria nos anais da câmara federal, entretanto um número significativo destes discursos pode ser encontrados na obra *Perfis Parlamentares*,<sup>39</sup>. Esta obra contém ainda uma série de telegramas trocados em diversos momentos por Getúlio Vargas e Borges de Medeiros que foram utilizados no decorrer do trabalho. Alguns pontos para melhor explicitar, utilizar-se-á o jornal *Correio do Povo*, e também as mensagens presidenciais que foram proferidas por Borges de Medeiros. Todos estes documentos quando citados tiveram sua grafia convertida para o português corrente a fim de facilitar a leitura e compreensão.

O problema central desta pesquisa é condicionado pela relação de Borges de Medeiros e Getúlio Vargas no período que vai de 1922 até 1928, busca-se entender como ocorreu esse relacionamento na esfera política? Como Getúlio Vargas chegou em 1928 ao cargo de presidente do Estado? Quais os pormenores que levaram a essa mudança de rumos no poder à frente do Estado gaúcho?

---

<sup>39</sup> AITA, Carmem; AXT, Gunter (org.). *Getúlio Vargas: Discursos (1913-1929)*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1997.

No presente trabalho temos como objetivo, mais amplo, esclarecer a relação entre Getúlio Vargas e Borges de Medeiros no período de 1922 a 1928 e a mudança de rumos no poder que ocorre nesta época. Este período é caracterizado por Getúlio Vargas exercer a deputação federal e posteriormente o ministério da fazenda enquanto Borges de Medeiros governava o estado gaúcho pela quinta vez. Como objetivos mais específicos o presente trabalho busca entender as formas de manutenção do poder na república velha, e ascensão na cena política dos personagens em questão; objetiva-se esclarecer o posicionamento destes políticos diante de determinados assuntos como a revolta e a pacificação de 1923 onde se firma o pacto de Pedras Altas que vai diminuir significativamente o poder de Borges de Medeiros; busca-se explicitar a eleição de Getúlio Vargas para a deputação federal, além de procurar entender a ação de Getúlio Vargas enquanto ocupava tal cargo, posteriormente sua indicação e ação no ministério da fazenda e seu constante trabalho em prol da aproximação com as oposições. Por fim busca-se entender o processo que levou a eleição de Getúlio Vargas para a presidência do Estado, onde se concretiza a troca no poder do Estado, quando Borges de Medeiros deixa o cargo de presidente, que passa a ser ocupado por Getúlio Vargas.

Este período em que concentramos nossos estudos marca o fim do longo tempo em que Borges de Medeiros se manteve como mandatário supremo do Estado. Com um processo relativamente extenso o poder de Borges de Medeiros foi sendo reduzido, inicialmente com o pacto de Pedras Altas, em seguida mudanças na constituição federal que reduziram o poder dos Estados, fizeram com que Borges de Medeiros perdesse espaço dentro da cena política gaúcha. Essa redução de força política abre espaço para o aparecimento de novos políticos, os representantes da chamada geração de 1907 aparecem como os herdeiros da política gaúcha. Esse processo no entanto não ocorre sem percalços, pois os novos políticos eram portadores de visões diferenciadas em relação a Borges de Medeiros e aos representantes dos republicanos históricos. Getúlio Vargas que surgiu em 1928 como sucessor de Borges de Medeiros à frente do governo do Estado representava a geração de 1907 e tinha significativas divergências no modo de pensar a política se comparado a Borges de Medeiros.

Estudamos aqui a relação desses dois políticos no período de mudança de rumos, onde Borges de Medeiros entra em decadência e Getúlio Vargas inicia sua ascensão, com o intuito de entendermos como se desenvolveu esse processo onde lentamente o poder de Borges de Medeiros passa a ser contestado, chegando a ponto de ter este de indicar para



ocupar seu lugar à frente do governo do Estado um político representante da geração de 1907, que não condizia ideologicamente com ele.

No desenvolvimento da pesquisa abordamos as ações de Getúlio Vargas na câmara federal e seu posicionamento diante de algumas circunstâncias, como a revolta de 1923 e sua posterior pacificação, esclarecendo também sua ação na comissão de reforma constitucional e a comissão de finanças das quais foi membro, destacando a defesa que este fazia dos interesses de seu Estado. Demonstra-se que apesar de estar na câmara dos deputados representando os anseios da política gaúcha, Getúlio Vargas aproveita este momento para sedimentar sua carreira política em todo o Brasil, conseguindo uma indicação para ser ministro da fazenda de Washington Luis. Mostrando também a visão de Borges de Medeiros sobre estes determinados assuntos a suas tentativas de impedir as modificações que levariam a redução de seu poder até o momento incontestável.

A dissertação está organizada de forma que seja possível entender este período sem perder de vista os traços iniciais das trajetórias políticas destes dois personagens. Para tanto o primeiro capítulo traz uma revisão da literatura concernente ao período levando em consideração alguns pontos essenciais para a elaboração do estudo. Trabalhamos inicialmente, de uma forma genérica, vislumbrando a trajetória biográfica dos personagens desde seu aparecimento na política. Em seguida trabalharemos com a organização do PRR e das oposições ao governo estadual neste período. Finalizando com uma análise sobre as formas com que o PRR manteve-se a frente do poder por toda a república velha. Este último item tem como centro a política positivista, a influência do castilhismo e a organização coronelista, que formavam uma complexa máquina de manutenção do poder.

No segundo capítulo vamos dar início a análise das eleições de 1922 que levaram Getúlio Vargas ao cargo de deputado federal e Borges de Medeiros a ocupar pela quinta vez o cargo de presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Buscaremos aqui analisar o posicionamento dos dois políticos diante do processo eleitoral. Em um segundo momento será analisado o posicionamento destes políticos diante da reação da oposição que causou a revolta de 1923, deixando claro que Getúlio Vargas, agiu inicialmente na luta armada sendo enviado posteriormente ao Rio de Janeiro com o cargo de deputado e a finalidade de reaproximar o governo gaúcho da esfera federal. Culminamos no momento em que serão analisadas as ações em prol da pacificação do Estado, e o processo pacificatório com o envio da representação federal buscando alcançar este fim, ficando esclarecido que o pacto de Pedras Altas, assinado entre as partes beligerante, traz profundas mudanças na política

gaúcha nos anos subsequentes, isso provém da proibição de reeleição do presidente do Estado, que vai afastar Borges de Medeiros deste cargo.

O terceiro capítulo demonstrará a ação de Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, sua segunda eleição para a deputação federal, e sua ação nesta vaga, em seguida apreciaremos o trabalho realizado por Getúlio Vargas na comissão de reforma constitucional, demonstrando que sempre consultou a opinião de Borges de Medeiros, porém ressaltamos que ao final do processo as reformas feitas não eram completamente condizentes com as vontades de Borges de Medeiros, em seguida aparece a ascensão de Getúlio Vargas ao ministério da fazenda e as discordâncias impostas pelo chefe do PRR Borges de Medeiros, finalizamos o capítulo demonstrando o processo de indicação de Getúlio Vargas para a candidatura a presidente do Estado, processo que marcou a mudança de rumos do poder no Rio Grande do Sul.

# **CAPÍTULO I**

## **BORGES DE MEDEIROS E GETÚLIO VARGAS**

### **princípios políticos**

Apresentamos neste primeiro capítulo o início da carreira política dos personagens a que nos propomos analisar neste estudo – Antonio Augusto Borges de Medeiros e Getúlio Dornelles Vargas –. De forma sucinta colocamos os elementos da base de formação de cada um até a ascensão de Getúlio Vargas em âmbito federal em 1922, repassando a entrada destes no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), Borges de Medeiros agindo desde o início do partido sendo conhecido como representante dos republicanos históricos, e Getúlio Vargas entrando em seguida, no bloco acadêmico castilhistas, grupo de políticos que posteriormente passaria a ser chamado por Joseph Love de geração de 1907. Analisa-se aqui a bibliografia referente ao período buscando entender como ocorreu a manutenção do poder por parte do PRR durante um período de tempo de quase três décadas.

## 1.1 – Ascensão política de Borges de Medeiros e Getúlio Vargas

### 1.1.1 – Republicanos históricos: a ascensão de Borges de Medeiros

Antonio Augusto Borges de Medeiros nasceu em Caçapava do Sul em 19 de novembro de 1863. Filho do “desembargador Augusto César de Medeiros, natural de Pernambuco, integro magistrado”<sup>40</sup> e Miquelina de Lima Borges, fez seus estudos primários em Porto Alegre e já em 1880 mudou-se para São Paulo onde ingressou na faculdade de Direito. Nesta cidade, Borges de Medeiros entrou em contato com as idéias republicanas e as correntes positivistas que se manifestavam principalmente nas faculdades, já nesse período ligou-se aos grupos republicanos. Seguiu, em 1885, para Recife onde completou, no mesmo ano, seu curso de Direito.

Em São Paulo, Borges de Medeiros teve sua iniciação na luta em prol do republicanismo, aproveitando o clima acadêmico onde encontrava-se à época grande parte da intelectualidade do país. A obra, escrita por João Pio de Almeida, que versa sobre a vida de Borges de Medeiros, deixa claro que este assumiu posições de destaque na luta pela república ainda quando estudante:

Filiando-se a corrente de idéias republicanas que dominava a mocidade acadêmica, associou-se ao Club Republicano acadêmico e entregou-se com entusiasmo à obra da propaganda como redator da “A República”, órgão dessa agremiação de ardorosos e exaltados precursores do regime.<sup>41</sup>

Após ter concluído o curso superior em Recife, Borges de Medeiros retorna ao Rio Grande do Sul com 22 anos, e passa a morar em sua cidade natal, “mal terminara os seus estudos de direito, se veio colocar Borges de Medeiros que, fixando a sua residência na cidade de Cachoeira, em 1885, ali se entregou logo com fervor a predica republicana”<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> ALMEIDA, João Pio. *Borges de Medeiros*: subsídios para o estudo de sua vida e de sua obra. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1928.p.5.

<sup>41</sup> Id. p.6.

<sup>42</sup> Id. p.11.

Em pouco tempo assume a liderança do Partido Republicano desta cidade, tendo influência também em âmbito regional. Conforme João Pio Almeida:

Uma grande atividade política assinala esse período da sua vida. Entregue de corpo e alma à obra da propaganda, ao mesmo passo que o prestígio da sua palavra, levada a todos os municípios circunvizinhos, atraía as simpatias populares para a causa republicana, a sua ação pertinaz e superiormente orientada consolidava a organização partidária.<sup>43</sup>

Borges de Medeiros foi um dos astutos e perspicazes defensores da causa republicana no Rio Grande do Sul. Após a proclamação da república foi o braço direito de Júlio de Castilhos. Demonstrando seu empenho e dedicação nos vários cargos que ocupou, em 1889 foi delegado de polícia em Cachoeira do Sul, em 1890 foi indicado por Júlio de Castilhos para concorrer a deputado federal e a senador, ainda em 1890 é eleito e assume o cargo de deputado; em 1892 é nomeado desembargador do Superior Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul assumindo assim o cargo máximo da magistratura estadual com a idade de 29 anos. Em 1893 ajudou na formação de uma brigada civil para combater na Revolução Federalista. E em 1895 foi nomeado chefe de polícia do Estado do Rio Grande do Sul.<sup>44</sup> Em 1898, Júlio de Castilhos<sup>45</sup>, propôs seu nome para presidente do Estado, que foi aceito prontamente pelos integrantes do PRR, e Borges de Medeiros iniciava com isso um ciclo de mais de 20 anos diante do cargo de presidente do Estado do Rio Grande do Sul.

A obra de consolidação definitiva da república no Rio Grande do Sul veio segundo Héglio Trindade:

[...] do trabalho voluntarioso e perseverante do sucessor de Castilhos, Borges de Medeiros, cujo senso de equilíbrio político e controle rígido da máquina partidária garantirá um período de estabilidade política, somente ameaçada pela

---

<sup>43</sup> Id. p.11.

<sup>44</sup> DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS-1930. Coord: Alzira Alves de Abreu Et.al. Ed. rev. e atual.. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. V. III p.3656-3666.

<sup>45</sup> Júlio de Castilhos nasceu em 1860 na cidade de Vila Rica, hoje Júlio de Castilhos/RS; formou-se em Direito, mas exerceu a política e o jornalismo. Filiou-se ao Club Republicano e mais tarde ao PRR; em 1891 foi eleito deputado para a Assembléia Constituinte; em julho do mesmo ano foi aclamado para a presidência do Estado. Deposto, voltou ao cargo em 1893, onde ficou até 1898, enfrentando a Revolução Federalista e as mais diversas dissidências republicanas. Foi diretor de *A Federação* de 1884 a 1889. Exerceu também a chefia do PRR até 1903, quando ainda jovem faleceu. Redigiu praticamente sozinho a Constituição de 1893, que era baseada nos preceitos do positivismo.

revolução de 23, que provocará, em contrapartida, a institucionalização da oposição liberal até então marginal ao sistema político dominante.<sup>46</sup>

Com a morte inesperada de Júlio de Castilhos, em 1903, o comando do PRR e o poder frente ao governo do Estado ficam centralizados nas mãos de Borges de Medeiros, segundo Maria Antonieta Antonacci:

Desde a morte de Castilhos, em 1903, acumularam-se tensões dentro do PRR. Borges de Medeiros, presidente do estado por indicação de Castilhos, com a morte deste, concentrou em suas mãos as funções de chefe do partido e chefe do governo. A administração governamental passou a confundir-se com a liderança partidária; todas as questões convergiram para Borges de Medeiros, que passou a ter um poder de decisão praticamente absoluto, interferindo em todos os assuntos partidários e estatais.<sup>47</sup>

Borges de Medeiros segue a frente do poder estadual e partidário até 1907, enfrentado vários revezes políticos vindos da oposição federalista e das dissidências republicanas, mas também e com muita força, essa contestação vinha de facções contrárias que agiam dentro do próprio PRR, onde sua posição de substituto do patriarca Júlio de Castilhos era contestada.

### 1.1.2 – A “geração de 1907”<sup>48</sup>: a ascensão de Getúlio Vargas.

Getúlio Vargas nasceu em São Borja em 1882, filho de Manoel do Nascimento Vargas, e Cândida Dornelles Vargas. Seu pai, nascido em Passo Fundo em 1844, “Ao estalar a guerra com o Paraguai, sentou praça, voluntariamente, no 28º corpo provisório de cavalaria, organizado em São Borja”<sup>49</sup> fixando residência nesta cidade, onde casou-se e constituiu família.

---

<sup>46</sup> TRINDADE, Hélió. Aspectos políticos do sistema partidário republicano Rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José H; GONZAGA, Sergius. *RS: economia e política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p.146.

<sup>47</sup> ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: As oposições & A Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. p. 24.

<sup>48</sup> O termo “Geração de 1907”, foi utilizado pela primeira vez por Joseph Love, em sua obra *O Regionalismo Gaúcho*, buscando designar o grupo de estudantes que se envolveram na política neste ano de 1907 a fim de apoiar a candidatura de Carlos Barbosa Gonçalves, este grupo englobava estudantes que mais tarde foram se tornar importantes, políticos, é importante ressaltar que apesar de ser assim designado este grupo não era totalmente coeso.

<sup>49</sup> FREITAS, Osório Tuyuty de Oliveira. *A Invasão de S. Borja*. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1935. p.112.

Getúlio Vargas estudou em São Borja e após fazer seu curso primário, seguiu para a escola de Ouro Preto em Minas Gerais, onde matriculou-se no curso de Humanidades. De volta a São Borja, Getúlio Vargas decide seguir carreira militar, alistou-se em 1899 no 6º batalhão de infantaria sediado em São Borja, e no ano seguinte ingressou na escola preparatória e de tática de Rio Pardo, de lá saindo em 1902. Em 1903, ingressou na faculdade de Direito de Porto Alegre e “revelou-se discípulo fiel do castilhismo, integrando a mocidade estudantil republicana”,<sup>50</sup>. Sua formação intelectual não foi somente positivista, Getúlio Vargas leu Herbert Spencer, Charles Darwin, além de literatos como Emile Zola.

Já em 1903 com a morte de Júlio de Castilhos, Getúlio Vargas aparece representando os anseios da classe dos estudantes em discurso, segundo Miguel Frederico Espírito Santo:

Getúlio Vargas surgiu na cena política aos 20 anos de idade, no dia 31 de outubro de 1903, fazendo sua profissão de fé castilhista como orador em uma sessão em homenagem à memória do patriarca falecido uma semana antes:<sup>51</sup>

Em 1906, em visita a Porto Alegre, o recém eleito presidente da República Federativa do Brasil, Afonso Pena, recebe uma homenagem dos estudantes que, deixados de lado na programação oficial da visita, fazem um discurso de homenagem ao Presidente ao ar livre. O estudante escolhido para proceder tal homenagem era novamente Getúlio Vargas. A ascensão definitiva de Getúlio Vargas na política gaúcha, viria no ano seguinte, em 1907, quando da eleição de Carlos Barbosa para o governo do Estado com a fundação do Bloco Acadêmico Castilhista. A partir de 1907 as biografias de Getúlio Vargas e Borges de Medeiros passam a cruzar-se na vida política estadual.

### 1.1.3 – 1907 - 1922: Afirmação de Vargas e confirmação de Borges diante da política.

Em 1907, o Estado entraria em uma nova contenda eleitoral, Borges de Medeiros que havia assumido a presidência do PRR em 1903, indica para sucedê-lo Carlos Barbosa

---

<sup>50</sup> DHBB op. cit. V.5, p.5900-5901.

<sup>51</sup> ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico. Getúlio Vargas, promotor público. In: AXT, Gunter (org.). *Da vida para a história Reflexões sobre a Era Vargas*. Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2005. p. 17.

Gonçalves. Neste embate Fernando Abbot é lançado como candidato da oposição, que comportava no momento tanto federalistas quanto dissidentes republicanos. O prelo de 1907 seria decisivo para a manutenção da ordem republicana no Estado e também para a afirmação de Borges de Medeiros diante da presidência deste partido. As forças do PRR haviam sido significativamente reduzidas após a morte de Júlio de Castilhos. Borges de Medeiros percebendo-se disso lança uma campanha de arrecadação de novos filiados, ou seja, novos soldados para compor os batalhões do PRR. Essa campanha tem seu foco principal nas faculdades de Porto Alegre, surgidas na virada do século que agrupam a elite política e econômica gaúcha. Luciano Aronne Abreu afirma que:

Como a candidatura de Fernando Abott representava uma ameaça à hegemonia do PRR, por ter reunido e articulado as oposições, e como o PRR, para manter a hegemonia, teria de renovar seus quadros partidários, pode-se inferir a importância do Bloco Acadêmico Castilhista e, em consequência, da geração de 1907, no processo eleitoral e, em particular, no próprio PRR.<sup>52</sup>

A resposta foi imediata, filhos de reconhecidos republicanos das mais diversas regiões do Estado se engajaram na luta em prol do republicanismo e mais diretamente na campanha eleitoral, formando o chamado bloco acadêmico castilhista.

Nesse contexto da eleição de 1907 é que alguns estudantes, dentre eles Getúlio Vargas aparecem para a política gaúcha, organizando o bloco acadêmico castilhista, “amparados pelo partido do governo, arregimentam-se e fundam *O Debate*”. Órgão que “fora criado com o fim exclusivo de injuriar, difamar e aviltar a honra dos adversários”<sup>53</sup>. Esse grupo foi, conforme Joseph Love, “A geração de 1907, um grupo de jovens ambiciosos, em vias de concluir os cursos nas novas faculdades de Porto Alegre, [que] juntou-se à batalha, a favor de Barbosa Gonçalves. [...] Autocognominando-se Bloco Acadêmico Castilhista.”<sup>54</sup>

Nessa eleição de 1907, segundo Luiz Alberto Grijó, “estava em jogo a afirmação de Borges de Medeiros no poder do Estado e do partido após a morte de Júlio de Castilhos em 1903.” e “O resultado do conflito [eleição] foi, com a vitória da facção borgista, o

---

<sup>52</sup> ABREU, Luciano Arrone de. Getúlio Vargas: A construção de um mito (1928-1930). Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1995. p.56.

<sup>53</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “Geração de 1907”*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1998. p.98.

<sup>54</sup> LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho*. Editora Perspectiva: São Paulo, 1975, op.cit. p.90.



reforço da posição de seu líder enquanto sucessor de Castilhos no controle do PRR e do governo do Estado”<sup>55</sup> Essa vitória veio com a grande ajuda do bloco acadêmico castilhista e iniciou a carreira política de vários estudantes, entre eles Getúlio Vargas.

Com a ascensão de Carlos Barbosa ao comando do governo do Estado no período de 1907-1912, Borges de Medeiros manteve-se à frente da política como presidente do PRR, continuando a exercer o poder político diante de seus comandados. Em 1908 Borges de Medeiros nomeia Getúlio Vargas como promotor público de Porto Alegre. Neste mesmo ano Borges de Medeiros inclui o nome de Getúlio Vargas na lista dos candidatos republicanos que concorriam à vaga de deputado na assembléia representante do Estado. Essas indicações são fruto do trabalho realizado por Getúlio Vargas diante do bloco acadêmico: sobre isso Luiz Alberto Grijó deixa-nos claro que:

[...] Como as eleições não decidiam de fato quem ocuparia os cargos, embora muitos fossem formalmente de caráter eletivo, e muito menos os de indicação direta ou indireta de Borges de Medeiros, que, em última instância, era o responsável pelo controle de todos estes, a inclusão do nome na nominata de candidatos já significava um certo grau de prestígio ou de importância do proponente. Este, não obstante, tinha que fazer por merecer o cargo, pois lançava mão de seus próprios recursos para colher os apoios necessários ou mesmo aspirar a poder propor o nome à ratificação do líder do governo e do PRR. [...]<sup>56</sup>

Eleito para deputado da assembléia dos representantes gaúcha, em 1909, Getúlio Vargas exerce o mandato até 1913, quando seu nome novamente figura entre os elegíveis para o cargo. Neste mesmo ano Borges de Medeiros volta de seu afastamento de quatro anos e vence a eleição que o reconduz ao cargo de presidente do Estado.

Esta eleição apresenta um desentendimento entre Getúlio Vargas e Borges de Medeiros, que leva o primeiro a renunciar de seu cargo na assembléia, por discordar da ação de Borges de Medeiros diante da política de Cachoeira do Sul, onde João Neves da Fontoura junto com seus correligionários manipularam a eleição em favor de alguns candidatos, os quais foram forçados a renunciar por Borges de Medeiros. Segundo Luiz Alberto Grijó

[...] A “manipulação” das cédulas resultou na eleição de dois candidatos fora da lista oficial, a “chapa” ratificada por Borges, que exige e obtém a renúncia dos

---

<sup>55</sup> GRIJÓ, op.cit. p.99-103.

<sup>56</sup> Id. p.145-146.

assim eleitos. Getúlio Vargas, que obtivera votos também em “chapa especial”, renuncia ao seu mandato por considerar-se em situação semelhante a dos atingidos pela exigência do chefe do PRR.[...] <sup>57</sup>

Getúlio Vargas comunica sua renúncia na assembléia na sessão do dia 6 de outubro de 1913, com um discurso do qual extraímos a seguinte passagem:

[...] uma vez que, como em Cachoeira, também na minha terra natal alguns correligionários nossos votaram em chapa especial, sufragando o meu nome, e tendo, por outro lado, o digno e ilustrado chefe do partido republicano, dr. Borges de Medeiros, adotado como critério em relação a esses dois candidatos o alvitre de renunciarem eles os seus mandatos, como medida disciplinar, que se impunha, sinto-me compelido a renunciar, como ora renuncio, o meu mandato, para que os meus dignos colegas não julguem que eu pretendi ascender às escadarias deste recinto praticando um ato de deslealdade política. [...] <sup>58</sup>

Após renunciar ao cargo, Getúlio Vargas se retira à São Borja onde passa a atuar como advogado e na política local dominada por sua família. Borges de Medeiros segue comandando o Estado de forma exclusiva, desempenhando a liderança administrativa e também a liderança política.

Os desentendimentos entre Borges de Medeiros e Getúlio Vargas chegam ao fim quando em 1916 o primeiro oferece a chefia de polícia de Porto Alegre a Getúlio Vargas, cargo recusado por este. Porém mais tarde, Getúlio Vargas aceitaria a inclusão de seu nome para a composição da assembléia dos representantes. “[...] Eleito em 1917, recuperou rapidamente o tempo perdido fora da política. Prestigiado por Borges de Medeiros, começou a desempenhar na assembléia as funções de líder do PRR, embora sem diploma expresso.[...]” <sup>59</sup> A liderança na assembléia assumia um caráter mais representativo e simbólico do que propriamente prático, pois neste período as cadeiras eram ocupadas em sua maioria por republicanos.

Na assembléia estadual destacamos a ação de Getúlio Vargas diante da proclamação de guerra do Brasil contra a Alemanha. Neste momento Getúlio Vargas assume uma posição isolada buscando uma aproximação entre as forças políticas (republicanos e federalistas em âmbito estadual.).

---

<sup>57</sup> Id. p.153-154.

<sup>58</sup> Discurso de Getúlio Vargas na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em 6 de outubro de 1913. In: AITA, Carmem; AXT, Gunter (org.). *Getúlio Vargas: Discursos (1913-1929)*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1997..

<sup>59</sup> DHBB. op.cit. v.V.2001.p.5899.

Em outubro de 1917, ao manifestar o apoio ao governo do estado à declaração de guerra do Brasil contra a Alemanha, conclamou os deputados do PRR e do Partido Federalista a superarem suas divergências e ante o sentimento de perigo comum unirem-se sob a mesma bandeira.<sup>60</sup>

Encontramos referências à proposta de união do PRR com o Partido Federalista, diante da declaração de Guerra, em seu discurso proferido na 30ª sessão da assembléia legislativa do Estado em 27 de outubro de 1917, onde Getúlio Vargas expõe que:

Embora haja aqui Representantes políticos divergentes, espero agora o que tem acontecido nos outros países agitados pela grande crise, vendo-se os representantes de todos os credos religiosos ou tendências filosóficas, ante o semitismo de perigo comum, unirem-se sob a mesma bandeira.<sup>61</sup>

Getúlio Vargas segue discursando no mesmo tom na 40ª sessão da assembléia legislativa do Estado em 13 de novembro de 1917, momento em que reafirma suas idéias.

Não é, porém, ocasião de nos determos diante de feições, de controvérsias, de exigências partidárias, em face deste ou daquele principio divergente, e isso porque, neste momento, devem cessar todas as divergências, devendo, todos nós, congregarmo-nos, como um só homem fôssemos, em torno do Governo da República, que, nesta emergência, é o supremo coordenador de todas as nossas energias, o expoente máximo das tendências de nossa nacionalidade.<sup>62</sup>

Após apresentar um interessante trabalho em defesa do Estado e da política de Borges de Medeiros, no ano de 1921 Getúlio Vargas é reeleito com tranqüilidade ao cargo de deputado na assembléia dos representantes. Entretanto, neste mesmo ano, na sucessão de Eptácio Pessoa na presidência da república,

---

<sup>60</sup> Id.

<sup>61</sup> Discurso de Getúlio Vargas na 30ª Sessão da Assembléia Legislativa do Estado em 27 de outubro de 1917. In: AITA, Carmem; AXT, Gunter (org.). *Getúlio Vargas: Discursos (1913-1929)*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1997.p.121.

<sup>62</sup> Discurso de Getúlio Vargas na 40ª Sessão da Assembléia Legislativa do Estado em 13 de Novembro de 1917. In AITA; AXT, 1997.p.123.

Borges de Medeiros levantou-se contra a candidatura de Artur Bernardes, articulada por Minas Gerais e São Paulo, denunciando o arranjo político como uma forma de garantir recursos para o esquema de valorização do café, quando o país necessitava de finanças equilibradas.<sup>63</sup>

Ocorrido o pleito, Artur Bernardes sai vitorioso na eleição em nível nacional, apesar de ser derrotado no Rio Grande do Sul. Isto indispsôs o Estado com a esfera federal, e mostrou a força da política café-com-leite coordenada por Minas e São Paulo. Essa indisposição com o governo federal não interessava ao governo gaúcho. Antes, porém de prosseguirmos com o estudo das relações políticas destes personagens se faz necessário entendermos o contexto político e econômico e as formas de manutenção do poder que se apresentavam na república velha, no Rio Grande do Sul.

## 1.2 – Contexto político-econômico

É necessário que contextualizemos, ainda que de modo genérico, o processo histórico que se desenvolveu no final do século XIX e início do século XX, e as mudanças ocorridas nas mais diversas esferas da sociedade contemporânea ao período no Rio Grande do Sul, para entendermos posteriormente o contexto de ação dos personagens envolvidos. Com o fim do Império, em 1889, e seu sistema de governo baseado no poder moderador e no revezamento dos liberais e conservadores governando ao lado do Imperador, instaurou-se no Brasil um sistema de Governo Republicano.

O movimento em prol do republicanismo havia iniciado anteriormente à proclamação da república segundo Celi Regina Pinto: “[...] como decorrência da descrença das elites agrárias políticas de que a monarquia tivesse condições e vontade política de realizar uma reforma federativa no país.”<sup>64</sup>. Ainda na década de 1870, começaram a surgir em todos os estados do Brasil, movimentos de caráter republicano, formando-se clubes e partidos que tinham como base principal o fim do sistema monárquico, considerado na época atrasado e impróprio para o país, além de juntar-se aos movimentos abolicionistas.

A causa republicana espalhou-se rapidamente por todo o país, apesar de não ter alcançado grande número de adeptos, chegando ao Rio Grande do Sul em 1878. Conforme Pedro

---

<sup>63</sup> DHBB. op.cit. v.V.2001.p.5899.

<sup>64</sup> PINTO, Celi Regina. *Positivismo* Um projeto político alternativo (RS: 1889-1930). Porto Alegre: L&PM Editores, 1986. p.6.

César Dutra Fonseca “Em 1878, fundava-se em Porto Alegre o Club Republicano, sendo o primeiro de uma série de outros clubes que se formariam no Rio Grande do Sul”<sup>65</sup>. Em fevereiro de 1882, em uma convenção na cidade de Porto Alegre, é fundado o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), quando em sua fase inicial teve a sua frente Júlio de Castilhos e Joaquim Francisco de Assis Brasil, seus dois primeiros líderes expressivos. Com o fim da Monarquia, a maioria dos Estados do Brasil não tiveram problemas em se adaptar ao novo tipo de governo, pois os velhos políticos liberais ocuparam os postos de comando. Entretanto, segundo Celi Regina Pinto isto não ocorre no Rio Grande do Sul:

No Rio Grande do Sul, entretanto, a situação foi distinta. Nem os republicanos pertenciam ao mesmo segmento social dos membros do Partido Liberal, nem tinham em comum os mesmos princípios ideológicos.<sup>66</sup>

Essa guinada política em direção ao republicanismo veio acompanhada por uma mudança no contexto econômico, vivido no Rio Grande do Sul no fim dos anos 1800 e início dos anos 1900. Durante todo o período imperial, a economia gaúcha fora baseada na produção pastoril da região da campanha, abarcando a produção de charque e a venda de couro, que se impunha como principal atividade econômica do estado. De acordo com Pedro César Dutra Fonseca “[...] os dois principais produtos da campanha, charque e couros, que em 1861 perfaziam três quartos do valor das exportações [...]”<sup>67</sup>.

Na segunda metade do século XIX e início do século XX, a produção da região da campanha teve uma forte diminuição. Em contrapartida, surgia no cenário econômico estadual a região do centro-nordeste rio-grandense, local onde se instalaram os imigrantes italianos e alemães. Conforme Pedro César Dutra Fonseca, onde se desenvolviam “[...] pequenas propriedades, nas quais dominava a mão-de-obra familiar [...]”<sup>68</sup>. Essa nova economia do Estado foi aos poucos batendo de frente com a economia charqueadora.

Seguindo seu trabalho, Pedro César Dutra Fonseca expõe que a economia caracterizada pela criação de gado na campanha perde força em detrimento à nova economia surgida no estado:

---

<sup>65</sup> FONSECA, Pedro César Dutra, *RS: economia & conflitos políticos na república velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p.87.

<sup>66</sup> PINTO, op. cit. p.10.

<sup>67</sup> FONSECA, Pedro César Dutra, *Vargas, o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p.37.

<sup>68</sup> Id. p.36.

De um lado, a economia pecuário-charqueadora estagnava, mergulhada em sucessivas crises intercaladas por pequenos períodos de euforia; de outro, aumentava a produção agrícola e a exportação da banha, começando o beneficiamento de produtos, pelo que se faz presente uma expansão industrial, especialmente na zona de imigrantes, mas que encontrou em Porto Alegre o escoadouro para seus produtos.<sup>69</sup>

Maria Antonieta Antonacci corrobora a informação apresentada por Pedro César Dutra Fonseca acrescentando que em virtude da concorrência enfrentada pelo Rio Grande do Sul vinda da produção do charque na região do Prata, “[...] a economia criatória do sul entrou em período de estagnação[...]”. Em contraponto a essa crise no setor do charque “a região agrícola de colonização alemã e italiana entrou em acentuado progresso econômico.”<sup>70</sup> A banha e outros produtos da região serrana alinharam com o charque, até agora produto máximo da economia gaúcha.

A ascensão de novos agentes econômicos no Estado não significou a perda de força da econômica pecuarista. Estes passaram por graves crises, e deixaram de ter todas as suas reivindicações atendidas pelo governo, mas mesmo assim se mantiveram economicamente fortes, porém agora dividindo a economia e, em alguns casos, a política com estes novos agentes.

É interessante destacarmos que essa mudança ocorrida na esfera econômica influenciou de forma importante a política gaúcha na república velha. Os velhos coronéis da fronteira passaram a ter na república – como adversários políticos – os integrantes da nova classe que vinha se formando no estado. Agricultores e industriais, que construíam fortunas na nova economia e buscavam também influência política. Pedro César Dutra Fonseca explicita essa mudança:

As novas regiões, neste caso, significaram novas atividades produtivas, dando ensejo a aparecimento de novos tipos humanos e novas classes sociais, ocasionando alterações na correlação de forças políticas: a agricultura e a indústria não se desenvolvem como extensão da pecuária nem na mesma zona por ela ocupada, mas pela incorporação de outras áreas e com outros agentes sociais.<sup>71</sup>

Não podemos formular uma divisão política por regiões de desenvolvimento econômico, pelo motivo de que políticos de grande expressão como Júlio de Castilhos, apesar de vir de família de estancieiros, era representante dos interesses da nova classe que vinha surgindo no Rio Grande do Sul, e tinham nessa região grande base de apoio. Os republicanos apoiados nos novos agentes econômico-políticos do Estado mantiveram-se frente ao governo do Rio Grande do Sul por toda a

---

<sup>69</sup> Id. p.36-37.

<sup>70</sup> ANTONACCI, op.cit. p.17.

<sup>71</sup> FONSECA, op.cit. p.40.

república velha. Hégio Trindade explica essa manutenção do poder através da nova posição adotada pelos republicanos após chegarem definitivamente ao governo:

[...] Os republicanos tentaram, pois, transformar, após a tomada do poder, sua situação de classe política dirigente, em nova classe dominante hegemônica (enquanto segmentos importantes da classe dominante tradicional da Campanha, permaneciam na oposição) buscando o apoio de novos setores da oligarquia rural ligada a agropecuária no Litoral e na Serra e de segmentos das camadas médias urbanas (profissionais liberais, comerciantes e funcionários públicos). O sucesso desta estratégia viabilizou a dominação do Partido Republicano Rio-Grandense na direção do Estado, de 1892 a 1930, sem nenhuma alternância no poder.<sup>72</sup>

A manutenção do PRR frente ao governo do Estado por longo tempo não significa que o PRR era único na política gaúcha. As oposições tinham relevância apesar de não terem alcançado cargos de grande influência, tiveram desde a proclamação da república participação no cenário da política estadual, proporcionando duas lutas armadas em 1893 e em 1923, não chegando ao poder devido à complexa máquina montada pelo PRR.

### **1.3 – O PRR e as oposições**

O PRR foi fundado em 1882 e congregou um grupo que tinha a sua frente nomes de repercussão, tanto no seu interior, quanto posteriormente na oposição: Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Assis Brasil, entre outros nomes, que lutaram, ardorosamente pelo fim da monarquia. O PRR foi o partido que chegou ao poder após a proclamação da república, apesar de ser o partido de menor expressão, não somente no Estado, mas em todo o país.

O PRR adotou, uma vez chegado ao poder, as teorias de base positivistas, porém adaptadas às peculiaridades do Rio Grande do Sul, o estado não interviria na economia a não ser para manter a “harmonia social”, ou seja, buscar maior igualdade entre a população. Segundo Maria Antonieta Antonacci.

---

<sup>72</sup> TRINDADE. op.cit. p.144.

[...] o PRR procurou, com a sã política econômica, racionalizar as medidas concernentes ao aparelho estatal, seguindo que a receita sempre fosse maior do que a despesa, a fim de realizar um progresso dentro da ordem, evitando os déficits orçamentários.<sup>73</sup>

A oposição atuou durante toda a república velha, tendo momentos de ação forte e sistemática, intercalados com períodos de menor demonstração. Os principais atores desta oposição foram os representantes dos federalistas (Gaspar Silveira Martins, Gumercindo Saraiva, Aparício Saraiva) e suas agremiações partidárias, juntamente com os liberais, ou seja, antigos monarquistas. Estes tinham diferenciações relacionadas à formatação política do Estado. Segundo Héglio Trindade:

Esta diferenciação se traduz na configuração de dois modelos políticos conservadores, ambos assentados na estrutura de dominação tradicional, mas que possuem como elemento permanente e característico o conflito entre dois modelos de organização do sistema político: a república liberal versus a república autoritária.<sup>74</sup>

O modelo conservador autoritário é baseado no positivismo e seguido pelo PRR. Essa estrutura denominada “ditadura científica” resulta da concentração do poder nas mãos do presidente do Estado que pode legislar por decretos, nomear seu vice-presidente e ser reeleito quantas vezes conseguir. Enquanto o modelo liberal tem suas bases nas teorias de John Locke, de um governo com maior participação, democrático e liberal respeitando o direito natural do homem.

Maria Antonieta Antonacci, em seu trabalho *RS: as oposições & a Revolução de 1923*, nos diz que existem duas correntes interpretativas entre os que analisam as oposições no Rio Grande do Sul, uma destas tendências vê as lutas partidárias como se estas fossem definidas por disputas pessoais. Segundo a autora, “[...] Os líderes agem com uma vontade autodeterminadora, como se fossem personalidades desvinculadas da sociedade, que pelo seu brilhantismo e energia conseguiram manter grupos e indivíduos ao seu redor.”<sup>75</sup> Essa tendência têm um enfoque puramente político, trabalhando com mecanismos de poder, instituições estatais e eleições.

Uma segunda corrente interpretativa das oposições, de acordo com Maria Antonieta Antonacci, “[...] procura entender o político como uma das partes do todo social [...]”<sup>76</sup>. Porém esta corrente busca uma divisão geográfica, condicionando a oposição à região da campanha, enquanto os republicanos são relacionados às classes emergentes nas regiões de imigração e as cidades.

---

<sup>73</sup> ANTONACCI. op.cit. p.21.

<sup>74</sup> TRINDADE. op.cit. p.121.

<sup>75</sup> ANTONACCI. op.cit. p.8.

<sup>76</sup> Id. p.8



Dividindo assim, a oposição como representante dos latifundiários criadores de gado, enquanto os republicanos representariam a burguesia emergente nas cidades e as novas formas de exploração do solo na região de imigração.

É de grande importância ressaltar que as fileiras das oposições foram sendo engrossadas pouco a pouco com as dissidências ocorridas no seio do PRR. A primeira cisão neste partido ocorreu em 1890 quando Júlio de Castilhos, em julho deste ano, na escolha da nominata para as chapas de candidatos a deputado federal e a senador para a eleição em setembro indica Barros Cassal, que recusa terminantemente o posto. Segundo Sergio da Costa Franco:

O motivo desta recusa explicará depois – seria a discordância em relação ao precipitado apoio do partido republicano à candidatura Deodoro. Porém, dias após a publicação da chapa oficial, passaram alguns elementos da Capital a propugnar o nome de Barros Cassal para a Câmara dos Deputados, atitude que seria o germe de mais uma séria dissidência.<sup>77</sup>

Este desentendimento político provoca, segundo Hélió Trindade: “[...] a primeira fissura na estrutura monolítica do PRR, que perde três de seus antigos militantes da propaganda: Barros Cassal, Demétrio Ribeiro e Antão de Faria.”<sup>78</sup> A saída de Barros Cassal e seus seguidores do PRR e a sua ação posterior na oposição têm, de acordo com Hélió Trindade, importância na política gaúcha.

Este fato torna-se importante porque ele viabiliza a primeira convergência na oposição dos dissidentes republicanos com remanescentes dos antigos partidos monárquicos (principalmente os Liberais) em junho de 1890, sob o nome de União Nacional, sendo que o jornal da coligação oposicionista torna-se *A Reforma* do antigo órgão do Partido Liberal.<sup>79</sup>

Após ser derrotada nas eleições e ficar sem representação na constituinte federal, a União Nacional desaparece do cenário político em poucos meses e seus representantes vão continuar sua luta em outra agremiação, o Partido Republicano Federal (PRF).

Fundado em abril de 1891, o novo partido endossa a luta da república liberal contra a república autoritária. Criado sob a liderança de Demétrio Ribeiro, o PRF reúne

---

<sup>77</sup> FRANCO, Sergio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Editora Globo, 1967. p.82.

<sup>78</sup> TRINDADE. op.cit. p.131.

<sup>79</sup> Id. p.131.

antigos republicanos e os dissidentes da União Nacional e tinha como porta voz o jornal *O Rio Grande*. Este partido teve pouco tempo de vida, pois foi derrotado em sua primeira tentativa de chegar ao poder, em 1891, chegando a pegar em armas neste mesmo ano. Na segunda tentativa o PRF chega ao poder através daquele que ficou registrado na história como “Governicho”, um período extremamente conturbado com trocas sucessivas dos comandantes do Estado. O regresso do líder Gaspar Silveira Martins ajudou a acabar com o PRF, segundo Ricardo Veléz Rodrigues, “o regresso de Silveira Martins dividiu a coalizão entre republicanos dissidentes e antigos liberais; assim, o Partido Federal, que ambos haviam formado, foi dissociado.”<sup>80</sup>

Com o fim do PRF em 31 de março de 1892, as oposições se reúnem em Bagé, com a presença de seu líder Gaspar da Silveira Martins. Neste encontro é fundado o Partido Federalista (PF), que ao contrário dos outros partidos oposicionistas não tem um curto período de existência. O PF permanece agindo na política rio-grandense por três décadas. O recém fundado partido tem como base de governo um regime unitário parlamentar, conforme Maria Antonieta Antonacci:

Sem maiores explicações sobre os mecanismos e os procedimentos governamentais optaram [...] por um governo de estilo parlamentar; pelo fortalecimento das influências locais, através do voto distrital e da autonomia municipal [...] e, afinal por um sentido mais liberal que o castilhismo, ao defender a representação das minorias no legislativo [...]<sup>81</sup>

O sistema de governo parlamentar proposto pelo PF acaba diferindo dos outros partidos já existentes, pois o PRF buscava um regime presidencial federativo, enquanto o PRR diferenciava-se por que seguia as tradições positivistas, encampadas e adaptadas por Júlio de Castilhos, de um presidencialismo autoritário.

Logo após a fundação do PF, estoura a maior e mais violenta refrega ocorrida na república velha entre a situação republicana e as várias correntes oposicionistas, a revolução federalista<sup>82</sup>, que mancha os anos de 1893 até 1895 com muito terror e sangue

---

<sup>80</sup> VELÉZ, RODRÍGUES, Ricardo. Castilhismo: uma filosofia da República. Brasília: Senado Federal, Conselho Editoria, 2000. p.69.

<sup>81</sup> ANTONACCI, op.cit. p.23.

<sup>82</sup> A Revolução Federalista foi uma sangrenta guerra travada no Rio Grande do Sul iniciada em 2 de fevereiro de 1893 e perdurou até agosto de 1895. Deixou cerca de 12 mil mortos, envolvendo de um lado os Republicanos e do outro os Federalistas. A revolta teve início quando um grupo de federalistas, exilados no Uruguai nos conturbados anos anteriores, invadiu o Rio Grande do Sul em direção a Bagé. As tropas federalistas eram despreparadas (em algumas batalhas chegaram a lutar com tacapes de madeira), formadas por peões e agregados dos grandes estancieiros, e por grande número de uruguaios que se disponibilizaram a

em todos os cantos do Rio Grande do Sul, os republicanos saíram como vencedores nesta refrega assumindo o comando do estado.

Esta revolução deixou marcas na formação partidária gaúcha. Após 1895 ocorreu uma polarização partidária, deixando de existir, de forma coesa, apenas o PRR. Agora o PF, apesar de não conseguir alcançar os cargos elegíveis devido as peculiaridades na legislação eleitoral, tem a possibilidade de apresentar os candidatos, além de contar com uma estrutura organizada de alistamento eleitoral. Além disso, com a chegada de Júlio de Castilhos e posteriormente Borges de Medeiros ao domínio político há uma forte centralização do poder nas mãos do presidente do Estado, que age diretamente sobre os coronéis republicanos, diferindo da forma de agir dos antigos coronéis que tinham maior autonomia.

Com a ascensão de dois partidos, o PRR e o PF, que agrupam em suas bases, respectivamente, os seguidores do sistema presidencialista autoritário e do sistema parlamentarista, ficam de lado muitos políticos que não se enquadram em nenhuma destas correntes ideológicas. Neste contexto estes políticos fundam em 1896 uma nova agremiação partidária, o Partido Republicano Liberal (PRL). Segundo Héglio Trindade, após o surgimento do PRL é que se iniciam as negociações para a unificação das oposições.

Após a revolução federalista, com o surgimento do Partido Republicano Liberal, desenvolve-se a primeira tentativa de unificação das oposições. Os republicanos propõem uma fusão com os federalistas, constituindo um único partido e os federalistas preferiam apenas uma coligação entre os dois partidos. A tentativa frustrou-se porque Silveira Martins exilado, “em carta em Montevideo, em 1897, contrariou o projeto de fusão de seu partido com o liberal.”<sup>83</sup>

Ainda em 1897 o PRL enfrenta desacordos internos, o que leva a uma desagregação progressiva, até ser definitivamente extinto.

Em 1898 Borges de Medeiros chega ao cargo de presidente do Estado, afirmando definitivamente a política republicana à frente do governo gaúcho. Com seu estilo próprio, organizado e eficiente, conduz o governo com extrema sobriedade. Na segunda legislatura da assembléia em 1901, segundo Héglio Trindade:

---

lutar. Tinham como grande líder militar Joca Tavares e político Gaspar Silveira Martins. Os republicanos lutavam organizados e bem armados (usando inclusive metralhadora) com apoio da recém formada Brigada Militar e do exército federal. Essa sangrenta guerra foi marcada pelo uso da Degola (cortar a garganta do adversário), marcou a política rio-grandense durante toda a República Velha.

<sup>83</sup> TRINDADE, op.cit. p.145.

[...] percebe-se que o nível de legitimidade institucional do regime republicano cresce, significativamente, sob o governo borgista e com o sólido apoio, na Assembléia dos deputados republicanos articulados às suas bases locais, numa fase em que a ameaça de uma oposição política estava excluída a curto prazo.<sup>84</sup>

Com o fim do primeiro mandato de Borges de Medeiros em 1892, estando Júlio de Castilhos satisfeito com seus trabalhos, indica Borges de Medeiros para a reeleição. O pleito que marcou sua reeleição foi decorrido sem candidato da oposição, pois os federalistas se recusavam a participar de uma eleição chamada por eles de fraudulenta, enquanto os dissidentes do PRR não estavam suficientemente organizados para pleitear a vaga de presidente do Estado. Com a morte de Júlio de Castilhos em 1903, Borges de Medeiros assume também o cargo de presidente do PRR, o que lhe dá sustentação no cargo de líder incontestado dos republicanos.

Chegada então a eleição de 1907, quando a oposição lança como candidato a presidência do Estado Fernando Abbott, que concorre com o candidato indicado por Borges de Medeiros, Carlos Barbosa Gonçalves. Fernando Abbott, chefe do PRR de São Gabriel abandona o partido<sup>85</sup> para enfrentar seus antigos aliados e recebe apoio de Assis Brasil, que estava afastado da política gaúcha desde o início do *Governicho*.

Com a derrota de Fernando Abbott nas eleições de 1907 ocorre nova tentativa de reaproximação das oposições rio-grandenses, contudo os federalistas não aceitam abrir mão de seu sistema parlamentarista de governo, enquanto os dissidentes republicanos também não aceitam se filiar ao parlamentarismo, deixando de lado o presidencialismo.

A saída de Fernando Abbott, conjugada à volta ao cenário político de Assis Brasil e ao problema de que os dissidentes republicanos não ligados ao parlamentarismo federalista estavam sem partido desde a extinção do Partido Republicano Liberal, levaram a criação do Partido Republicano Democrático (PRD). Conforme aponta Hélió Trindade: “Nestas condições favoráveis Assis Brasil, funda, com o apoio de Fernando Abbott, o Partido Republicano Democrático em Santa Maria, no dia 20 de setembro de 1908.”<sup>86</sup>. A maior contradição deste novo partido em relação aos republicanos residia no fato de os republicanos manterem o poder nas mãos de uma única pessoa, enquanto o novo partido buscava

---

<sup>84</sup> Id. p.147.

<sup>85</sup> Com a morte de Júlio de Castilhos, Fernando Abbott e outros líderes do PRR não reconheciam que Borges de Medeiros seria o sucessor legítimo de Castilhos, assim formou-se um movimento dentro do PRR que acabou com a dissidência e a candidatura Fernando Abbott em 1907.

<sup>86</sup> Id. p.150.

exercer o poder de acordo com a vontade do povo seguindo a Constituição Federal. Segundo Maria Antonietta Antonacci, com a saída de Abbott do PRR em 1907 e com a fundação do Partido Republicano Democrático “[...] as oposições rio-grandenses ampliaram-se, provocando importante cisão no grupo republicano.”<sup>87</sup>

No período que vai de 1907 até 1922, as oposições, apesar de existirem e estarem organizadas, não apresentam candidatos nos pleitos ocorridos por não entrarem em acordo sobre suas formas de pensar a política. Nem federalistas, nem democratas e nem antigos republicanos aceitavam abdicar de seus pensamentos políticos, além disso, o uso da violência e da fraude, pelo PRR, dificultava as candidaturas da oposição.

Era comum o uso da fraude e da corrupção eleitoral, utilizando métodos que obrigavam os eleitores a votar em um candidato apoiado pelo mandatário local. Quando o voto não alcançava os resultados favoráveis aos candidatos propostos pela chefia política local, encontravam então alguma maneira de fraudar as eleições, impugnando urnas, desqualificando eleitores da oposição, fazendo os mortos votar, entre outras.

Esse nível de corrupção eleitoral foi possível devido às prerrogativas do governo estadual de nomear juízes substitutos e de controlar a distribuição e o transporte dos livros eleitorais, além do poder de intimidar, se necessário pela força, a oposição. Evidentemente, a inexistência do voto secreto facilitou esse trabalho de intimidação.<sup>88</sup>

As eleições tornavam-se então uma questão de poder e não uma questão eleitoral, os governadores usavam o poder da máquina estatal para fazer seus sucessores. Isso ocorria largamente em todos os estados do país, basta lembrar que no Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros governou de 1898 até 1927, deixando o poder apenas durante cinco anos (1908-1912).

Gláucio Soares apresenta o uso da violência como forma final de dominação e coação política, quando a cooptação através de cargos ou a fraude eleitoral não alcançavam o resultado desejado, era usada violência física, contra a oposição e mesmo contra partidários dissidentes. “A existência de forças armadas estaduais ampliou a possibilidade de coação física, que repetidas vezes foi utilizada contra a oposição.”<sup>89</sup>

---

<sup>87</sup> ANTONACCI, op.cit. p.24.

<sup>88</sup> SOARES, op. cit. p.15.

<sup>89</sup> Id. p.13.

Esses pleitos, realizados de 1907 até 1923, foram vencidos por larga vantagem pelo candidato do PRR, Borges de Medeiros, que em 1923 candidata-se a seu quinto mandato. Neste contexto as oposições unem-se para apresentar a candidatura de Assis Brasil, que vai confrontar Borges de Medeiros nas urnas.

Analisando o trabalho *RS: As oposições & A Revolução de 1923*, de Maria Antonieta Antonacci, percebemos que sua visão quanto às motivações da candidatura lançada pela oposição em 1923 e também na posterior revolta, apesar de apresentar os problemas políticos, o movimento da oposição tem suas bases em problemas econômicos, concentrando-se principalmente na cobrança de impostos sobre os produtos derivados da pecuária e também do imposto sobre a terra, que onerava muito mais os grandes latifundiários em relação aos pequenos produtores da região de colonização.

O desencontro entre o governo Borges de Medeiros (PRR) e os setores ligados a pecuária (os mais atingidos pela crise econômica), abriu condições objetivas para a arregimentação política das oposições gaúchas. Federalistas, democratas e dissidentes republicanos articularam-se e organizaram-se em torno de Assis Brasil, propondo outra estratégia política para o Estado Rio-Grandense em seu relacionamento com as classes sociais da área.<sup>90</sup>

Apesar de Maria Antonieta Antonacci dar maior ênfase à variável econômica no desenvolvimento das eleições de 1922-23, nos aproximamos da análise de Hélió Trindade, pois conforme este indica, houve um longo processo de incremento político das oposições que se arrastou por quase três décadas, culminando na apresentação de candidato em 1923, forçado também pela crise econômica. Citando Hélió Trindade:

Parece mais plausível a explicação que, não deixando de reconhecer a crise da economia rio-grandense, considere que o papel desta, sem dúvida relevante, foi no sentido de acelerar e viabilizar um processo de estruturação das oposições muito anterior a mencionada conjuntura do pós-guerra. Este processo foi amadurecendo lentamente ao longo de três décadas [...] <sup>91</sup>

O primeiro candidato lançado para concorrer em 1923 é o ex-federalista Carlos Maximiliano, que tem como incentivador Rafael Cabeda. Com a morte de Rafael Cabeda

---

<sup>90</sup> ANTONACCI, op. cit. p.34.

<sup>91</sup> TRINDADE, op.cit. p.158-159.

sua candidatura perde a força e não chega a ser efetivada. “A partir de julho de 22 começam as primeiras articulações em torno da candidatura Assis Brasil, por iniciativa do deputado Alves Valença e de Raul Pilla, ambos do Partido Federalista.”<sup>92</sup>.

Segundo Héglio Trindade, o maior problema da candidatura de Assis Brasil foi a formatação do programa de governo, isto deve-se ao fato de estarem apoiando esta candidatura as três correntes oposicionistas existentes. Os democratas, que haviam fundado seu partido em 1908, com Assis Brasil e Fernando Abbott, que buscavam um meio termo entre o autoritarismo positivista e o parlamentarismo monárquico. Os dissidentes republicanos que haviam rompido com o borgismo entre 1908 e 1919. E finalmente os federalistas que apesar de não serem um grupo monolítico foram a principal base de sustentação de Assis Brasil.<sup>93</sup>

Assis Brasil fez um grande esforço para sedimentar as oposições, buscando forjar uma dinâmica interna própria. Segundo Maria Antonieta Antonacci:

Por isso mesmo, através da luta pelo poder procurou organizar os grupos sócio-políticos rio grandenses, dando início a um processo onde fossem surgindo laços novos, que sedimentassem a aliança das oposições na prática. Assis Brasil explorou a luta pela posse do poder não como um fim em si mesmo, mas como um meio que possibilitou às oposições níveis de articulação e de arregimentação inatingíveis até então.<sup>94</sup>

Apesar da junção das oposições Assis Brasil foi derrotado por Borges de Medeiros em uma eleição fraudulenta. Isto acirrou os ânimos das oposições que em 1923 pegou em armas e lutou contra a dominação política exercida pelo PRR no Estado. Esta revolução de 1923 não foi tão violenta quanto à de 1893, mas obteve mais resultados políticos. Após uma longa negociação dos oposicionistas e dos próprios partidários com Borges de Medeiros foi firmado o pacto de Pedras Altas, onde a oposição conquistou algumas das suas reivindicações, entre elas, a não reeleição dos presidentes do Estado, além de aumentar sua participação na assembléia dos representantes e na câmara federal.

Com estas pequenas vitórias em 1923 a oposição conseguiu agrupar-se de forma definitiva fundando a Aliança Libertadora em 1924, que trazia conjugados os federalistas e os dissidentes sob a liderança de Assis Brasil. Esta junção de 1924 permitiu que em 1928 fosse criado o Partido Libertador (PL), conforme explicita Héglio Trindade:

---

<sup>92</sup> Id. p.159-160.

<sup>93</sup> Id. p.160.

<sup>94</sup> ANTONACCI, op.cit. p.87.

A etapa final, porém, da constituição de um partido de oposição liberal ocorrerá, em março de 1928, quando reunido em Bagé, sob a presidência de Assis Brasil, o congresso dos opositoristas conservadores liberais decide fundar o Partido Libertador. A nova agremiação política reúne os mesmos líderes da extinta Aliança Libertadora, absorvendo e extinguindo naturalmente o velho Partido Federalista.<sup>95</sup>

Proibido pelo pacto de Pedras Altas de concorrer à reeleição, Borges de Medeiros lança como seu sucessor Getúlio Vargas, que faz um governo sem perseguição acintosa aos opositoristas, permitindo que estes ocupem cargos e vagas de deputado, tanto em âmbito estadual quanto federal. Esta postura de Getúlio Vargas leva à união de quase todo o Estado, formando a Frente Única em prol de sua candidatura à presidência da república em 1930.

#### **1.4 – As formas de manutenção do poder na república velha**

A característica principal que distingue o Estado do Rio Grande do Sul do restante do país na república velha está diretamente relacionada a sua forma de governo e a orientação filosófica. Enquanto todos os outros estados tinham uma constituição em consonância com a Constituição Federal, o estado sulino era guiado por uma constituição baseada na corrente positivista, que contrariava em vários pontos a Constituição Federal, entretanto seria errôneo afirmar que o positivismo é exclusividade do Estado do Rio Grande do Sul. A sede do apostolado positivista encontrava-se no Rio de Janeiro, e na maioria dos Estados do Brasil existiam políticos que seguiam as visões positivistas, além disso, vale ressaltar que o positivismo tinha grande circulação entre os meios militares. Contudo no único Estado onde foi implantada uma estrutura de governo baseada no positivismo foi o gaúcho.

---

<sup>95</sup> TRINDADE, op.cit. p.164.



### 1.4.1 – Apontamentos sobre o positivismo

A política positivista implantada no Rio Grande do Sul seguia as bases do pensamento de Auguste Comte<sup>96</sup>. A contribuição principal de Auguste Comte para a filosofia positivista foi adotar o método científico como base organizacional para a política da sociedade moderna industrializada. Segundo Ricardo Veléz Rodrigues:

A filosofia política positivista baseia-se no pressuposto de que a sociedade caminha inexoravelmente rumo à estruturação racional. Esta convicção e os meios necessários para a sua realização são alcançados mediante o cultivo da ciência social.<sup>97</sup>

Comte trabalha com a lei dos três estágios do desenvolvimento intelectual, apontando que o desenvolvimento intelectual humano passa historicamente primeiro por um estágio teológico, em que o mundo e a humanidade são explicados a partir dos deuses e dos espíritos; em seguida a explicação é feita através de um estágio metafísico, em que os esclarecimentos estavam nas essências nas causas finais nas abstrações; e evolui finalmente para o estágio positivo moderno. Este último estágio se distinguia por uma consciência das limitações do conhecimento humano. As verdades absolutas foram abandonadas, passou-se a buscar leis baseadas nas relações e nos fenômenos naturais observáveis.

A filosofia positivista de Auguste Comte alcançou sucesso no Brasil por conter uma visão reformista e dogmática, com duros postulados morais, isso atraiu estudantes que estavam descontentes com o sistema monárquico. Entretanto, no Brasil, a filosofia Comtiana foi adaptada de maneira peculiar. Aqui o positivismo assumiu traços visivelmente progressistas, conforme Sérgio da Costa Franco:

---

<sup>96</sup> Isidore Auguste Marie François Xavier Comte, nasceu em 19 de janeiro de 1798, em Montpellier. Em 1814, tornou-se aluno da escola politécnica de Paris onde estudou ciências exatas, e depois, por algum tempo, trabalhou como professor. Faleceu em 5 de setembro de 1857, em Paris. Filósofo e auto-proclamado líder religioso. Foi o fundador da religião positivista, além de ter grande influência no estudo da sociologia. Escreveu inúmeros trabalhos entre eles: *Curso de Filosofia Positiva*, sua publicação inicia-se em 1830 e se distribui em 6 volumes até 1842. *Discurso Sobre o Espírito Positivo*, publicado em 1844. *Sistema de Política Positiva ou Tratado de Sociologia*, onde ele institui a religião da humanidade, constitui-se de enormes volumes produzido entre 1851 e 1854.

<sup>97</sup> VELÉZ, RODRÍGUES, Ricardo. Castilhismo: uma filosofia da República. Brasília: Senado Federal, Conselho Editoria, 2000. p.22.

As concepções políticas do positivismo, que, na França, onde surgiram, tinham conteúdo nitidamente reacionário, no Brasil, como em outros países subdesenvolvidos, não deixaram de atuar num sentido progressista.<sup>98</sup>

No Brasil o positivismo abriu caminhos no campo da intelectualidade, tornando possíveis os estudos nas áreas de matemática e das ciências naturais, não sendo aplicado diretamente na política a não ser no caso do Rio Grande do Sul, onde estudantes de direito, Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros entre outros, que tiveram contato com o positivismo nas suas faculdades, desenvolveram um sistema de governo baseado nas teorias de Comte. Contudo, é errôneo afirmar que o sistema de governo é baseado no positivismo ortodoxo. Segundo Sérgio da Costa Franco nem mesmo os políticos mais dedicados ao positivismo seguiam totalmente os ensinamentos de Comte.

Para Nelson Boeira o positivismo gaúcho revela uma série de omissões e deslocamentos de sua ideologia original, que buscam se adaptar à realidade do Estado:

A história do positivismo rio-grandense, como a de qualquer ideologia, é feita de omissões, compromissos, resistências, erosões e deslocamentos de sentido e ênfase. Esses movimentos regem-se, de um lado, pelas variações dos interesses materiais e políticos de seus usuários e, de outro, pelos modismos intelectuais e políticos de seus usuários e pelo confronto com seus concorrentes ideológicos.<sup>99</sup>

No Rio Grande do Sul o positivismo foi implantado diretamente pela ação de Júlio de Castilhos frente ao PRR e ao governo do Estado, mas seu governo não se baseou unicamente na visão positivista. Sergio da Costa Franco levanta que em documento assinado na reunião da reserva em março de 1889, Júlio de Castilhos apóia diretamente a ação revolucionária contra a monarquia, o que contraria os princípios positivistas. O mesmo autor escreve que:

Tais palavras evidenciam o quanto Castilhos estava longe de ser um positivista ortodoxo. Pois os adeptos de Comte condenam a insurreição armada, e, inclusive, aquela época, o Apostolado Positivista preconizava a evolução

---

<sup>98</sup> FRANCO, op.cit. p.12.

<sup>99</sup> BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José H; GONZAGA, Sergius. *RS: Cultura & Ideologia*. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p.36.

gradual da Monarquia para a ditadura republicana, aproveitando o próprio D. Pedro como ditador.<sup>100</sup>

Em outros momentos os ensinamentos positivistas eram seguidos com mais proximidade, quando se nota que durante os governos de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros, o Estado do Rio Grande do Sul interveio diretamente na economia da região norte apoiando as pequenas propriedades e desenvolvendo as estradas para o escoamento da produção, deixando de lado algumas vezes a pecuária que já estava consolidada. Percebemos que esses seguiam um pressuposto positivista de desenvolvimento equilibrado, conforme aponta Maria Antonieta Antonacci:

Conforme a concepção positivista, a política gira em torno do estabelecimento de uma conciliação entre a ordem e o progresso, com base no livre desenvolvimento da iniciativa individual. Com isso, os positivistas entenderam que o estado devia exercer uma ação reguladora sobre os grupos e classes sociais, promovendo um desenvolvimento equilibrado de todos os setores da produção. Além disso, cabia ao estado intervir para harmonizar a existência e o uso da propriedade [...]<sup>101</sup>

Para Nelson Boeira, os positivistas gaúchos modificam o sentido de vários temas apresentados pela obra de Comte. Apresentamos aqui sua visão sobre o conceito de Estado, que sofre alterações de acordo com a conjuntura, “Nos anos que antecedem a República, os positivistas do PRR, usam Comte para defender a descentralização administrativa e discriminação de rendas.” No momento em que os positivistas ascendem ao poder sua visão da ação estatal muda tendo agora “a idéia de Estado como agente ativo na regulação da vida econômica e social.” Quando as teorias de Comte e seus seguidores explicam e endossam as decisões do PRR isto é amplamente divulgado, porém quando não se pode compatibilizar as ações governamentais com as teorias comtianas, “omite-se ou ignora-se as idéias inconvenientes.”<sup>102</sup>

Segundo Ricardo Veléz Rodrigues as teorias comtianas não foram simplesmente aceitas, mas sim passaram por um processo de adaptação, onde se enquadraram a realidade política enfrentada no período:

---

<sup>100</sup> FRANCO, op.cit. p.56.

<sup>101</sup> ANTONACCI, op.cit. p.20.

<sup>102</sup> BOEIRA, op.cit. p.37.

[...] as peculiaridades do autoritarismo castilhista não podem ser explicadas através de simples referências à filosofia de Auguste Comte. Castilhos inspirou-se nele, mas deu ao seu conceito de política traços inéditos, fruto da sua personalidade e das condições concretas que viveu o Partido Republicano Histórico, na luta com a antiga elite dirigente sul-rio-grandense.<sup>103</sup>

A teoria positivista se mantinha, ainda que de forma relativa por não ter sido adotada ortodoxamente, pois o PRR, precisava resistir às doutrinas concorrentes, tanto dos federalistas como dos dissidentes, com isso o positivismo recebia novas adesões e ganhava força para sua manutenção.

Essa teoria foi seguida com mais proximidade pelos republicanos históricos, pois estes tinham a necessidade de afirmar a república recém constituída, já a geração de 1907 inicia seus trabalhos políticos com a república já constituída e estabilizada podendo então fugir um pouco da influência positivista.

#### 1.4.2 – A constituição estadual de 1891.

Usando-se de muitas das idéias de Auguste Comte, Júlio de Castilhos desenvolve um sistema político próprio no Rio Grande do Sul que segue uma filosofia baseada no que se pode chamar de Positivismo Castilhista. Para a afirmação desta política Júlio de Castilhos escreve do próprio punho a constituição do Estado, que cria um aparelho de governo capaz de manter a oposição o mais afastada possível das decisões e de qualquer cargo político. Segundo Nelson Boeira:

A primeira mudança de qualidade no positivismo político ocorre com a aprovação da constituição de 14 de julho. Não se pretende negar que o acesso ao poder por parte dos republicanos tenha implicado uma necessidade de especificação do programa partidário, mas é somente com a aprovação da nova ordem constitucional que se cria um fato doutrinário, isto é, uma institucionalização do comtismo. Comtismo reformulado por Castilhos para fazer frente às necessidades imediatas e aos projetos de longo prazo do setor da elite representado pelo PRR, mas mesmo assim nitidamente comtismo.<sup>104</sup>

---

<sup>103</sup> VELÉZ RODRÍGUES, op.cit. p.26.

<sup>104</sup> BOEIRA. op.cit. p.39

A carta constitucional formulada por Júlio de Castilhos e aprovada no Rio Grande do Sul rege o estado por mais de três décadas. Analisamos aqui alguns tópicos deste texto a fim de demonstrar como a constituição auxiliou na manutenção do poder do PRR e de Borges de Medeiros diante da política do Estado.

A constituição publicada em 14 de julho de 1891, no seu título II referente ao governo do Estado, seção primeira, capítulo I que dispõe sobre a presidência e a vice-presidência do Rio Grande do Sul, traz algumas peculiaridades, que facilitam a governabilidade por parte do candidato eleito. Ao ler o Art. 10º fica claramente especificado que o cargo de vice-presidente do Estado não terá escolha feita através do voto e sim através de indicação direta do presidente, conforme segue:

Art.10º - Dentro dos seis primeiros meses do período presidencial, o presidente escolherá livremente um vice-presidente, que será o seu imediato substituto no caso de impedimento temporário, no de renúncia ou morte, perda do cargo e incapacidade física.<sup>105</sup>

No que concerne à reeleição do presidente para um mandato subsequente encontramos na constituição algumas peculiaridades. O Art. 9º dispõe que: “O presidente exercerá a presidência durante cinco anos, não podendo ser reeleito para o período seguinte, salvo se merecer o sufrágio de três quartas partes do eleitorado”. Seguindo na leitura da carta constitucional de 1891, podemos encontrar de forma especificada no Art.18º § 1º, que: “a apuração dos votos será feita pela Assembléia dos Representantes [...]”<sup>106</sup>, ou seja, a reeleição só é possível mediante a soma de três quartos dos votos válidos, contudo os poderes de escrutinar as eleições recaem sobre a assembléia. Vale lembrar que a assembléia durante toda a república velha é dominada pelo PRR. Fica-nos claro que os resultados podem ser manipulados com a anulação de urnas, e contagem fraudulenta dos votos. Esse artifício foi usado por Borges de Medeiros para poder se manter à frente do PRR, nos casos em que sua votação não era suficiente.

A fraude tornava-se quase que uma necessidade, pois o próprio art. 18º no seu § 3º expõe que o candidato que buscar a reeleição e não conseguir o número de votos especificado pela constituição fica impossibilitado de concorrer novamente para o pleito. Conforme segue:

---

<sup>105</sup> Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul. In: VIANNA, Paulo Domingues. *Constituição Federal e Constituições dos Estados*. Rio de Janeiro. F. Briguiet & cia. Editores. 1911. p. 707-736.

<sup>106</sup> Id.

Art. 18º [...] § 3º - Na eleição em que for votado o presidente do Estado se nenhum cidadão houver alcançado a maioria absoluta e aquele não tiver obtido as três quartas partes do sufrágio proceder-se-á nova eleição, na qual não poderá o mesmo se votado.<sup>107</sup>

A constituição autorizava de forma discreta, portanto, a manutenção da autoridade do PRR diante do Estado, mais diretamente a manutenção de Borges de Medeiros, que foi reeleito por vezes seguidas.

Mas não eram somente estes os serviços prestados pela constituição à manutenção do governo nas mãos do PRR. Dentre as atribuições do presidente, notamos que este tinha o poder de organizar as forças policiais públicas do Estado<sup>108</sup>, e de mantê-las ao seu dispor. No item dez, do capítulo III, que dispõe sobre as atribuições do presidente, está posto que cabe ao presidente:

Art. 20º [...] item 10 – Organizar a força pública do Estado, dentro da verba orçamentária destinada a este serviço, dispor dela, distribuí-la e mobilizá-la, conforme as exigências da manutenção da ordem, segurança e integridade do território. [...]<sup>109</sup>

Este item prevê que o presidente pode organizar as forças de acordo com a verba orçamentária, entretanto notamos no item sete do mesmo capítulo que é função do presidente do Estado “Preparar o projeto do orçamento da receita e despesa do Estado.” Além disso o presidente tinha a possibilidade, de acordo com o item onze deste capítulo III de “Mobilizar e utilizar a guarda policial do municípios em casos excepcionais.” Concluimos aqui que o presidente tinha em suas mãos um aparato militar muito forte e a possibilidade de ampará-lo e aumentá-lo em casos extremos de revoltas ou sublevações da oposição, conforme suas necessidades.<sup>110</sup>

Outro tópico interessante na constituição de 1891 trata-se do capítulo VI que dispõe sobre a decretação das leis do Estado. Está previsto no art. 32º § 1º e 2º que as leis

---

<sup>107</sup> Id.

<sup>108</sup> Esta prática do governador do Estado de organizar forças militares próprias não era uma peculiaridade do Estado do Rio Grande do Sul, a grande maioria dos Estados se utilizavam desta possibilidade, organizando forças com armamento e treinamento militares próprios de exércitos nacionais.

<sup>109</sup> Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul. In: VIANNA, Paulo Domingues. *Constituição Federal e Constituições dos Estados*. Rio de Janeiro. F. Briguiet & cia. Editores. 1911. p. 707-736.

<sup>110</sup> Id.

serão elaboradas pelo presidente do Estado, que antes de promulgá-las deverá dar-lhes a maior divulgação possível, sendo enviadas a todos os intendentess para que estes as repassem aos cidadãos, a fim de que todos os cidadãos do Estado tenham a possibilidade de apresentar emendas a esta lei. Uma proposta de cunho democrático e uma forma inovadora de legislar. Entretanto o mesmo Art. 32º § 3º prevê que cabe ao presidente aceitar ou não as emendas. Conforme segue:

Art. 32º [...] § 3º Examinando cuidadosamente essas emendas e observando, o presidente manterá inalterável o projeto, ou modifica-lo-á de acordo com as que julgar procedente.<sup>111</sup>

Desta forma o governo do estado abria uma fictícia, porém conveniente, possibilidade de participação de todos os cidadãos sem tirar do presidente a possibilidade de governar com autonomia, propondo as leis necessárias. Autonomia que era garantida com as disposições concernentes a assembléia dos representantes, que limitava os deputados trabalharem em torno da organização orçamentária do estado, e mesmo assim votando um projeto já pré-elaborado pelo presidente do Estado.

#### 1.4.3 – A afirmação do castilhismo.

A forma de organização política do Estado do Rio Grande do Sul, que entrou para a historiografia conhecida como castilhismo, tem início quando seu precursor Júlio de Castilhos passa a atuar na linha de frente da política, agindo principalmente como chefe do PRR, e, em alguns momentos como presidente do Estado. A adaptação feita por Júlio de Castilhos da obra de Comte através da carta constitucional ajudou a garantir a manutenção do poder do PRR no Rio Grande do Sul.

O sistema político baseado no positivismo, enfrenta fortes oposições no final do século XIX e primeiros anos do século XX, quando durante o segundo governo de Borges de Medeiros ocorre a prematura morte de Júlio de Castilhos, em 24 de outubro de 1903. Inicia-se um processo de construção mitológica em torno da figura de Júlio de Castilhos, segundo Loiva Félix “[...] mesmo tendo morrido extremamente jovem – 43 anos – e tendo ficado pouco tempo a frente do executivo gaúcho, passou a história como patriarca e

---

<sup>111</sup> Id.

mentor de todo o republicanismo.”<sup>112</sup> . Essa construção da figura do “patriarca” é iniciada para manter viva sua memória, mas principalmente para consolidar o sistema político criado por ele, e manter esta estrutura política que foi a base do republicanismo por mais de três décadas, além de efetivar no poder o seu sucessor Borges de Medeiros.

Nelson Boeira deixa claro em sua análise que a morte de Júlio de Castilhos, em 1903, inicia um novo período na história do positivismo no Rio Grande do Sul: “Essa nova etapa, que se prolonga até 1915, corresponde à efetiva difusão do positivismo – na versão castilhista, bem entendido – na sociedade rio-grandense.” Para Nelson Boeira a partir de 1904, ocorre uma “burocratização acelerada do PRR” sendo que este processo tem como segmento marcante, que se sobrepõe aos outros, “a criação de uma tradição doutrinária assentada no legado de Castilhos.”<sup>113</sup>

A construção de um herói, de um mito, é essencial para a manutenção da crença em um sistema de governo. É importante entendermos que o herói, é construído muitas vezes pela necessidade de afirmação e manutenção de regimes recém criados, conforme José Murilo de Carvalho:

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva [...] instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico.<sup>114</sup>

A afirmação de um herói se dá na formação em torno desta figura, de uma dominação carismática, ou seja, o herói passa a ser um ser superior aos outros mortais, adquirindo grande confiança em torno de sua personalidade. Max Weber explicita a dominação carismática:

Debe entenderse por “carisma” la cualidad que pasa por extraordinaria (condicionada mágicamente en su origen, lo mismo si se trata de profetas que de hechiceros, árbitros, jefes de cacería o caudillos militares), de una personalidad, por cuya virtud se la considera en posesión de fuerzas sobrenaturales o

---

<sup>112</sup> FELIX, Loiva Otero. A fabricação do carisma: a construção mítico-heróica na memória republicana gaúcha. In: FELIX, Loiva Otero; ELMIR, Claudio P. *Mitos e Heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. p.141.

<sup>113</sup> BOEIRA, op.cit. p.40.

<sup>114</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.55.



sobrehumanas – o por lo menos específicamente extracotidianas y no asequibles a cualquier otro - , como enviado del dios, o como ejemplar y, en consecuencia, como jefe, caudillo, guía o líder.<sup>115</sup>

Seguindo nesta linha explicativa citamos Loiva Félix que vem corroborar com a afirmação acima:

A transmutação do real, embutida no processo de heroicização e mitificação, tem seu momento oportuno especialmente em situações de crise histórica conjuntural. Nos momentos de ruptura do ritmo histórico da continuidade e da normalidade, o grupo social tende a necessitar de um novo tutor, de um novo guia que possa construir em torno de si um imaginário político que permita a compreensão da inteligibilidade histórica perdida, exercendo assim uma ‘função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente.<sup>116</sup>

A construção de um mito de um herói para a afirmação de um sistema político, é feita principalmente em momento de crise, ou seja, quando o sistema está sendo colocado em discussão por seus adversários, e no caso do republicanismo, por muitos de seus adeptos que se tornaram dissidentes e combatentes do sistema político.

A constituição de um herói é necessária para a legitimação da identidade de um determinado grupo. Esse herói estabelecido torna possível a ligação da comunidade presente com o seu passado. Portanto essa construção condiciona as pessoas a seguirem este herói buscando se aproximar de suas qualidades e seus feitos, mas sabendo que:

O cidadão, que não pode ser feito à imagem e semelhança de Castilhos – porque, como herói republicano é especial, está acima do comum dos homens – deve-se espelhar nele que, enquanto líder idolatrado, encarna as virtudes e valores sociais; símbolo e modelo a ser seguido.<sup>117</sup>

Para melhor entendermos, a força da construção mítica em torno de Júlio de Castilhos, e o poder que esta passa a exercer, expomos aqui o pensamento de Pierre Bourdieu, em sua obra *O Poder Simbólico*. O autor deixa claro que o poder é uma construção simbólica, onde há uma relação entre quem detêm o poder e quem sofre a ação

---

<sup>115</sup> WEBER, op.cit. p.193.

<sup>116</sup> FÉLIX, op.cit. p.141.

<sup>117</sup> Id. p.149.

do poder, ambos podem ou não saber que estão exercendo um poder. Assim, “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.”<sup>118</sup> O poder simbólico é construído através de um jogo de representações e de simbologia, em torno de determinada pessoa ou instituições. Cria-se uma aureola de poder em torno deste. Após efetivada esta construção o poder tem a força da ação apenas pela coação psicológica ou moral, não precisando do uso da força ou de outros métodos.

O poder simbólico com poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.<sup>119</sup>

A construção do mito em torno de Júlio de Castilhos é feita principalmente na imprensa do período, sobretudo no veículo oficial do PRR, o jornal *A Federação*, mas também em jornais republicanos locais. Segundo Loiva Félix, já em 26 de outubro, dois dias depois da morte de Castilhos *A Federação* publica o editorial com o título “O Grande Morto” tendo frases de efeito conforme a autora cita:

Frases como: “Sim, vivamos d’Ele, de seu passado, de seu nome”, ou “A veneração do Rio Grande, dos republicanos [...] não se limitará as manifestações platônicas do sentimento”, nos mostram a veneração religiosa que começa a processar-se.

Ao não mencionar o nome e referir-se a Ele (em Maiúscula), propicia a imediata e inconsciente associação com um ser distante e superior, mas que nutrirá a vida (Vivamos d’Ele). Por outro lado, esta veneração tem caráter mobilizador para a ação: não deve ser platônica.<sup>120</sup>

A imprensa segue por dias a publicar longos artigos de vários pontos do Estado e do País venerando a figura do “Ilustre Patriarca”. Um ano mais tarde, em 1904, o jornal segue suas homenagens ao “Grande Morto”, chegando a 1905, quando além de toda a movimentação na imprensa ocorre uma romaria ao túmulo de Júlio de Castilhos, recebendo

---

<sup>118</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p.7-8.

<sup>119</sup> Id. p.14.

<sup>120</sup> FÉLIX, op.cit. p.147.

próceres republicanos vindo de todos os recantos do Estado, e inicia o processo de afirmação do sucessor de Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros. Loiva Félix expõe sobre o ano de 1905:

Este ano traz dois aspectos como reforço: a questão do sucessor e o ritual da romaria. Ressalta a presença marcante de Borges de Medeiros nas homenagens como sendo o legítimo e ‘eminente sucessor’ do grande chefe. Lembremos que este reforço é necessário neste momento e ainda nos anos seguintes, pois estamos assistindo à conjuntura da crise política de 1904-1907.<sup>121</sup>

A partir de sua morte a imprensa não esquece em nenhum momento de ressaltar os valores imensuráveis do “Grande Patriarca” Júlio de Castilhos. Em alguns momentos, como em período de eleição, a memória de Castilhos é re-visitada ainda com mais argúcia, buscando principalmente alcançar dividendos políticos. “Em 1915, ano eleitoral, crítico para a sustentação política de Borges de Medeiros, foram priorizados no discurso duas dimensões míticas: a do herdeiro e a da unidade.”<sup>122</sup>

Em 1922 na última eleição disputada por Borges de Medeiros, a imprensa continua seu processo de heroicização de Júlio de Castilhos a fim de manter a coesão republicana, a força de Júlio de Castilhos é transmitida a seu seguidor. “Novamente foi lançada a candidatura de Borges de Medeiros à presidência do Estado e, como que para se abençoada por Castilhos, o foi na véspera da comemoração de sua morte”<sup>123</sup>

Castilhos teve seu carisma ‘fabricado’ pela necessidade histórica de uma minoria apresentar-se como maioria, de legitimar e justificar uma identidade e, com isto, oferece um componente histórico significativo para o entendimento das reações sócio-históricas em largo período do processo republicano rio-grandense marcando a associação da figura heroicizada e mitificada de Júlio de Castilhos à memória republicana gaúcha.<sup>124</sup>

O processo de mitificação de Júlio de Castilhos ajudou a organizar um poder hegemônico, pela constante repetição das qualidades e das forças do “Grande Patriarca”, afirmou-se um herdeiro, Borges de Medeiros, que assumiu seu poder simbólico

---

<sup>121</sup> Id. p.151-152.

<sup>122</sup> Id. p.156.

<sup>123</sup> Id. p.158.

<sup>124</sup> Id. p.159.

constituindo-se diante do governo por um largo período de tempo. E também afirmou-se uma estrutura de governo que denominamos Positivismo Castilhista.

A ação realizada a fim de assegurar a figura de Júlio Castilhos como “patriarca” e acima de tudo para consolidar a política castilhista, constrói um Estado com bases autoritárias. Segundo Ricardo Veléz Rodrigues “O caráter tutelar e hegemônico do Estado castilhista leva os representantes desta corrente a rejeitar todo tipo de governo representativo como essencialmente anárquico.”<sup>125</sup> Assim baseado na luta contra o liberalismo o Positivista Castilhismo manteve-se no Rio Grande do Sul por toda a república velha, ao lado de Borges de Medeiros que recebeu a unção de Júlio de Castilhos e baseado nisso pode se manter no poder.

#### 1.4.4 – Traços do coronelismo.

Esse poder incontestado dos políticos republicanos à frente do estado e também do PRR, tem, além de outras formas de sustentação, base na manutenção e proliferação do sistema coronelista, por muito tempo negado no Estado, mas que foi comprovado por Loiva Félix em sua obra *Coronelismo, Borgismo e Cooptação política*.

O sistema coronelista existia não somente na república velha, mas também no período imperial, agindo como um instrumento de dominação local caracterizado pelo poderio militar e econômico de um chefe que se sobreponha aos demais dessa região, e era conhecido por coronel. Esse sistema coronelista pode ser considerado uma descendência da família patrimonial e patriarcal trazida ao Brasil pelos portugueses quando da ocupação das novas terras descobertas no além mar.

Maria de Lourdes Janotti corrobora com a discussão afirmando-nos que: “O poder pessoal, sobre o qual se assenta o coronelismo, é uma herança colonial, cujas coordenadas econômicas acham-se no sistema mercantilista e na lavoura de exportação.”<sup>126</sup>

A sociedade rural construída no Brasil tinha algumas características que são descritas por Sérgio Buarque de Holanda: era uma sociedade individualista, não havia gente em grupos, mas em particular sendo a casa de cada habitante uma verdadeira e particular república. Essas habitações localizadas no meio rural tinham um grau de autonomia elevado, contando com os ofícios “como pedreiros, carpinteiros, barbeiros, sangrador, pescador etc...”<sup>127</sup> Esse sistema prevaleceu até depois da independência, “não

---

<sup>125</sup> VÉLEZ RODRÍGUES, op.cit. p.25.

<sup>126</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1972. p.16

<sup>127</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.p.81.

faltou lavrador que se vangloriasse de só ter de comprar ferro, sal, pólvora e chumbo, pois o mais davam de sobra suas próprias terras.”<sup>128</sup>

Eliane Lucia Colussi, escreve em seu trabalho, sobre as municipalidades gaúchas, o seguinte trecho referente ao coronelismo na esfera rural:

O coronelismo, visto como fenômeno político e social, foi expressão de uma sociedade predominantemente rural e que abrangia a maioria dos municípios brasileiros. O poder privado fortalecia-se em consequência do isolamento, do atraso econômico e da falta de comunicação dessas localidades com os centros mais desenvolvidos. O único contato das populações com o aparelho do Estado dava-se em períodos de eleições, quando o voto significava a possibilidade de obtenção de favores ou de alguma melhoria material.<sup>129</sup>

A sociedade rural foi mantida desde muito cedo até 1889, com a predominância do braço escravo. Porém, conviviam estes com agregados, ou seja, trabalhadores livres, que também trabalhavam na fazenda e dependiam diretamente do proprietário e chefe do grupo familiar:

Os escravos das plantações e das casas, e não somente escravos, com os agregados, dilatam o círculo familiar e com ele, a autoridade imensa do pater-famílias. Esse núcleo bem característico em tudo se comporta como seu modelo na Antiguidade, em que a própria palavra ‘família’, derivada de *famulus*, se acha estreitamente vinculada à idéia de escravidão, e em que mesmo os filhos são apenas os membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinado ao patriarca, os *líberi*.<sup>130</sup>

Essa sociedade de base rural, que teve influência nos destinos do país por muito tempo, era ancorada num sistema familiar forte e coeso no qual prevalecia o patriarcalismo, ou seja, o pater-famílias<sup>131</sup> que assumia a liderança incontestada do grupo de pessoas que o rodeava, todos eram submissos a seu poder. Sérgio Buarque de Holanda especifica que as: “famílias de estilo patriarcal, onde os vínculos biológicos e afetivos que

---

<sup>128</sup> Id.

<sup>129</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado Novo e Municipalismo Gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. p.16.

<sup>130</sup> HOLANDA, op. cit. p. 81.

<sup>131</sup> Sérgio Buarque de Holanda, ilustra o poder do patriarca: “Neste ambiente o pátrio poder é virtualmente ilimitado e poucos freios existem para sua tirania. Não são raros os casos como o de um Bernardo Vieira de Melo, que, suspeitando a nora de adultério, condena-a à morte em conselho de família e manda executar a sentença, sem que a Justiça dê um único passo no sentido de impedir o homicídio ou de castigar o culpado, a despeito de toda a publicidade que deu o fato o próprio criminoso.” (HOLANDA, op. cit, p.82)

unem ao chefe os descendentes, colaterais e afins, além da famulagem e dos agregados de toda sorte, não de preponderar sobre as demais considerações”.<sup>132</sup> Esse grupo familiar e de relações de escravidão, de trabalho forma um todo, “cujos membros se acham associados, uns aos outros, por sentimentos e deveres, nunca por interesses ou idéias”.<sup>133</sup>

Maria de Lourdes Janotti, expõe que:

A situação de dependência se reproduz na sociedade civil de perfil paternalista e na acentuada diferença econômica entre as classes sociais. A dominação é exercida através de um encadeamento hierárquico rígido, no qual o Coronel representa o poder local, imediatamente superior ao do pai de família.<sup>134</sup>

Vitor Nunes Leal apresenta um novo conceito na discussão coronelista o filhotismo, que explica a fraqueza das organizações públicas, pois os coronéis colocam para trabalhar seus agregados que na maioria das vezes não reúnem as capacidades necessárias para tal cargo, o autor segue:

A outra face do filhotismo é o mandonismo, que se manifesta na perseguição aos adversários: “para os amigos pão, para os inimigos pau” [Dito atribuído a um político mineiro.]. A relação do chefe local com seu adversário raramente são coardiais. O normal é a hostilidade. Além disso, como é obvio, sistemática recusa de favores, que os adversários, em regra geral, se sentiriam humilhados de pedir.<sup>135</sup>

A família patriarcal é, para Sérgio Buarque de Holanda, a fornecedora do sistema das relações entre governantes e governados, e baseada nela se harmonizaria o grupo social. O autor cita:

A família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se não de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos. Uma lei moral inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens, pode regular a boa harmonia do corpo social, e portanto deve ser rigorosamente respeitada e cumprida.<sup>136</sup>

---

<sup>132</sup> Id. p.79.

<sup>133</sup> Id.

<sup>134</sup> JANOTTI, op.cit. p.11.

<sup>135</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 2. ed. São Paulo: AlfaOmega, 1975.p.39

<sup>136</sup> HOLANDA, op. cit. p.85.

O patriarcalismo, arraigado na sociedade brasileira, favoreceu e fomentou o surgimento do chamado patrimonialismo, que é um sistema no qual o funcionário não toma distinções entre o domínio público e privado, os detentores das posições públicas de maior responsabilidade, que surgiam em um ambiente patriarcal, não compreenderem a distinção fundamental entre os domínios privado e público.

Dando prosseguimento ao texto, Sérgio Buarque de Holanda apresenta uma definição do funcionário patrimonialista, comparada à do funcionário burocrata caracterizado por Max Weber:

Para o funcionário 'patrimonial', a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos.<sup>137</sup>

Em seguida, o autor expõe as formas de seleção e contratação dos funcionários patrimoniais, caracterizadas pela parcialidade e pela pessoalidade:

A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático.<sup>138</sup>

Esse sistema de funcionalismo patrimonial pode ser racionalizado, e com a especialização das funções tomar para si traços burocráticos, entretanto em suas particularidades quando caracterizamos os dois tipos eles se tornam amplamente diferentes.

O *pater-famílias*, conceituado por Sérgio Buarque de Holanda, é o chefe do sistema patriarcal que perpassa a maior parte da história do Brasil, desde as primeiras fazendas produtoras de cana-de-açúcar, até as fazendas produtoras de café em São Paulo e Minas Gerais, e as fazendas criadoras de gado no Rio Grande do Sul, resistindo em alguns

---

<sup>137</sup> Id. p.146.

<sup>138</sup> Id.

pontos do Brasil por mais tempo, influenciando o sistema de funcionalismo patrimonialista. Maria de Lourdes Janotti, expõe que:

No fim do período colonial a produção açucareira já havia consagrado o mando do senhor de engenho; a criação de gado, no sertão, cristalizara a autoridade do criador; o financiamento das safras e as operações de exportação aumentavam a riqueza do comerciante e a dependência do senhor de terras em relação aos capitalistas.<sup>139</sup>

No caso do Rio Grande do Sul durante o império o coronel tinha grande poder local, o qual provinha principalmente das armas, por ser o Rio Grande do Sul um estado de fronteira viva, estar em constante conflito com os países vizinhos e travar lutas internas com os grupos indígenas, (para a defesa formavam-se grupos em torno de um homem forte economicamente que também iria conseguir poder político). É interessante ressaltar que o coronelismo gaúcho surgiu, segundo Loiva Félix com: “[...] a estruturação dos grupos de parentela, onde, em geral, o chefe da mesma era o chefe do bando de guerrilheiros que se afazendou [...]”<sup>140</sup> E após os conflitos continuava exercendo a liderança, sobre o grupo que também sentava moradia nas proximidades da propriedade deste líder, em muitos casos trabalhando para o mesmo.

Esse grupo ou bando formado em torno da figura de um grande líder, se mantinha principalmente pelo sentimento nobre da lealdade: seguindo, Loiva Félix aponta que: “[...] uma vez que nesse tipo de sociedade pré-estatal, a suprema virtude social não era o patriotismo, mas a lealdade para com o chefe ou, melhor: a forma de patriotismo nessa sociedade era a fidelidade para com o grupo e seu chefe.”<sup>141</sup>

A existência do coronelismo foi negada por muito tempo pela historiografia gaúcha, que buscava idealizar a imagem do gaúcho e diferenciar a história do Rio Grande da história do resto do Brasil. Contrariando as antigas versões da historiografia gaúcha tradicional, Loiva Félix cita que “[...] não haveria espaço para a presença do coronelismo. Afinal reconhecê-lo seria uma forma de nivelamento e igualdade com o processo sóciopolítico dos demais estados [...]”<sup>142</sup>

Porém, a autora, Celi Regina Pinto, em sua obra *Positivismo: Um projeto político alternativo (RS 1889-1930)* defende que o sistema político implantado no estado pelo PRR não tem bases no sistema coronelista.

---

<sup>139</sup> JANOTTI, op. cit. p.21.

<sup>140</sup> FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2.ed. rev. ampl. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p.38.

<sup>141</sup> LAMBERT apud FELIX, op.cit. 1987, p.51.

<sup>142</sup> FELIX, op.cit. 1987, p.22.



O PRR como já foi apontado, não era constituído pela elite pecuária do Rio Grande do Sul e, por esta mesma característica, não detinha o domínio das relações coronelísticas de poder, fundamentais para a realização de um modelo político oligárquico na República Velha.<sup>143</sup>

Entendemos que a não formação do PRR pela elite pecuária não induz a pensar que o mesmo partido não desenvolveu um sistema de dominação coronelista, mas sim que o PRR tinha coronéis que trabalhavam de forma cooptada a seu favor em todas as regiões do estado, porém os velhos coronéis liberais (não em sua totalidade) faziam oposição ao PRR. A existência do coronelismo, no Rio Grande do Sul, é comprovada por Loiva Félix em seu trabalho, *Coronelismo, borgismo e cooptação política*.

Com a revolução federalista, a tipologia de coronel no estado foi remodelada. Instaura-se um modo peculiar de relações entre o coronel local e o Estado. Júlio de Castilhos inicia uma política de cooptação dos coronéis, dando a estes poderes locais em troca de favores eleitorais, política que foi continuada por Borges de Medeiros.

Criava-se no estado, uma relação de poder curiosa, coexistindo um poder centralizado com idéias positivistas e com uma complexa máquina governamental, e por outro lado mantinha-se o poder local dos coronéis cada qual em sua região, numa relação de cooptação: Loiva Félix expõe:

Esses coronéis, na maior parte transformados em intendentess, participavam do jogo de poder com sua força política local, com seu prestígio que se traduzia em votos [...]. Em troca recebiam do governo estadual respaldo para suas ações no município, onde continuavam como “donos”, consolidando essa força nas lutas com os coronéis da oposição, ou então, o que era mais comum, nas “trincas” com as dissidências locais.<sup>144</sup>

Seguindo na exposição sobre o assunto a autora levanta que:

Havia o vínculo governo/partido e do deste com os coronéis, mas respeitando-se as esferas próprias de ação que davam sentido ao jogo político e justificavam a necessidade da cooptação política das bases locais. Isto explica a constante interpenetração partido/estrutura coronelista, dando a tônica ao coronelismo gaúcho.<sup>145</sup>

---

<sup>143</sup> PINTO, op.cit. p.12.

<sup>144</sup> FELIX, op.cit. 1987, p.81.

<sup>145</sup> FELIX, op.cit. 1987, p.132.

A autora comprova essa relação, contudo deixa claro que esses coronéis não eram obrigados a cumprir as ordens. Usa a palavra obediência no sentido dado por Max Weber, “‘Obediencia’ significa que la acción del que obedece transcurre como si el contenido del mandato se hubiera convertido, por sí mismo, en máxima de su conducta;”.<sup>146</sup> Ou seja, os coronéis não aceitavam as idéias de um mandante, mas sim como idéias do partido ao qual estes seguiam, portanto esses ideais, eram seguidos piamente, pois tornavam-se seus.

Por sua vez, Joseph Love, apresenta uma análise diferenciada da situação coronelista no Rio Grande do Sul. Para o autor o que diferencia o coronel gaúcho dos demais é seu papel dentro da estrutura partidária:

Em outros Estados, o coronel obtinha usualmente sua posição no partido oficial, em função de seu poder econômico e prestígio social dentro de certa área. Apesar de estes fatores terem um significado no Rio Grande, existia uma qualificação indispensável para alguém exercer o poder local: a disposição de acatar decisões partidas de cima; daí o nome coronel burocrata.<sup>147</sup>

Era pré-requisito a um coronel gaúcho ser fiel ao PRR, e também ao seu líder Borges de Medeiros, que tinha a possibilidade de punir qualquer insurreição com a diminuição do poder político deste coronel.

Vencido esse preconceito, assumimos a existência do coronelismo no estado. Segundo o trabalho de Loiva Félix e de Joseph Love, com isso entende-se mais facilmente a manutenção do poder por parte dos republicanos por espaço de tempo tão prolongado. Assim como Loiva Félix, pensamos ser o coronelismo<sup>148</sup> uma das bases de sustentação do borgismo e do PRR na república velha gaúcha.

O sistema coronelista após a revolução federalista oferece sustentação política ao PRR. Os antigos coronéis que durante o império tinham a função de manter as áreas livres de invasões estrangeiras e de indígenas, utilizando constantemente a violência, agiam na oposição, porém agora tinham sua força reduzida, enquanto os novos coronéis surgidos nas regiões do norte e nordeste foram cooptados, e agora encampavam as idéias dos líderes republicanos, servindo como base de sustentação eleitoral.

---

<sup>146</sup> WEBER op. cit. p.172.

<sup>147</sup> LOVE, op. cit. p.84.

<sup>148</sup> Vale ressaltar que os coronéis existiam tanto no PRR quanto na oposição, porém os coronéis opositoristas fogem ao tema previsto por este trabalho que é a relação de Borges de Medeiros e Getúlio Vargas ambos republicanos, ligados a sistema coronelista cooptado pelo PRR.

Com a consolidação deste quadro político e econômico se criou uma estrutura sólida de manutenção do poder em favor do PRR, e mais diretamente de Borges de Medeiros, a política gaúcha da entrada do século XX até 1923 não apresentou mudanças, sendo dominada por Borges de Medeiros que utilizava, como apresentado, de recursos para que o poder se mantivesse em suas mãos, nos capítulos que seguem apresentaremos o processo que marca a derrocada deste período de poder incontestado onde Borges de Medeiros aos poucos vai perdendo sua força, em contrapartida novos políticos vêm surgindo, entre eles Getúlio Vargas que vai se destacar.

## **CAPÍTULO II**

### **BORGES DE MEDEIROS E GETÚLIO VARGAS**

#### **1922-1923: eleições e revoltas**

A ação de Borges de Medeiros diante da reação republicana em 1922, que afrontava o governo federal na eleição a presidente da nação, e a posterior derrota deste movimento, levaram o estado do Rio Grande do Sul a uma relação conturbada com o governo federal. Artur Bernardes foi eleito presidente contra a vontade da representação política gaúcha, e por sua vez, Getúlio Vargas manteve-se firme ao lado do PRR nesta ação, contra o domínio da política café-com-leite, que se mantinha ao comando da política nacional durante grande parte da república velha. Essa indisposição criou impasses entre a esfera estadual e nacional. Getúlio Vargas foi indicado para a vaga de deputado federal tendo também como função reaproximar o governo gaúcho do governo da nação. Neste capítulo abordaremos a eleição de Getúlio Vargas para deputado federal, a quinta reeleição de Borges de Medeiros, e em seguida trataremos da revolta armada de 1923 e sua pacificação, mostrando a ação de Borges de Medeiros no Estado contra os revoltosos e a ação de Getúlio Vargas na câmara federal, tentando uma reaproximação entre Estado e União e trabalhando contra uma possível intervenção federal no Estado gaúcho.

## 2.1 – Getúlio Vargas: deputado federal

Com a morte do deputado federal Rafael Cabeda,<sup>149</sup> abriu-se uma vaga para a sucessão, porém esta vaga trouxe à tona uma discussão em torno de qual partido deveria ocupar determinado cargo. Rafael Cabeda era deputado, representando o Partido Federalista. Portanto os federalistas entendiam que este cargo cabia naturalmente a eles.

Enquanto isso, os representantes do republicanismo alegam que a vaga pertence ao povo gaúcho, que elege de acordo com a manifestação eleitoral e não a um partido.<sup>150</sup> Eis que somente desta forma, poderia se consolidar o processo democrático. Um artigo do jornal *A Federação*, com o título: “O Preenchimento de uma vaga de Deputado,” traz essa discussão de forma a abalizar a eleição de um republicano para esta vaga.

“[...] e já que a palavra democracia anda agora em agrados especiais, invocada para quantos despautérios se possa conceber, justo é relembrarmos a verdadeira significação daquele termo, que é – *governo do povo*, ou mais precisamente *influência do povo na governação pública*.”<sup>151</sup>

Portanto, para o pensamento republicano da época, não cumprir essa determinação seria contrariar os regimes constitucionais de todos os povos cultos que tem no “*exercício do voto*”, a forma de manutenção da democracia. “Não exercer, pois, a maioria da população eleitoral aquela prerrogativa da sua soberania, é ato de profunda e inquestionavelmente contrário ao *governo do povo*, ou seja, a *democracia*.”<sup>152</sup> O artigo segue fazendo a defesa da constitucionalidade do PRR ocupar a presente vaga:

Concorrendo a essa vaga, o Partido Republicano age não só com as atribuições decorrentes do mais legítimo direito político, mas cumpre ainda um dever cívico de todo ponto impreterível. A ignorância vestida de má fé eriça-se contra o fato de não poder ser eleito um representante federalista para a cadeira que vagou

---

<sup>149</sup> Rafael Cabeda era deputado federal representando o Partido Federalista, foi reconhecido e lembrado por muito tempo por ser um seguidor fiel desta doutrina política, sua inteligência e capacidade na política era reconhecida até por seus adversários.

<sup>150</sup> A eleição para Deputados neste período era realizada por distritos, sendo o estado dividido em três distritos, quando um Deputado, por algum motivo devia ser substituído, isto era feito no mesmo distrito, a discussão em torno da eleição de Getúlio Vargas, está em quem deveria ocupar a vaga deixada por Rafael Cabeda, Deputado Federalista, os federalistas novamente, ou os republicanos.

<sup>151</sup> *A Federação* – 20 de outubro de 1922 – O Preenchimento de uma vaga a Deputado – Capa.

<sup>152</sup> Id.

com a morte do coronel Rafael Cabeda. Em consequência, surgem, da parte dos nossos adversários, as mais despidoradas explorações que tanto pecam pela falta de motivos reais como pela subalternidade dos intuitos que as animam.<sup>153</sup>

Segundo os próceres do republicanismo que têm seus anseios representados nas entrelinhas de *A Federação*, aqueles (federalistas) que apontam razões contrárias ao fato de concorrer o PRR, ao preenchimento de uma vaga que não pertence a nenhuma facção partidária, mas ao povo, estariam dando uma péssima demonstração da sua cultura política.

Pretendendo o contrário, pretendendo que o Partido Republicano não houvesse de concorrer a esse pleito porque a cadeira fora ocupada por um representante do federalismo é o maior contra-senso democrático, o raciocínio mais ilógico, a mais flagrante imoralidade que se possa articular na matéria. Se assim procedesse, o Partido Republicano disporia do que não lhe pertence, do que pertence ao povo, para dar ao representante da minoria que estaria assim *ipso facto* eleito, a custa da postergação do dever geral do voto, praticada pela maioria.<sup>154</sup>

Já o jornal *Correio do Povo* publica um protesto escrito por Fanfa Ribas, no dia 29 de outubro de 1922, na “Sessão Política Rio-grandense”, com o título “Sucessão Presidencial do Estado”, onde este alega estar institucionalizado na constituição que esta vaga seria de mando dos Federalistas, conforme segue:

Este preenchimento só poderá se realizar legalmente sendo de acordo com o texto da Constituição Federal em art. 28: “A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo eleitos pelos Estados e pelo Distrito Federal, mediante sufrágio direto e garantida a representação da minoria.”<sup>155</sup>

Este mesmo artigo segue dizendo que a eleição de Getúlio Vargas importaria numa representação unânime tendo o PRR, as cinco cadeiras do terceiro círculo, sem deixar nenhuma vaga para os federalistas, conforme transcrição a seguir:

---

<sup>153</sup> Id.

<sup>154</sup> Id.

<sup>155</sup> Correio do Povo – 29 de outubro de 1922 – Sessão política rio-grandense, Sucessão presidencial do Estado. P-2.

Ora, se a representação correspondente ao terceiro circulo é de cinco deputados e o Partido Republicano Rio-grandense, já está representado na Câmara Federal por quatro deputados do referido circulo, é claro que lhe não cabe eleger mais um, o sr. Getúlio Dornelles Vargas, porque importaria isso em constituir representação unânime, impedindo a minoria de exercer o direito que lhe confere o artigo 28 da constituição da República.<sup>156</sup>

Diante desta longa argumentação, a fim de lançar um candidato republicano, o PRR ocupa esta vaga, indicando para tanto, o deputado da assembléia do Estado, Getúlio Vargas. A indicação recai no nome de Getúlio Vargas devido a seu trabalho na assembléia defendendo os princípios republicanos, o Estado do Rio Grande do Sul, e, por conseguinte, a obra de Borges de Medeiros.

*A Federação* traz em vários dias do mês de outubro de 1922, a proclamação de Getúlio Vargas como candidato, conforme segue:

Proclamação

Devidamente autorizada, “A federação” proclama candidato do Partido Republicano, na eleição a realizar-se no dia 28 do corrente mês no 3º distrito eleitoral, para preenchimento de uma vaga de deputado federal, o nosso ilustre correligionário.

DR. GETÚLIO DORNELES VARGAS

Advogado residente em São Borja.<sup>157</sup>

No artigo, “O Preenchimento de uma vaga de Deputado”, publicado dia 20 de outubro de 1922, *A Federação* traz a alegação do lançamento da candidatura de Getúlio Vargas para a eleição que irá se realizar no dia 28 do mês corrente.

“Conforme a proclamação que devidamente autorizada, A federação vem publicando, é candidato do Partido Republicano nesse pleito o nosso ilustre correligionário dr. Getúlio Dornelles Vargas.”<sup>158</sup>

O candidato apresentado pelo Partido Republicano é representante da nova geração política do Rio Grande do Sul, e a indicação de seu nome vem devido a seu trabalho ilustre no PRR. Essa candidatura, segundo *A Federação*, “foi recebida com as

---

<sup>156</sup> Id.

<sup>157</sup> A Federação – 24 de outubro de 1922 – Proclamação – Capa.

<sup>158</sup> A Federação – 20 de outubro de 1922 – O Preenchimento de uma vaga a Deputado – Capa.

maiores demonstrações de apreço por todas as direções locais do terceiro círculo eleitoral.”<sup>159</sup>

O artigo segue colocando Getúlio Vargas como componente de uma tradicional família republicana. *A Federação* afirma que ainda quando estudante, este demonstrava seu patriotismo e sua dedicação à causa republicana. Especializou-se nos estudos jurídicos e humanísticos e conforme *A Federação*, “bem cedo foi considerado pelo consenso geral como uma das figuras mais brilhantes da sua geração.”<sup>160</sup>

Extraímos do artigo acima já citado, este longo trecho, que demonstra a defesa feita pelo jornal *A Federação* da candidatura de Getúlio Vargas, mostrando ser este um seguidor de Júlio de Castilhos e também de Borges de Medeiros.

Moço ainda, o nosso candidato é ao mesmo tempo uma realidade já comprovada, uma esperança de novas realizações. Na câmara dos deputados, o seu talento, a sua cultura, a sua fé republicana estão fadadas ao mais fulgurante destaque. E no meio das artificiosas explorações dos nossos adversários mínguados em número e desorientados em ideais, o dr. Getúlio Vargas será o mais seguro testemunho de que, hoje mais do que nunca, a mocidade intelectual do Rio Grande está coesa e firme na defesa do patrimônio político que lhe cumpre zelar e que terá, de futuro sob a sua responsabilidade imediata. Educada na sábia doutrina esculpida em código político pelo gênio de Castilhos e reconfortada, a todo momento pelos exemplos de abnegação e civismo que lhe são legados pela figura empolgante de Borges de Medeiros, a mocidade republicana do Rio Grande e tanto vale dizer as melhores inteligências e as mais sólidas culturas do Estado, não desmerecem, antes confirmam e realçam, os legados espirituais dos seus maiores.<sup>161</sup>

A indicação de Getúlio Vargas para concorrer e ser eleito pelos votos do partido republicano é motivo de satisfação para a chefia do PRR, porque ela significa que as gerações mais novas estão seguindo os “bons caminhos” traçados pelos republicanos que até agora serviram aos interesses desta causa. Ficam esquecidas neste momento as diferenças apresentadas entre os republicanos históricos e a chamada geração de 1907.

Está, pois de parabéns o partido republicano, pela escolha que acaba de ser feita pelo nosso preclaro chefe dr. Borges de Medeiros e que foi unânime e entusiastamente ratificada pelas direções políticas do terceiro distrito. Este entusiasmo pela candidatura do dr. Getúlio Vargas já se manifestou nas colunas

---

<sup>159</sup> Id.

<sup>160</sup> Id.

<sup>161</sup> Id.



de quase todos os órgãos republicanos no terceiro distrito, em termos altamente desvanecedores para o candidato e que “A Federação” subscreve com inteira concordância.<sup>162</sup>

O artigo é finalizado com um apelo da direção do partido, para que todos os integrantes do PRR pertencentes ao 3º distrito, se “façam presentes” às urnas a fim de “aclamar” o nome de Getúlio Vargas, deixando assim de lado qualquer desconfiança da oposição.

Getúlio Vargas foi eleito em 28 de outubro, porém sua presença no Rio Grande do Sul foi requisitada por Borges de Medeiros devido à proximidade das eleições para presidente do Estado, onde Getúlio Vargas teve atuação importante na comissão de constituição e justiça, e em seguida, devido à inquietação causada pela revolta militar, Getúlio Vargas passou a comandar um corpo provisório, viajando para o Rio de Janeiro somente em maio.

## **2.2 – Borges de Medeiros: candidato à quinta reeleição.**

Diante da eleição para presidente do Estado que se aproximava, o PRR encarregou Manoel Theophilo Barreto Viana, Firmino Paula, Pedro Luiz da Borba Osório, José Montauray de Aguiar Leitão e Lindolfo Collor, para formarem uma comissão, a fim de prover uma consulta junto às bancadas no congresso federal, aos intendentess e conselheiros municipais, aos diretores políticos e comissões executivas locais, sobre o candidato indicado pelo PRR, para concorrer a vaga presidencial ao próximo mandato. Maria Antonieta Antonacci afirma que:

Como o candidato indicado pelo PRR devia ter a aprovação da maioria dos representantes republicanos no Congresso Federal, dos intendentess e conselheiros municipais, e dos diretores políticos e executivos locais, constituíram uma Comissão Provisória do Partido, a fim de consultar os seus membros esta comissão, através de um manifesto dirigiu-se aos membros mais representativos do PRR.<sup>163</sup>

---

<sup>162</sup> Id.

<sup>163</sup> ANTONACCI,1981.p.67.

O resultado desta pesquisa é veiculado no jornal *A Federação*, de 25 de setembro de 1922, com o título “Ao Rio Grande do Sul,” e traz uma longa e elaborada defesa dos princípios republicanos representados por Borges de Medeiros, que para os seguidores do republicanismo “é ao lado de Júlio de Castilhos, a mais alta glória cívica do Rio Grande do Sul republicano.”

O trecho que a seguir transcrevemos do artigo publicado no jornal *A Federação* mostra que segundo a visão oficial do PRR, a reeleição não seria uma construção do partido, mas sim um anseio da população:

Sem uma diretriz partidária solidamente organizada, essa unanimidade de vistas não se poderia produzir. Mas o que lhe comunica a impressionante espontaneidade que ora se verifica no Rio Grande do Sul, o que faz com que todas as vistas naturalmente se voltem para o mesmo rumo e todas as vontades se conjugam num mesmo anseio e caracterizam pela mesma soberana aspiração de ver um mesmo homem à testa dos negócios públicos é fenômeno social que escapa notoriamente às mais prestigiosas virtudes da unidade doutrinária de um partido, mesmo superiormente homogêneo como o nosso, para só encontrar explicação final e definitiva nos méritos invulgares de uma complexa e privilegiada organização de estadista, como é a do candidato do povo riograndense.<sup>164</sup>

A manutenção de Borges de Medeiros diante do governo do Estado, segundo o artigo em questão, é “a vontade da grande maioria, diremos da quase unanimidade do eleitorado riograndense,”. A obra que traz a vida parlamentar de Assis Brasil, apresenta a seguinte conclusão para a quinta candidatura de Borges de Medeiros:

O pretexto de tal empreendimento borgista era que o Rio Grande deveria ser protegido da má influência de Artur Bernardes, já que nas eleições presidenciais o partido borgista apoiava Nilo Peçanha, candidato opositor da Reação Republicana. À oposição restava, pois apoiar Artur Bernardes, candidato da situação, que saiu-se vitorioso em março de 1922.<sup>165</sup>

Para a historiadora Celi Regina Pinto, as eleições do ano de 1922 tomam um contorno diferenciado das eleições até aqui realizadas:

---

<sup>164</sup> *A Federação* – 25 de setembro de 1922 – Ao Rio Grande do Sul – Capa.

<sup>165</sup> AITA, Carmen (org.). *Joaquim Francisco de Assis Brasil: Perfil biográfico e discursos (1857-1938)*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2006. p.125

As eleições de 1922 são especialmente importantes quando se trata de analisar os últimos anos da República Velha no Rio Grande do Sul. Neste ano o PRR indicou pela quinta vez o nome de Borges de Medeiros para a presidência do estado. Porém, ao contrário das reeleições anteriores de Borges, o PRR teve de enfrentar uma candidatura de Assis Brasil, apoiado pelos dois grupos tradicionais de oposição no estado.<sup>166</sup>

Nos dias posteriores à publicação do manifesto em prol da candidatura de Borges de Medeiros, o jornal *A Federação*, passa a publicar inúmeros telegramas vindos do interior do Estado que apóiam a candidatura. Também são publicados artigos diversos que demonstram apoio à candidatura de Borges de Medeiros, no dia 13 de outubro de 1922, com o título “A Presidência do Estado.” *A Federação* transcreve artigo do Jornal *O Rio Grande* da cidade de Rio Grande do qual citamos o trecho a seguir:

Assim, a reeleição de S. Ex. não podia sofrer discussão. Era a imposição de todas as vontades, o pensamento comum do partido republicano. E dizer partido republicano é dizer Rio Grande do Sul, porque aquele é do pensamento deste a clara expressão iniludível.<sup>167</sup>

*A Federação* de 14 de outubro de 1922 transcreve artigo publicado no jornal *O Rebate* de Uruguaiana, de autoria de Abdon de Melo, com o título “A Eleição presidencial do Estado.” Este artigo, de acordo com muitos outros, representa a aceitação da candidatura de Borges de Medeiros em todos os setores do Estado. Conforme segue:

Essa candidatura foi recebida com aplausos em todos os ângulos do Estado, sendo também olhada com simpatia nas outras circunscrições da república, pois o nome de emérito repúblico é sempre lembrado com respeito pela imprensa independente e pelas camadas cultas do país.

Apesar das constantes afirmações feitas pelo jornal *A Federação*, de que a candidatura de Borges de Medeiros era reconhecida e unanimemente aprovada em todo o

---

<sup>166</sup> PINTO, op. cit. p. 80.

<sup>167</sup> *A Federação* – 13 de outubro de 1922 – A Presidência do Estado – Capa.

estado, sabe-se que vários membros expressivos do PRR discordavam desta candidatura, chegando a ponto de se desligarem do partido. Maria Antonieta Antonacci afirma que:

Esta manifestação, entretanto não foi assim tão unânime. Nem todos os representantes do PRR julgaram oportuna a recondução de Borges de Medeiros. Numa breve notícia, *A Federação* apontou como inconveniente o fato de dois altos membros da magistratura rio-grandense terem ido à presença de Borges para indicar a inconveniência de sua reeleição. Um destes elementos foi o deputado federal Carlos Maximiliano, que fora sondado por uma facção do federalismo sobre a possibilidade de sua candidatura à presidência do RS nas próximas eleições.<sup>168</sup>

Além dos dois magistrados que discordaram da candidatura Borges de Medeiros na assembléia dos representantes do Estado, ocorreram contrariedades à reeleição do atual presidente, vindas de integrantes do PRR. “Antonio Monteiro, deputado estadual pelo PRR, não só se desligou do partido, como foi um dos signatários do apelo a Assis Brasil.”<sup>169</sup>

Fica clara aqui a visão adotada pelo jornal *A Federação*, órgão que representa o pensamento do PRR e representa diretamente o pensamento do chefe supremo destes órgãos, Borges de Medeiros, buscando não deixar falhas na campanha presidencial do Estado, é apresentado sempre como um bloco compacto em torno da figura de Borges de Medeiros, não admitindo jamais que haja discordâncias entre os representantes do partido.

As tratativas em torno de uma candidatura oposicionista iniciaram cedo, reunindo os três principais grupos que formavam a oposição no Rio Grande do Sul, democratas, dissidentes republicanos e federalistas, que apesar de diferenças ideológicas concernentes à política, tinham um pensamento em comum, o de evitar a quinta reeleição de Borges de Medeiros e promover a revisão da constituição do Rio Grande do Sul. Estes grupos buscaram então um candidato de consenso: Maria Antonieta Antonacci expõe que além dos dissidentes republicanos e democratas os federalistas também apoiavam Assis Brasil:

Desde Julho de 1922 começaram também dentro do federalismo, articulações em torno de Assis Brasil. Alves Valença (deputado estadual federalista) e Raul Pilla (secretário do partido), nos primeiros dias de julho entraram em contato com Assis Brasil. Mantiveram conversações sobre as perspectivas de sua candidatura, surgindo em Assis Brasil a possibilidade de arrematação dos

---

<sup>168</sup> ANTONACCI, 1981, p.67.

<sup>169</sup> Id. p.68.

descontentamentos políticos rio-grandenses numa campanha de libertação e regeneração do RS.<sup>170</sup>

Na data de 5 de outubro de 1922, *A Federação* traz um artigo comentando que havia sido veiculado no jornal *Correio do Povo* com o título: “Espontâneo Apelo de Todos,” um pedido a Assis Brasil para que este aceitasse a candidatura a presidência do Estado. *A Federação* afirma de forma categórica que tudo que está sendo pronunciado em prol de Assis Brasil é uma falta de respeito com o público.

É preciso que não se tenha nenhum respeito pela opinião do público, que a todos vê e a todos julga, para que de tal modo se pretenda fantasiar uma situação que não existe. E esse calmo desplante em afirmativas que contrastam com o ubíquo fulgor da verdade cresce ainda de ponto e atinge a requintes que escapam a qualquer possibilidade de justa classificação.<sup>171</sup>

O artigo critica ainda a afirmação de que o nome de Assis Brasil teria surgido de forma espontânea na mente de todos, dizendo que antes deste nome todos os gaúchos já haviam proclamado Borges de Medeiros como seu único candidato. Além disso, a crítica a Assis Brasil afirma que nem os maiores desafetos dos republicanos, os federalistas, concordam com a candidatura de um homem sem posicionamento político.

Porém, Assis Brasil aceita sua indicação para ser candidato a presidência do Estado. Sua candidatura é lançada em 19 de outubro de 1922, cerca de um mês antes das eleições, representando a oposição que era composta pelas mais diversas correntes políticas e ideológicas.

No dissimulado movimento para garantir os preparativos que alcançariam a reeleição do quinto mandato de Borges de Medeiros, a tolerância da oposição chegou ao seu limite. Lançado o candidato, Joaquim Francisco de Assis Brasil queria ganhar. Recebia o incondicional apoio dos “Libertadores”, com seus federalistas de Gaspar, os dissidentes republicanos, que odiavam Borges, e os adeptos do liberalismo assisista.<sup>172</sup>

---

<sup>170</sup> Id.p.70.

<sup>171</sup> *A Federação* – 05 de outubro de 1922 –Espontâneo Apelo de Todos – Capa.

<sup>172</sup> AITA. op. cit. p.128.

Para o historiador Joseph Love, as oposições chegaram ao processo eleitoral de 1923 com reais chances de derrotar o PRR, que estava no poder há mais de 30 anos. Pela primeira vez a oposição chegava em uma eleição unida em torno de um único nome. Além disso, os opositoristas esperavam receber apoio do governo federal que tinha sido contrariado por Borges de Medeiros na reação republicana. Conforme Joseph Love:

A intervenção federal já tinha cobrado seu tributo num dos Estados da Reação Republicana e o poder de Nilo no Rio e o de Seabra na Bahia estavam gravemente ameaçados. Bernardes, que deveria tomar posse dez dias antes da eleição no Rio Grande, provavelmente não teria esquecido os tumultos resultantes da rejeição inicial de Borges a sua candidatura.<sup>173</sup>

No dia anterior à eleição em 24 de novembro de 1922, *A Federação* publica longo artigo com o título “Nas Vésperas da Vitória.” Este artigo é publicado na capa, tem ao seu centro uma grande fotografia de Borges de Medeiros e faz a última jogada eleitoral dizendo que apesar de todos os esforços e da liberdade dada à oposição, esta não conseguiu influir sobre a população riograndense.

Evidencia-se agora, ao fim desta campanha, que quanto tinham a alegar o sr. Assis Brasil e os seus correligionários não bastou para abrir brechas de convicção nas fileiras do Partido Republicano. Se aqui e ali algumas deserções se verificaram, deserções que não atingirão nas urnas a um milhar de votos, isto é ainda e apenas segura e incontestável evidência de que no Rio Grande do Sul cada eleitor é perfeitamente livre para votar de acordo com a sua consciência, despeitos ou interesses.<sup>174</sup>

A luta eleitoral no campo das idéias se desenvolve com cada um dos candidatos apontando defeitos na candidatura de seu rival. Borges de Medeiros, o candidato representante da situação riograndense, que tem em suas mãos a máquina eleitoral, aponta como principal problema em seu concorrente a falta de um programa definido de governo, além de colocá-lo como um político sem partido, pois representa uma junção das oposições.

Por sua vez, o candidato opositorista, Assis Brasil, vê na constituição riograndense o maior problema na candidatura situacionista, apresentando as seguintes

---

<sup>173</sup> LOVE, op. cit. p.217.

<sup>174</sup> A Federação – 24 de novembro de 1922 – Nas Vésperas da Vitória – Capa.

críticas: a assembléia apenas vota o orçamento; a assembléia não pode ser considerada assembléia legislativa; o poder legislativo do estado está confiado ao presidente do Estado sem divisão dos poderes legislativo e executivo; o presidente nomeia o vice-presidente; o presidente tem o poder de reformar a constituição; a administração municipal é instituída nos moldes da estadual; o presidente pode concorrer a reeleição.<sup>175</sup>

No jornal *Correio do Povo* de 19 de dezembro de 1922, é publicada uma entrevista com Assis Brasil, este comentando sobre as eleições de 25 de novembro fala nos seguintes termos:

Depois do pandemônio de fraude e violência que foi a eleição de 25 de novembro, foram verificadas pela contagem dos votos, registrada na Imprensa imparcial que o candidato a quinta reeleição o presidente Borges de Medeiros não alcançou sequer três quartas partes dos votos contados e muito menos as três quartas partes da população eleitoral como exige a própria constituição ditatorial para as reeleições.<sup>176</sup>

As eleições ocorreram no dia 25 de novembro, segundo a oposição com largo uso de fraudes por parte do candidato do PRR, e segundo Borges de Medeiros com largo uso de fraudes por parte do candidato Assis Brasil, ou seja, de um lado e de outro o processo eletivo foi fraudado, com o uso de títulos de eleitores mortos, com votação de um mesmo eleitor em diferentes mesas.

Entretanto, o maior problema não estaria exatamente nas fraudes ocorridas, mas estaria na posterior discussão em torno das condições de reeleição e na forma em que seria julgado o resultado do pleito.

O primeiro impasse foi concernente à porcentagem necessária para a reeleição. Houve discordância na interpretação da constituição, citamos aqui a visão dos assisistas, representava na obra sobre a vida de Assis Brasil organizada por Carmen Aita.

Alguns assisistas pretendiam que o candidato Borges de Medeiros, para reeleger-se, deveria obter, não as três quartas partes do sufrágio, mas de todo o eleitorado inscrito. Entretanto, naquele tempo, as revisões do alistamento eleitoral só se procediam a longos intervalos, de modo que, em regra, cerca de 15% dos nomes constantes nas listas eram de pessoas já mortas ou ausentes, o que somados a outros 15% de abstenções normais, numa população rarefeita, com dificuldade de transportes, teríamos, na melhor das hipóteses, um

---

<sup>175</sup> A Federação – 25 de janeiro de 1923 - Ao Rio Grande do Sul – Capa.

<sup>176</sup> Correio do Povo – 19 de dezembro de 1922 – Entrevista com Assis Brasil – Capa.

comparecimento de 70% do total inscrito. Exigir, pois, que o candidato a reeleição obtivesse 75 por cento daquele total, seria exigir quase o impossível.<sup>177</sup>

Enquanto os assististas diziam que para ser reeleito o candidato deveria contar com três quartas partes do eleitorado, os republicanos afirmaram que seriam três quartos dos sufrágios, ou seja, dos eleitores que compareceram as urnas para votar. Para tanto usavam o art. 9º da constituição que explicita:

Art. 9º - O presidente exercerá a presidência durante, cinco anos, não podendo ser reeleito para o período seguinte, salvo se merecer o sufrágio de três quartas partes do eleitorado.

A questão da porcentagem eleitoral foi largamente abordada e explicitada nas paginas *d'A Federação*, fazendo sempre a defesa das idéias de Borges de Medeiros, onde a reeleição seria dada com três quartas partes dos sufrágios e não dos eleitores.

A segunda questão levantada pela oposição, seria a forma de escrutínio da eleição que era feita pela assembléia dos representantes. Temendo fraudes no processo de contagem de votos, Assis Brasil propôs a formação de um tribunal de honra, a fim de indicar o veredicto sobre as eleições. *A Federação*, de 21 de dezembro de 1922, publica artigo intitulado “A Eleição Presidencial do Estado.” Neste artigo discute-se a possibilidade de formação de um tribunal arbitral. A seguir, apresentamos telegrama enviado por Assis Brasil a Borges de Medeiros, contendo a fórmula do tribunal arbitral:

Sem prejuízo ulterior discussão, proponho tribunal seja composto quatro membros vossa assembléia, nomeados por vós, quatro membros opositoristas; um senador; um deputado federal, nomeados por vós, um senador, um deputado, por mim.  
Será presidente, com voto desempate, um representante presidente República.<sup>178</sup>

---

<sup>177</sup> AITA, op. cit. p.129.

<sup>178</sup> A Federação – 21 de dezembro de 1922 – A Eleição Presidencial do Estado – Capa.



Levando em consideração a proposta apresentada por Assis Brasil, *A Federação* transcreve o telegrama em que Borges de Medeiros responde para Assis Brasil apresentando uma contra-proposta, conforme segue:

Aceito em princípio arbitramento, mas, em vez um tribunal, em que só desempassador será verdadeiramente imparcial, funcionando com prováveis complicações e morosidade, proponho outra modalidade que reputo mais perfeita, por consagrar a unidade do julgamento e adaptar-se melhor a legalidade existente: a instituição do juízo arbitral singular e para esse fim submeter-se o pleito a arbitragem única e suprema do presidente da república.<sup>179</sup>

Borges de Medeiros aceitaria esta modalidade de arbitramento onde o presidente da república Artur Bernardes daria a palavra final, naturalmente após o parecer da assembléia dos representantes do Estado e nos termos da lei. Ou seja, Borges de Medeiros deixaria nas mãos do seu antigo desafeto da reação republicana a decisão do pleito eleitoral, o que poderia parecer favorável à oposição. Entretanto, essa vantagem não se aplica na prática, pois o presidente emitiria um veredicto sobre o resultado final. Com certeza na visão de Borges de Medeiros, o presidente não cometeria um ato contra a constituição gaúcha, então estaria garantida sua vitória. No entanto, esta contraproposta de Borges de Medeiros não foi aceita por Assis Brasil, pois este queria um tribunal que:

[...] julgasse soberanamente podendo inclusive, indagar da constitucionalidade da lei eleitoral. Esta proposta não vingou, mas o opositor de Borges de Medeiros chegou, por fim, a pedir uma apreciação analítica da Constituição de 1891, relativa ao processo eleitoral, para o eminente colega Rui Barbosa.<sup>180</sup>

No segundo dia de janeiro de 1923, *A Federação* noticia que Assis Brasil havia recusado o arbitramento da forma em que fora proposto por Borges de Medeiros, com isso, o resultado seria divulgado como nas outras eleições a partir da comissão já formada e que já trabalhava na assembléia dos representantes do Estado.<sup>181</sup>

---

<sup>179</sup> Id.

<sup>180</sup> AITA, op. cit., p.129.

<sup>181</sup> “O regulamente interno da Assembléia, no capítulo VIII (Da apuração da eleição e posse do presidente do Estado) determina:”

“Art. 212º - A Assembléia se reunirá extraordinariamente, mediante prévia convocação do presidente do Estado em exercício, caso já não esteja funcionando, para proceder a apuração da eleição presidencial.”

A comissão da assembléia foi instalada em dezembro de 1922. De acordo com Joseph Love, “uma comissão de três deputados estaduais começou a apurar os votos em dezembro, mas os libertadores não estavam presentes nela”. A comissão tinha como relator o deputado Getúlio Vargas e contava ainda com os deputados Ariosto Pinto e José de Vasconcelos Pinto, todos republicanos, os trabalhos desta comissão foram encerrados somente em 17 de janeiro de 1923, através de um parecer.

[...] em longo e exaustivo parecer que opinava pelo reconhecimento de Borges de Medeiros como presidente reeleito para o quinquênio 1923-1928, por haver obtido 106.319 sufrágios num total apurado de 138.536, valor que superava as três quartas partes. A Assis Brasil foram contados 32.217 votos. Com tal resultado, a Assembléia dos Representantes de maioria republicana, proclamaria Antonio Augusto Borges de Medeiros reeleito.<sup>182</sup>

A *Federação* traz no dia 18 de janeiro de 1923, o editorial que demonstra a vitória de Borges de Medeiros na eleição. Com o título “Eleição Presidencial: parecer da comissão de constituição e poderes,” o jornal anuncia a todo o estado os resultados finais proclamados pela comissão, que dão a vitória a Borges de Medeiros.

O anúncio de Borges de Medeiros como vencedor traz um caso peculiar que já foi escrito em outros momentos e que transcrevemos aqui:

Segundo uma versão que circulou na época, a comissão chegara anteriormente a conclusão de que Borges perdera a disputa, não conseguindo a maioria de 3/4 dos votos exigidos pela constituição estadual para sua reeleição. Diante do impasse, Vargas e seus dois colegas da comissão teriam ido à presença de Borges para expor a situação. Ao recebê-los Borges teria declarado efusivamente: “sei que vem cumprimentar-me, porque estou reeleito.” Sem jeito de contrariar o chefe, a comissão se teria retirado sem dizer a que vinha, reformulando em seguida os cálculos.<sup>183</sup>

---

“Art. 213º - As autênticas da eleição para presidente do estado serão submetidas a comissão de constituição e poderes, que dará parecer sobre ela, e o parecer será discutido pela Assembléia a qual resolverá sobre a apuração e validade da eleição”

“Art. 214º - Antes de apresentado o parecer da comissão a que se refere o artigo anterior, o candidato ou os candidatos votados para presidente do Estado poderão comparecer perante a mesma comissão a fim de darem os esclarecimentos que entenderem convenientes para exatidão e verdade da apuração”

“Art. 215 – Depois de apresentado o parecer e antes de discutido e votado este pela Assembléia dos Representantes, os interessados terão vista do mesmo parecer por cinco dias improrrogáveis para oferecer, querendo, a sua contestação”

“Parágrafo único – com a contestação ou sem a contestação, findo o prazo designado, proceder-se-á a votação do parecer na forma deste regulamento.

<sup>182</sup> AITA, op. cit. p.130.

<sup>183</sup> DHBB op. cit. v. V,p.5900.

Sendo este fato verdadeiro ou não, ele ilustra a política da época, onde as eleições eram facilmente fraudadas, tendo-se ainda neste período o exercício do voto a descoberto. E demonstra também o pleno controle por parte do presidente do estado sobre o sistema eleitoral.

### 2.3 – A revolta de 1923<sup>184</sup>

Declarada pela comissão de constituição e justiça a vitória eleitoral de Borges de Medeiros, os assististas iniciaram um processo de revoltas pelo interior do Estado, com o qual buscavam tornar inconstitucional a posse de Borges de Medeiros. No campo ideológico, várias questões foram levantadas conforme já mostramos. Porém, não tendo estas a solução procurada pela oposição, o único meio de contestação tornou-se a revolta armada. A obra sobre a vida de Assis Brasil apresenta o seguinte trecho:

Em 25 de janeiro de 1923, iniciou-se o movimento. Uma série de levantes no interior do Estado inaugurou a permanência de Antonio Augusto Borges de Medeiros como presidente do Rio Grande. Os rebeldes intentavam depô-lo, bem como destituir todo o seu novo governo. Mas para Assis Brasil, acima dos ódios facciosos que se arrastavam desde 1893, o grande objetivo era anular a Constituição castilhistas. Com determinado intuito, precisaria ele, mais do que antes, do apoio do governo federal.<sup>185</sup>

Os núcleos assististas partiram para a luta armada, acreditando que pelo fato de terem apoiado o candidato Artur Bernardes na eleição presidencial, e Borges de Medeiros ter-lhe feito oposição, este lhes prestaria apoio incondicional:

A má vontade do Presidente Bernardes para com Borges de Medeiros encorajou os assististas a iniciarem a revolução, pois estavam eles confiantes de que

---

<sup>184</sup> O Objetivo deste tópico não é analisar a Revolta de 1923 em seus pormenores militares, mas sim ver como esta revolta era analisada a nível estadual com Borges de Medeiros, liderando os constantes editoriais de A Federação, e a nível federal na Câmara dos Deputados, destacando a ação de Getúlio Vargas.

<sup>185</sup> AITA. op. cit. p.130.

alterada a ordem no estado, o Governo da União interviria para restabelecê-la, desmontando a situação dominante.<sup>186</sup>

Enquanto os opositoristas formavam sedições no Estado, seu líder maior, Assis Brasil, viajava para o Rio de Janeiro, a fim de buscar apoio federal para a causa da oposição gaúcha.

O governo gaúcho, representado pelas folhas do jornal *A Federação*, buscava incontestavelmente minimizar os efeitos da revolta no Rio Grande do Sul. Em artigo de 5 de fevereiro de 1923, com o título: “A Margem da Revolução,” o jornal faz a seguinte interpretação do movimento revoltoso: “afora os atos de latrocínio pelos quais os culpados responderão perante a justiça, nada mais há a registrar na região do estado em que o banditismo dos asseclas de Arthur Caetano esteve infestando.”<sup>187</sup> Em 17 de fevereiro de 1923, o mesmo jornal apresenta com o título: “Revolução? Não: Banditismo!” a seguinte afirmação:

É claro que a tal movimento ninguém, de boa-fé pode emprestar o nome de revolução. E fora disto, o que existe em todo o Estado, além de boatos cretinos, que sempre encontram algum cretino maior que neles acredita? Existe, tão somente, os esforços desesperados do traidor em infestar de banditismo outras regiões, notadamente da campanha, cujas populações demonstram pela mashorca malfadada o mesmo horror já manifestado pela laboriosa população serrana.<sup>188</sup>

No dia 22 de março, em artigo intitulado: “Uma Ambição que se realiza,” *A Federação* traz mais uma tentativa de minimizar a ação revoltosa dos seguidores do assisismo:

[...] Em vez de revolução, houve em alguns municípios levantes parciais de mashorqueiros que todos fulminam pela chacota. Os mashorqueiros acoitam-se cautelosamente nos matos, e o sr. Assis Brasil, apesar de delirar em febre, há muito já percebeu que desses matos não sairá governo [...]<sup>189</sup>

---

<sup>186</sup> AITA, op. cit. p.130.

<sup>187</sup> *A Federação* – 05 de fevereiro de 1923 – *A Margem da Revolução* – Capa.

<sup>188</sup> *A Federação* – 17 de fevereiro de 1923 – *Revolução? Não: Banditismo!* – Capa.

<sup>189</sup> *A Federação* – 22 de março de 1923 – *Uma ambição que se realiza.* – Capa.

Para Celi Regina Pinto, durante a revolta de 1923, o discurso adotado pelo PRR e pelo governo do Estado buscava defender as instituições públicas estaduais. “Durante a revolução, o discurso do PRR tratou de reafirmar as condições privilegiadas das instituições políticas do estado, somadas às práticas políticas do governo, como os garantidores da plena liberdade durante o processo eleitoral.”<sup>190</sup>

Já Maria Antonieta Antonacci contraria a visão dos órgãos republicano, afirmando que a revolução que iniciara em janeiro e fevereiro somente em alguns pontos isolados como Passo Fundo, Erechim e Nonoay, “no fim de abril tomara conta do estado. Nas diversas regiões do RS, chefes rebelados contra Borges organizaram colunas revolucionárias.”<sup>191</sup> Essas colunas alcançariam números entre setecentos e mil e quinhentos soldados.

A crítica ao movimento revoltoso atinge também a formação de seus grupos de batalha. Segundo a visão oficial da situação gaúcha expressada no jornal *A Federação* os que lutam contra o governo constituído no Rio Grande do Sul são “[...] todos os peões disponíveis e todos os desocupados de profissão [...]” este formariam um exército com fim único de perambular pelo interior do Estado, além destes, de fora do Estado “[...] é arrebanhada a fina flor do banditismo que tem o seu habitat, nas cavernas tristemente celebres do Contestado e que é trazida pra cá, a fim de ensinar ao Rio Grande “escravizado” as boas e santas regras da democracia [...].<sup>192</sup>

O jornal *A Federação*, mantém um constante ataque ao movimento revoltoso buscando negá-lo e minimizá-lo. Entretanto, nas páginas *d’A Federação* os mais ferrenhos ataques ocorrem diretamente à pessoa de Assis Brasil, que seria o responsável pela anarquia anti-republicana. Em artigo de 12 de março de 1923, lemos o seguinte trecho:

Assis Brasil é a anarquia política, o ódio à nossa organização republicana, a sede vindicta, na tranqüilidade do Estado, da grandeza de Castilhos. É de mister que todos os verdadeiros republicanos compreendam a exata significação das tentativas em curso com o fim de anarquizar a vida civil e política do Estado.<sup>193</sup>

A federação afirma que a chamada “mashorca” é obra de bandoleiros de grupos de marginais incitados pelos líderes oposicionistas. Segundo a visão da situação gaúcha ali

---

<sup>190</sup> PINTO, op. cit. p.87.

<sup>191</sup> ANTONACCI, op. cit. p.99.

<sup>192</sup> *A Federação* – 17 de março de 1923 – Traidor do Rio Grande – Capa.

<sup>193</sup> *A Federação* – 12 de março de 1923 – Agitação Anti-republicana – Capa.

retratada, o movimento revoltoso no interior do estado tinha como função chamar a atenção do governo federal, promovendo com isso a intervenção. Isso fica claro em artigo transcrito do jornal *O Paiz* do Rio de Janeiro e publicado pelo jornal *A Federação* no dia 16 de março de 1923:

A intervenção foi concebida pelos adversários do Dr. Borges de Medeiros, no instante em que se capacitaram de não poderem vencê-lo nas urnas. Foi para isso que simularam uma revolução de bandos armados, acantonados em determinado e remoto trecho do noroeste do Estado.<sup>194</sup>

Maria Antonieta Antonacci corrobora com esta afirmação, deixando claro as formas de guerra adotadas pela oposição, com o intuito de manter o Estado gaúcho em constante luta para forçar uma intervenção, conforme segue:

Como o objetivo dos revolucionários era manter o RS convulsionado, aguardando a intervenção de Arthur Bernardes, adotaram a tática de guerrilhas, com lutas dispersas, nunca empenhando a totalidade de suas forças. Com isso, a revolução tendia a prolongar-se.<sup>195</sup>

Nos primeiros meses da revolta, o jornal *A Federação* buscou minimizar e negar a existência de uma sedição armada no Estado. Quando esta revolta ficou mais clara, o jornal assumiu nova posição buscando agora minimizar os efeitos desta ação. Durante o período em que se estendeu à revolta, *A Federação* publica longos editoriais levando ao conhecimento do público as “brilhantes” vitórias republicanas.

Enquanto o órgão oficial do PRR e do governo do Estado fazia longa e massiva campanha, a fim de denegrir a imagem dos revoltosos e minimizar os efeitos da luta, na câmara federal, a bancada gaúcha trabalhava arduamente com o intuito de evitar uma possível intervenção armada por parte do Governo Federal, comandado por Arthur Bernardes, no Rio Grande do Sul.

Eleito deputado federal na eleição de 28 de outubro, Getúlio Vargas foi mantido no Estado inicialmente para coordenar os trabalhos da comissão de constituição e justiça, que daria o veredicto sobre a eleição para presidente do Estado. Com o início da revolta

---

<sup>194</sup> *A Federação* – 16 de março de 1923 – O imperativo da Ordem – Capa.

<sup>195</sup> ANTONACCI, op. cit. p.101.

armada, Getúlio Vargas foi destacado para comandar um corpo provisório em São Borja, onde permaneceu até maio de 1923, quando partiu para o Rio de Janeiro. Sua partida foi noticiada pelo jornal *A Federação*, em 17 de maio, nos seguintes termos:

Dr. Getúlio Vargas – Para a capital da República, a fim de tomar parte nos trabalhos do Congresso Nacional seguiu hoje, a bordo do Itapuhy o nosso prezado amigo e correligionário, dr. Getúlio Dornelles Vargas, ilustre representante deste Estado, na Câmara dos Deputados.<sup>196</sup>

Viajando para o Rio de Janeiro, Getúlio Vargas toma posse na sessão de 26 de maio de 1923, e tem sua primeira presença registrada na câmara federal na sessão do dia 28 de maio de 1923. Contudo, sua voz só vai ser ouvida nos recintos da câmara no dia 10 de julho de 1923. Antes disso, os deputados discutem em alguns momentos a situação no Estado do Rio Grande do Sul. Na sessão de 6 de julho de 1923, aparece o seguinte diálogo entre os deputados, Otavio Rocha e Souza Filho, discutindo de quem seria a culpa da revolta implantada no sul:

O Sr. Otavio Rocha – Sim, pelo acordo, porque compreende V. Ex. que não é com prazer que eu nem V. Ex. estamos vendo os nossos irmãos do sul cometendo, de um lado e de outro, verdadeiros atos de heroísmo, nos combates...

O Sr. Souza Filho – Não há duvida.

O Sr. Otavio Rocha – ... e esgotando-se em uma luta civil, ingloria!

O Sr. Souza Filho – É uma vergonha. E tudo isso por que? Pelos caprichos de um homem.

O Sr. Otavio Rocha – V. Ex. diz muito bem: pelo capricho de um homem: o Sr. Assis Brasil.

O Sr. Souza Filho – Não. Pelos caprichos do Sr. Borges de Medeiros.<sup>197</sup>

Em 10 de julho de 1923, Getúlio Vargas faz uso da palavra, a fim de propor a inserção nos anais da câmara de uma reportagem publicada no jornal *O Paiz*, de autoria do Sr. General Gomes de Castro. Neste discurso, Getúlio Vargas deixa transparecer seu pensamento sobre a revolta ocorrida no Rio Grande do Sul:

---

<sup>196</sup> *A Federação* – 17 de maio de 1923 – Dr. Getúlio Vargas – Capa.

<sup>197</sup> Anais da Câmara dos Deputados, sessões de 3 a 16 de julho de 1923. Volume III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928. Discurso proferido por Octávio Rocha em 6 de julho de 1923. p 328.

O Sr. Getúlio Vargas – Sr. Presidente não desejaria trazer para o recinto desta câmara assuntos de natureza puramente regional, como os que se estão desenrolando no Rio Grande do Sul.

O Sr. Antunes Maciel – Não apoiado. O caso do Rio Grande do Sul é um caso nacional. Está se derramando sangue brasileiro.

O Sr. Getúlio Vargas – É um caso puramente Regional.

O Sr. Souza Filho – Não apoiado.

O Sr. Getúlio Vargas – Não quero entrar nesse assunto como dizia. O meu estado Sr. Presidente de acordo com a sua altivez tradicional, está resolvendo, embora dolorosamente, mas por si só, o seu caso político.<sup>198</sup>

Podemos perceber neste discurso, que o deputado Getúlio Vargas estava cumprindo seu papel junto aos líderes do PRR que o enviaram para o Rio de Janeiro, a fim de evitar uma intervenção federal no estado e também com o intuito de reaproximar o governo federal com o governo gaúcho. Fica claro nesse discurso, uma ideologia regionalista, e também uma regionalização do problema, da revolta, o que evitaria qualquer movimento do governo federal, em prol da pacificação.

O autor Ricardo Vélez Rodrigues, em seu texto, *O legado de Getúlio Vargas – trajetória parlamentar*, que trabalha a vida parlamentar deste deputado, apresenta a discussão sobre a importância da passagem na câmara federal para a formação do perfil político de Getúlio Vargas.

Mas a figura de Getúlio parlamentar é desconhecida. No entanto, a passagem de Getúlio Vargas pelo Legislativo foi decisiva na sua formação como estadista. Porque foi justamente no Congresso que ele descobriu a dimensão nacional, superando as preocupações puramente regionais que até o começo dos anos 20 lhe roubavam a atenção.<sup>199</sup>

Porém, quando da análise de seus discursos proferidos nos primeiros anos à frente da vaga de deputado, Getúlio Vargas demonstra um sentimento patriótico regionalista, além de uma timidez bastante aguçada, isto fica claro no texto de Ricardo Vélez Rodrigues. “Dois traços iniciais encontramos no jovem parlamentar, que se iniciava nas lides da palavra e da negociação política: timidez e regionalismo.”<sup>200</sup>

---

<sup>198</sup> Anais da Câmara dos Deputados, sessões de 3 a 16 de julho de 1923. volume III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Discurso proferido por Getúlio Vargas em 10 de julho de 1923. p.550.

<sup>199</sup> VÉLEZ RODRIGUES, Ricardo. O legado de Getúlio Vargas – trajetória parlamentar. In: AXT, Gunter. *Da vida para a história: reflexões sobre a era Vargas*. Porto Alegre: Procuradoria Geral da Justiça, Memorial do Ministério Público, 2005. p23.

<sup>200</sup> Id.



Seu primeiro discurso na câmara dos deputados é feito para justificar seu voto em torno do projeto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

Pelo estudo que fiz dos documentos publicados no Diário Oficial, pela apreciação das circunstâncias do fato, robusteceu-se no meu espírito a convicção de que, efetivamente, no caso do Rio de Janeiro, havia uma dualidade de assembleias e de governadores. Foi, pois, diante desta circunstância que eu proferi meu voto.<sup>201</sup>

O deputado Getúlio Vargas vota favoravelmente a intervenção armada do governo federal no Estado do Rio de Janeiro, fazendo com isso um precioso jogo político. O apoio dado nesta questão renderia ao Rio Grande do Sul uma mediação na sua revolta interna, sem intervenção federal, ou seja, a bancada gaúcha republicana deveria agir contraditoriamente apoiando a intervenção no Rio de Janeiro, para livrar o Rio Grande do Sul dela. Seguindo em seu discurso, a fim de justificar seu voto, Getúlio Vargas afirma que:

É inegável Sr. Presidente que circunstâncias de fatos quais fossem a reunião de duas assembleias legislativas e a posse de dois governadores, tomando essas medidas como se efetivamente estivessem governando, baixando decretos, tomando resoluções, nomeando auxiliares, criaram a dualidade, estabeleceram a confusão e a balbúrdia no espírito público de tal forma, que em 17 comarcas até então obedientes a jurisdição do presidente que transmitiu o governo ao Sr. Raul Fernandes, foram depostas pelos partidários do Sr. Feliciano Sodré e passaram a obedecer ao governo deste.<sup>202</sup>

Seguindo sua argumentação, Getúlio Vargas afirma que no Rio de Janeiro se faz necessária à intervenção, pois haviam dois governos constituídos, sendo que cada um destes poderes governava um certo número de comarcas ou municípios, enquanto no Rio Grande do Sul, a ordem nunca foi ameaçada, pois os revoltosos não tomaram nenhuma instituição legal. Estas afirmações de Getúlio Vargas, são rebatidas por outros deputados que afirmam que se Assis Brasil quisesse, então no Rio Grande do Sul também haveriam dois governos constituídos. A este argumento, Getúlio Vargas retruca afirmando que: “Não

---

<sup>201</sup> Anais da Câmara dos Deputados, sessões de 3 a 16 de julho de 1923. volume III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Discurso proferido por Getúlio Vargas em 12 de julho de 1923. p.723.

<sup>202</sup> Id. p.723.

haveria, porque o governo do Rio Grande do Sul tem a força material para esmagar os revoltosos.”<sup>203</sup>

Em seguida, Getúlio Vargas adentra na discussão do campo constitucional, posicionando-se contrariamente a qualquer forma de intervenção federal, a fim de prover mudanças nas constituições federais. Getúlio Vargas votou favoravelmente a intervenção no Rio de Janeiro, mas fez questão de subir à tribuna e expor que discordava do ponto do projeto onde o governo federal pode se sobrepor à constituição estadual. Apresenta a questão nos seguintes termos:

A Comissão de Constituição e Justiça anulou a eleição da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, e não contente com isso, anulou a eleição de Vereadores as Câmaras Municipais e a eleição de Prefeitos. A de Vereadores sob o fundamento de que a lei eleitoral do Estado fluminense era inconstitucional, ou contrária a disposição expressa da constituição do Rio de Janeiro. Conseqüentemente, acho que foi este o primeiro pecado cometido pela Comissão, julgando inconstitucional uma lei estadual, em face da própria Constituição do Estado.

Não discuto aplicação da lei eleitoral, nem o da validade da junta apuradora. Nego competência ao Congresso Federal para decretar a inconstitucionalidade da lei estadual, em face da própria Constituição estadual.<sup>204</sup>

O voto dado por Getúlio Vargas concordaria em partes com projeto de intervenção no Rio de Janeiro apresentado a câmara. Em um primeiro momento, apoiaria incondicionalmente a intervenção federal no Rio de Janeiro, pois este Estado encontrava-se dividido em dois poderes, sendo que nem um desses conseguiria sobrepor-se ao outro, cabendo aí então uma intervenção. Seguindo esta lógica, estaria também livrando o Rio Grande do Sul, que teria a força material necessária para prover sua própria pacificação.

Em um segundo momento, o deputado Getúlio Vargas se posiciona contrariamente a intervenção do governo federal, no Estado do Rio de Janeiro, no campo constitucional, dizendo que este não tem competência de julgar uma lei estadual, nem de anular uma eleição. Essa segunda hipótese é contrariada por Getúlio Vargas, buscando evitar a intervenção no Estado gaúcho, devido ao motivo de que este tinha uma das constituições mais contraditórias à constituição federal, ou seja, apoiar esta decisão seria cortar em sua própria carne.

---

<sup>203</sup> Id. p.723.

<sup>204</sup> Id. p. 728.

Uma discussão levantada pela oposição, com o intuito de apoiar a intervenção federal no Estado gaúcho, era a existência de um segundo governo, além do oficial, comandado por Borges de Medeiros. Em relação a essa discussão, Maria Antonieta Antonacci afirma que, em virtude da expansão da luta armada, e com o intuito de centralizar e organizar a revolta “os grupos da oposição organizaram no Rio de Janeiro um Governo Provisório e uma Junta Suprema.”<sup>205</sup> Esta instituição teria a função de: além de organizar os revoltosos, prover fundos para manter a Revolta.

O jornal *A Federação* de 22 de Março de 1923, em editorial com o título “Uma ambição que se realiza”, critica a afirmação de existência de uma junta governativa instalada no Rio de Janeiro que representaria os anseios das oposições gaúchas. Este editorial trata esse assunto como uma chacota.

Estamos, pois em presença de uma junta de governo que é a última palavra no gênero: mantém sua sede em segredo, com medo da polícia. Se alguém quiser levar uma novidade à junta, ou dela obter alguma informação, o único recurso será deitar anúncios nos jornais: “precisa-se falar com alguém que possa dar notícias seguras sobre uma junta de governo extra-territorial, dos mashorqueiros do Rio Grande, que se diz instalada no Rio de Janeiro, em sede com rua e número secretos.”<sup>206</sup>

A visão da bancada republicana não era a única a percorrer os salões da câmara federal. O deputado federal Antunes Maciel,<sup>207</sup> representante do federalismo gaúcho, fazia longa e contundente acusação da tirania gaúcha, representada por Borges de Medeiros. Em discurso de 8 de agosto de 1923, o referido deputado opositorista escreve, nos seguintes termos, uma acusação a Borges de Medeiros.

A verdade, senhores, é a mesma que se registra na história de todos os povos: o Sr. Borges de Medeiros passou do seu tempo e não soube conhecer os sinais de

---

<sup>205</sup> ANTONACCI, op. cit. p.100.

<sup>206</sup> *A Federação*, 22 de Março de 1923 – Uma ambição que se realiza – Capa.

<sup>207</sup> Francisco Antunes Maciel Junior, natural de Pelotas, nascido em 4 de maio de 1881, fez seus estudos primários nesta cidade terminando-os em Montevideú para onde foi exilado na revolução de 1893. Estudou direito em São Paulo e bacharelou-se, neste mesmo curso, na cidade do Rio de Janeiro, vindo em seguida advogar em Pelotas, onde dirigiu o jornal *A Reforma*, (representante do federalismo). Foi eleito deputado federal em 1915 e novamente em 1921. Com o início da Revolta Armada em 1923, Maciel agregou-se às forças revoltosas. Em 1924 foi eleito novamente para a deputação federal. Participou da aliança liberal e da posterior Revolução de 1930, assumindo em seguida o ministério da fazenda do Rio Grande do Sul, e ocupou em 1932 o Ministério da Justiça do governo federal. Participou ativamente dos trabalhos na constituinte de 1934. Com a implantação do Estado Novo Maciel afastou-se da política. Faleceu em 1 de novembro de 1966, no Rio de Janeiro.

seu acaso, quis sobrepor-se à fatalidade e imaginou que poderia encarnar nos tempos de hoje, um arquétipo de moderno senhor feudal ou uma modalidade científica do Nicolau Russo; suprimiu pelo fetichismo a sua pessoa (que semeou em volta de si), os conselhos, as opiniões e alçapremou-se ao altar de divindade intangível, saída do céu por descuido para iniciar o Rio Grande nos mistérios da felicidade, *primus inter pares* entre duas gerações de nulidades que não puderam produzir um medíocre homem de governo.<sup>208</sup>

A responsabilidade pela revolta armada no Sul, segundo os representantes federalistas, recaía totalmente no gosto excessivo pelo poder de Borges de Medeiros, que governava o Estado desde 1898, quase ininterruptamente.

As acusações dos representantes do federalismo eram rebatidas pela bancada republicana gaúcha. Em discurso de 28 de agosto de 1923, o deputado Getúlio Vargas coloca que o governo gaúcho, acusado por várias vezes de centralizador e ditatorial é um grande exemplo de liberdade para com as oposições, e devido a esta liberdade é que a revolta teria tomado corpo:

Em nome de uma liberdade que para eles degenerou em licença em nome de uma reação democrática que é a porta aberta à prática de todas as violências, matam, saqueiam, violentam, depredam e vêm depois, quando sofrem a reação natural a seus atos, quando a ação do governo legal procura reintegrar a ordem jurídica violada, bradam aos céus contra a tirania. Os algozes transformam-se em vítimas, os agressores transformam-se em agredidos.<sup>209</sup>

Prosseguindo seu discurso, Getúlio Vargas critica a revolta afirmando que este movimento não parte das massas, é um movimento organizado pela elite política oposicionista que apenas arrebanha peões pobres e desinformados para lutar:

Essa revolução, que se ergue no Rio Grande do Sul, não foi um movimento da opinião popular, não foi uma dessas forças irresistíveis que vêm esmagar todos os empecilhos, vencer todos os obstáculos, trazendo no seu seio, como força incontestável uma contínua ameaça de explosão. Ela foi, ao contrário, um trabalho sub-reptício, feito pelos políticos, abusando da boa fé e do entusiasmo fácil de alguns jovens, da ignorância de um grande número de outras pessoas, captando ainda muitos outros elementos que estão sempre prontos a se incorporar a esses movimentos de desordem e correria.<sup>210</sup>

---

<sup>208</sup> Anais da Câmara dos Deputados, sessões de 1 a 22 de agosto de 1923. Volume V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928. Discurso proferido por Antunes Maciel, em 8 de agosto de 1923. p.163.

<sup>209</sup> Anais da Câmara dos Deputados, sessões de 23 a 31 de agosto de 1923. Volume VI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928. Discurso proferido por Getúlio Vargas, em 28 de agosto de 1923. p.430.

<sup>210</sup> Id. p.435.

Para Getúlio Vargas, a revolta da oposição gaúcha é uma obra totalmente impatriótica, pois não conseguindo os revolucionários obter vitórias, buscam apenas destruir as fontes de renda e a produção do estado gaúcho. Com a destruição da riqueza, tentam desorganizar o crédito estadual e destruir as forças produtoras gaúchas, isso tudo, a fim de esgotar o orçamento gaúcho. Os revolucionários, sem força, teriam como objetivo esgotar ao máximo o poderio econômico do Estado, a fim de conseguirem uma intervenção Federal.

A tentativa de minimizar os efeitos da revolução aparece também no discurso de Getúlio Vargas, conforme passamos a citar:

Essa revolução que VV EEx dizem assolar todo o Estado não dispõe de um só município; passam por eles rapidamente, abandonando-os em seguida, em virtude da ação desenvolvida pelas forças do governo. Até agora não conseguiram ainda os revoltosos a adesão de um só governo municipal, de uma só administração, de uma só direção política: todos os municípios conservam-se firmes, decididos, ao lado do governo constituído.<sup>211</sup>

Uma longa discussão é desfraldada na câmara federal, em torno do assunto da intervenção federal no Estado do Rio Grande do Sul. Na sessão de 24 de setembro de 1923, o deputado oposicionista Antunes Maciel, em seu discurso, afirma que no senado já tramitava projeto de autoria do senador Soares dos Santos, propondo a intervenção no Estado gaúcho.

O projeto, nos termos em que está vazado dá em resultado o seguinte: concede ao Presidente da República uma ampla autorização para agir em prol da paz. De resto, a intervenção, no Rio Grande, já está sendo praticada diante das solicitações insistentes de governos estrangeiros, para a garantia dos seus súditos.<sup>212</sup>

Essa afirmação é rechaçada pelo deputado Getúlio Vargas em longo discurso de 27 de setembro. Neste discurso o deputado busca mostrar que o projeto de intervenção é

---

<sup>211</sup> Id. p.438.

<sup>212</sup> Anais da Câmara dos Deputados, sessões de 14 a 29 de setembro de 1923. Volume VIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928. Discurso proferido por Antunes Maciel, em 24 de setembro de 1923. p.421.

inconstitucional, pois contraria a vontade do presidente da república, para tanto cita a mensagem enviada pelo presidente da república Artur Bernardes ao congresso nacional:

No Rio Grande do Sul, entretanto perante o Executivo Federal, só há um governo, reconhecido pelo poder competente. Eis porque o Governo Federal se tem limitado a ordenar que as forças federais se mantenham neutras, garantido as vias férreas federais, os Correios, os Telégrafos e demais repartições públicas da União e agências do Banco do Brasil, assim como asilando nos quartéis os cidadãos de qualquer parcialidade que lhe peçam garantias, só assumindo o policiamento das cidades e povoações que as autoridades locais hajam abandonado, com o exclusivo fim de garantir a vida e a propriedade dos seus habitantes. A ingerência da União até o presente momento, na pode ser senão amistosa, para acalmar os espíritos e tentar a pacificação geral, mediante a obtenção de concessões mútuas dos contendores.<sup>213</sup>

Getúlio Vargas segue seu discurso apresentando um longo relatório do desenvolvimento econômico do Estado, mostrando assim, que mesmo com a revolta armada o Rio Grande do Sul se mantinha forte. Este discurso de Getúlio Vargas, encontra seu contraponto nas afirmações da historiadora Maria Antonieta Antonacci, que apresenta em sua obra a seguinte afirmação referente a situação gaúcha à época da revolta: “Financeiramente a situação do RS também estava abalada. Como a coleta de impostos não obtinha as rendas anteriores, Borges de Medeiros autorizara a Secretaria da Fazenda a emitir apólices extraordinárias (com juros de 8%) ao ano para a segurança pública.”<sup>214</sup>

O jornal *A Federação*, também publica alguns artigos que demonstram ser a intervenção um caso mal interpretado pelas oposições. Em 26 de abril de 1923, com o título “Os boatos de intervenção”, afirma-se que:

Continua a imprensa assistida do Rio em grande azafama de noticiário boateiro, com o fim de fazer acreditar ao público que estão em vias de realização os seus planos de intervenção federal neste Estado, e com tanto afinco se atira a deliciosa “blague” que até já parecem, em letra de forma, os nomes dos possíveis interventores.<sup>215</sup>

*A Federação* prossegue em artigo de 6 de junho de 1923, apresentando sua defesa anti-intervencionista, com o título: “Por que a Intervenção?”. Este artigo afirma que

---

<sup>213</sup> Anais da Câmara dos Deputados, sessões de 14 a 29 de setembro de 1923. Volume VIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928. Discurso proferido por Getúlio Vargas, em 27 de setembro de 1923. p.652.

<sup>214</sup> ANTONACCI, op. cit. p.101-102.

<sup>215</sup> *A Federação* – 26 de abril de 1923 – Os boatos de Intervenção – Capa.

intervir no Estado seria o seu descrédito. “A intervenção viria para derrubar um governo honrado honesto, com muitos serviços prestados ao povo Gaúcho.”<sup>216</sup>

A mensagem presidencial apresentada por Borges de Medeiros, à assembléia dos representantes do Estado, no ano de 1923, deixa claro que a revolta no Rio Grande do Sul, não atingiu proporções nacionais, e compara esta revolta com a de 1893.

Revela, porém, salientar uma diferença entre esses dois movimentos e é a de que, se o de 1893 atingia também a união, o atual teve caráter puramente local e os seus promotores não cessavam de clamar em seu benefício pela intervenção federal, que acreditavam provocar a revelia do governo do Estado, por meio da mistificação e da desordem. Não os entibiava a rigorosa neutralidade em que manteve o governo federal.<sup>217</sup>

Após quase um ano de intercaladas lutas militares e de constantes debates pelos jornais e através de discursos, a revolta de 1923 inicia seu processo de pacificação. De forma amistosa, o governo federal envia seus representantes para o sul, a fim de voltarem à capital com um acordo de paz.

## **2.4 – A pacificação de 1923**

O Estado do Rio Grande do Sul convulsionado não representava um bom negócio, nem para o governo federal e muito menos, para o governo gaúcho. Baseado nisso, as negociações em torno de um processo de pacificação iniciaram cedo por parte do governo federal, mas sempre buscando manter a mais aparente imparcialidade no concernente aos lados beligerantes.

Já no mês de maio de 1923, o presidente da república Arthur Bernardes busca uma primeira tentativa de promover o cessar fogo no Estado gaúcho. Para tanto, é enviado como representante do governo federal o ministro do tribunal de contas, Tavares de Lyra. Este vem ao Rio Grande do Sul para se encontrar em conferência com Borges de Medeiros, porém retorna ao Rio de Janeiro sem conseguir sucesso.

---

<sup>216</sup> A Federação – 6 de junho de 1923 – Por que a Intervenção? – Capa.

<sup>217</sup> Mensagem Presidencial de Antonio Augusto Borges de Medeiros à Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, apresentada na 3ª sessão ordinária da 9ª legislatura em 29 de novembro de 1923. p.5.

Como a tentativa feita em maio, de pacificar o Estado não obteve sucesso, no mês de junho, o presidente da república encaminhou para o Rio Grande do Sul, o deputado Nabuco de Gouvêa.<sup>218</sup> A vinda deste, foi precedida por um telegrama enviado a Borges de Medeiros por Vespucio de Abreu e João Simplicio Alves de Carvalho, presidentes do senado e da câmara federal respectivamente. Este telegrama é enviado com a intenção de convencer Borges de Medeiros a aceitar os termos de pacificação, cedendo algumas de suas vantagens, conforme afirma Sergio da Costa Franco:

[...] os dois congressistas se animam a sugerir a Borges de Medeiros que aceitasse a alteração da constituição estadual no sentido de proibir as reeleições, insinuando que tal emenda, sugerida pelo presidente Arthur Bernardes, seria indispensável a consecução de uma paz honrosa, ao livrar o Estado de uma possível intervenção militar da união.<sup>219</sup>

Analisando o telegrama enviado, encontramos trechos que comprovam essa tentativa dos congressistas gaúchos. “Assim, visto modificação citada artigo nono não envolver infringência ponto capital doutrina e só podendo ser feita sem atentado contra a vossa pessoa, vosso governo e autonomia Estado”<sup>220</sup> os parlamentares colocam esta mudança como não sendo de crucial importância, e ceder não atingiria a honra de Borges de Medeiros. Dando seqüência ao texto é apresentado um apelo:

[...] apelamos para o vosso lúcido, abnegado e patriótico espírito de republicano e de rio-grandense, para que aceiteis proposta vos leva Nabuco, certos que a os muito títulos que já possuíis para a benemerência dos republicanos e do Rio Grande do Sul juntareis um maior que todos os outros e que vos colocara sem par na história política do nosso idolatrado torrão gaúcho a paz, a prosperidade e o progresso do Rio Grande do Sul valerão pequeno sacrifício que o liberte talvez para sempre das garras da anarquia e da ruína. Na atitude que resolverdes, em todo caso, assumir, nos encontrareis sempre o vosso lado na mais inquebrantável, solidariedade e inteira e leal amizade.<sup>221</sup>

---

<sup>218</sup> José Tomás Nabuco Gouvêa nasceu em Minas Gerais, em 11 de outubro de 1872, iniciou o curso de medicina no Rio de Janeiro, concluindo-o em Paris. Voltou ao Brasil e passou a clinicar em Bagé, onde entrou para a política, sendo vice-intendente, foi eleito deputado federal pelo PRR nas eleições de 1906, 1909, 1912, 1915 e 1918, participou ativamente da pacificação no Rio Grande do Sul, posteriormente passou a se dedicar a diplomacia. Baseado em DHBB. V. IV p. 4015-4016.

<sup>219</sup> FRANCO, Sergio da Costa. A pacificação de 1923: As negociações de Bagé. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS; Est Edições, 1996.p.9.

<sup>220</sup> Telegrama de João Vespucio de Abreu e João Simplicio Alves de Carvalho a Borges de Medeiros em 22/06/1923. In: FRANCO, op cit. 1996. p.30.

<sup>221</sup> Id.



Fica claro na exposição dos parlamentares, que estes fazem uma sugestão a Borges de Medeiros, contrariando suas maneiras de pensar, tentando fazê-lo mudar de opinião utilizando-se de um tom elogioso, deixando claro que ceder neste momento só engrandeceria a sua figura. O telegrama é encerrado com os parlamentares falando que independentemente de qual decisão Borges de Medeiros tomar estes estarão ao seu lado.

A discussão apresentada por Nabuco de Gouvêa girava em torno da possibilidade de reeleição do presidente. Borges de Medeiros enviou um projeto para ser analisado pelo presidente Arthur Bernardes que previa a reeleição somente com a maioria de votos, e o presidente seria reelegível somente por dois mandatos.<sup>222</sup> Porém, Nabuco de Gouvêa também retornou do Rio Grande do Sul sem conseguir maiores avanços na pacificação do Estado.

A terceira e última tentativa de pacificação ocorreu tendo à frente Fernando Setembrino Carvalho<sup>223</sup>, ministro da guerra do governo Arthur Bernardes. Sua viagem ao Rio Grande do Sul foi tratada inicialmente como uma viagem de inspeção das tropas e dos contingentes militares estacionados nos três estados do sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, conforme telegrama de Arthur Bernardes a Borges de Medeiros.

Tenho o prazer de comunicar a V.Exa. que segue para os Estados do Sul, inclusive o Rio Grande, em inspeção aos corpos das respectivas guarnições, o ministro da guerra general Setembrino de Carvalho, que em meu nome procurará a V.Exa. para apresentar-lhe os meus cumprimentos e conversar ao

---

<sup>222</sup> Apresentamos aqui as modalidades propostas por Borges de Medeiros para a derrogação do art. 9º da constituição.

I O presidente exercerá a presidência durante cinco anos, não podendo ser reeleito para o período seguinte, salvo se merecer o sufrágio de três quartas partes do eleitorado.

É vedada a reeleição para mais de dois períodos sucessivos.

II O presidente exercerá a presidência durante cinco anos, não podendo ser reeleito para o período seguinte, salvo se merecer o sufrágio da maioria absoluta do eleitorado inscrito.

III O presidente exercerá a presidência durante cinco anos, não podendo ser reeleito para o período seguinte, salvo se merecer o sufrágio da maioria absoluta do eleitorado inscrito.

É vedada a reeleição para mais de dois períodos sucessivos.

Manuscrito de Borges de Medeiros enviado ao Arthur Bernardes em 25/06/1923 in: FRANCO, op.cit. 1996. p.32.

<sup>223</sup> Fernando Setembrino Carvalho, era natural do Rio Grande do Sul e, ainda como tenente, fora ligado ao Partido Republicano, participou da Constituinte Estadual de 1891, mas ainda neste ano no mês de novembro entrou em discordância com a liderança do PRR. Lutou na Revolução Federalista de 1893, contra os maragatos. Depois disso se afastou da política dedicando-se a carreira militar, agindo destacadamente como engenheiro militar. Em 1911, foi promovido a coronel e assumiu no Rio de Janeiro a chefia do Gabinete do Ministro de Guerra. Em 1914, foi mandado para o Ceará onde serviu como interventor neste Estado. Foi o líder militar responsável por combater o movimento do Contestado em Santa Catarina. Com a eleição de Arthur Bernardes tornou-se Ministro da Guerra. Baseado em FRANCO, 1996. op. cit. p.12-14.

mesmo tempo sobre assunto de interesse tanto do Rio Grande como do nosso país.<sup>224</sup>

Já em sua chegada, Setembrino Carvalho obteve por parte dos governistas e dos revoltosos a assinatura de um armistício de pacificação, que segundo Sergio da Costa Franco, previa que “a partir de 7 de novembro, às 12 horas, momento em que cessaria toda atividade beligerante”,<sup>225</sup> esse armistício foi a primeira conquista de um processo que culminaria com a pacificação.

Este pacificador travou longas conversas, com ambos os lados beligerantes, a fim de chegar a um consenso. Os revoltosos liderados por Assis Brasil, exigiam inicialmente a retirada do poder das mãos de Borges de Medeiros e a realização de novas eleições<sup>226</sup>. Este trabalho, foi realizado pelo pacificador, buscando manter a maior neutralidade entre as partes. Segundo Sérgio da Costa Franco, Setembrino Carvalho:

[...] começou por comunicar-se com Assis Brasil, antes mesmo da partida para o Sul, para sondá-lo sobre a viabilidade do acordo e suas condições básicas; depois, estabeleceu contatos com os deputados gaúchos Nabuco de Gouvêa e João Simplicio de Carvalho, ambos situacionistas, para, através deles, conhecer os dispositivos constitucionais, cuja reforma poderia obter o assentimento de Borges de Medeiros, e aqueles outros em que este seria irredutível.<sup>227</sup>

Após longas conferências com os líderes oposicionistas, Setembrino Carvalho encontrou-se com Borges de Medeiros em Porto Alegre. Este não aceitava de forma nenhuma exonerar-se do governo, cargo que segundo ele lhe havia sido conferido nas urnas. Neste encontro, foram apresentadas as bases de um acordo de pacificação que seria modificado muitas vezes até ser encontrada uma fórmula que agradasse aos dois lados. O acordo era composto por cinco pontos principais, conforme segue:

---

<sup>224</sup> FRANCO op. cit.1996.p.37.

<sup>225</sup> Id. p.18.

<sup>226</sup> Proposta de Assis Brasil para a pacificação.

a) licenciamento de Borges, depois da prévia escolha de um vice-presidente que merecesse a conformidade dos rebeldes; realização de eleições livres para o Senado e Câmara Federal, sendo confiada ao partido que fosse vitorioso nesse pleito a gestão do governo estadual;

b) prévia escolha de um candidato de conciliação para o governo do Estado, seguindo-se-lhe a renúncia de Borges de Medeiros. FRANCO, 1996. op. cit.p.20.

<sup>227</sup> Id.p.11.

- I – Revisão da Constituição de modo a ficar estabelecida a proibição das reeleições.
  - II – Reforma do processo eleitoral de maneira a adaptá-lo à lei federal.
  - III – Fica estabelecido que a nomeação de Intendentes provisórios será uma medida de exceção e que não terão efetividade além do prazo rigorosamente necessário para ser feita a eleição do cargo de intendente efetivo.
  - IV – Promulgação de uma lei determinando que o preenchimento do cargo de vice-presidente do Estado será feito pelo sufrágio eleitoral como no caso do presidente.
  - V – A representação das minorias será garantida pelo seguinte critério. Na representação federal o partido republicano deixará margem para que a minoria eleja um deputado em cada círculo, dará o terço na representação estadual e nos conselhos municipais. Garantirá a maior liberdade de voto e de qualificação à minoria.
- Terminada a revolução e depostas as armas, o governo do Estado manterá a mais ampla anistia e combinará com o governo federal as medidas de ordem para este fim.<sup>228</sup>

Desta proposta inicial já aparece uma discordância por parte de Borges de Medeiros no tocante ao item IV, que prevê a eleição do vice-presidente juntamente ao presidente do Estado. Após essa negociação, Borges de Medeiros, não querendo aceitar as imposições da oposição para chegar um tratado de paz, propõe em telegrama de 24 de outubro de 1923, ao deputado João Simplicio, que seja realizada a intervenção federal no Estado do Rio Grande do Sul.

Não podendo aceitar imposições revolucionárias, mas desejando cooperar Governo Federal seu patriótico empenho pacificar Estado, prefiro requisitar intervenção federal, nos termos Constituição, art. 6ª, nº 3. É a solução radical, mais digna e mais lógica.<sup>229</sup>

Entretanto esta proposição de Borges de Medeiros foi logo rechaçada pelos seus correligionários. Fazendo-o mudar de idéia, em telegrama de 24 de outubro de 1923, Nabuco de Gouvêa explica as condições para ser realizada a intervenção:

Quanto pedido intervenção, devo ponderar que presidente Bernardes, de acordo com os princípios que defende, pensa que a intervenção, mesmo requisitada, só pode ser realizada por delegado do governo central, com autoridade superior e com afastamento temporário ao menos da autoridade local, isto é, por pessoa

---

<sup>228</sup> Memorandum do deputado Nabuco de Gouvêa sobre as bases da pacificação 25/10/1923 In FRANCO. 1996. op. cit. p.42.

<sup>229</sup> Telegrama de Borges de Medeiros ao deputado João Simplicio em 24/10/1923 in: FRANCO,1996. op. cit.p.41

insuspeita às paixões locais, por que dessa ação interventora terá o presidente que prestar contas ao Congresso Nacional.<sup>230</sup>

Diante da ameaça de ter que deixar o poder, Borges de Medeiros declina de seu pedido de intervenção. Porém, não recua em suas exigências para a pacificação. A discussão inicial para se firmar um ato de pacificação estava centrada no art. 9º da constituição estadual, este artigo prevê que: “O presidente exercerá a presidência durante cinco anos, não podendo ser reeleito para o período seguinte, salvo se merecer o sufrágio de três quartas partes do eleitorado.”<sup>231</sup> Esse artigo da constituição, por ser um dos mais polêmicos, teve sua modificação aceita por Borges de Medeiros. Já a discussão em torno do décimo artigo da constituição gerou maiores polêmicas, Borges de Medeiros não aceitava reformular este artigo, que previa:

Art. 10º - Dentro dos seis primeiros meses do período presidencial, o presidente escolherá livremente um vice-presidente, que será o seu imediato substituto no caso de impedimento temporário, no de renuncia ou morte, perda do cargo e incapacidade física.

Sendo a aceitação por parte de Borges de Medeiros da condição de ser o vice-presidente eleito, condição primordial para a efetivação do tratado de paz, vários representantes da política gaúcha passaram a solicitar ao seu líder a aquiescência desta modificação. No dia 27 de outubro de 1923, os senadores Carlos Barbosa e Vespúcio de Abreu falam nos seguintes termos:

Insistimos argumentação favorável modificação artigo décimo Constituição Estado expedidos cifrado ontem. Parece-nos serviço tão inolvidável pró-paz somente poderá elevar-vos conceito Rio Grade e Nação.<sup>232</sup>

---

<sup>230</sup> Memorandum do deputado Nabuco de Gouvêa sobre as bases da pacificação 25/10/1923 In FRANCO. op. cit. 1996. p.43.

<sup>231</sup> Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul. In: VIANNA, op. cit. 1911. p.707-736.

<sup>232</sup> Telegrama de Carlos Barbosa e Vespucio de Abreu a Borges de Medeiros em 27/10/1923 In: FRANCO. op. cit. p.49.

Também o ministro da justiça João Luiz Alves, escreve a Borges de Medeiros buscando convencê-lo a ceder, usando largamente as idéias de Teixeira Mendes, principal líder da religião positivista no Brasil

[...] Na verdade acredito que não há na eleição do vice-presidente, conjunta com a do presidente, nada que seja substancial sobre orientação da Constituição desse Estado. Em primeiro lugar devo dizer que fui aqui informado de que essa é a opinião do Eminentíssimo dr. Teixeira Mendes, cuja insuspeição e elevação moral bastam para amparar meu modo ver. Em segundo lugar bem como reconhece o dr. Borges, no proposto regime, o partido que elege o presidente, elege conjuntamente o vice-presidente, em plena harmonia de idéias com o presidente.<sup>233</sup>

Seguidas longas conversações e vários pedidos dos políticos mais próximos, Borges de Medeiros aceita ceder a modificação do artigo dez da constituição gaúcha, conforme telegrama enviado por Borges de Medeiros ao ministro João Luiz Alves, na data de 22 de novembro de 1923, nos seguintes termos:

Desde que a reforma do art. 10 da Constituição do Estado para prescrever a eleição do vice-presidente é a única condição de que depende agora a conclusão da paz, acedo patrioticamente ao seu apelo, em atenção a V. Exa. e à alta mediação do sr. Presidente da República, a quem tributo o mais sincero reconhecimento cívico e acatamento pelo que vai lhe dever o Rio Grande do Sul [...]<sup>234</sup>

Mesmo com a aceitação de Borges de Medeiros, da modificação do artigo dez da constituição, o tratado de paz não foi imediatamente assinado. Assis Brasil, aguçado por seus partidários exigia a imediata realização de uma eleição para a substituição do vice-presidente, e também o adiamento das eleições federais de janeiro para maio. Após os últimos contatos de Setembrino Carvalho, Assis Brasil cedeu e aceitou a não realização das eleições. Por seu lado, Borges de Medeiros se comprometeu a se esforçar para que as eleições fossem transferidas para maio, conforme afirma Sérgio da Costa Franco:

---

<sup>233</sup> Telegrama do ministro da justiça João Luiz Alves a Borges de Medeiros s/d In: FRANCO, 1996. op. cit. p.50.

<sup>234</sup> Telegrama de Borges de Medeiros ao ministro da justiça João Luiz Alves em 22/11/1923. in: FRANCO, 1996. op. cit. p.63.

Em verdade, no próprio dia 8 de dezembro, tanto Assis Brasil quanto Borges fizeram novas concessões: Assis desistiu de postular a eleição imediata de um vice-presidente, e Borges concordou no adiamento das eleições federais, de janeiro para maio de 1924. Nessa data removeram-se os principais obstáculos para a assinatura da paz. Ficando claro que Borges de Medeiros concordava na transferência das eleições parlamentares e na fiscalização de sua normalidade por um representante da presidência da República.<sup>235</sup>

Confirmado pelo Senado Federal em 11 de dezembro o adiamento das eleições para o mês de maio, o tratado foi assinado em Pedras Altas, no dia 14 de dezembro, pelo então pacificador Setembrino Carvalho e por Assis Brasil, líder oposicionista, e em seguida, foi enviado a Porto Alegre, onde Borges de Medeiros, juntamente com general Francisco de Andrade Neves, comandante da 3ª Região Militar, também deu seu aval no dia 15 de dezembro de 1923, o tratado final (ver anexo 1, redação completa tratado de paz) tinha como principais tópicos os que seguem:

1º a reforma do art. 9º da Constituição, proibindo a reeleição do presidente para o período presidencial imediato. Idêntica disposição quanto aos intendentes.

2º adaptação às eleições estaduais e municipais da legislação eleitoral federal.

3º consignar o projeto de reforma judiciária uma disposição que conceda à justiça ordinária a atribuição de julgar os recursos referentes às eleições municipais.

4º as nomeações de intendentes provisórios serão sempre limitadas aos casos de completa acefalia administrativa, quando em virtude de renúncia, morte, perda de cargo ou incapacidade física, ou por falta de eleição, não existir intendentes, vice-intendentes e conselhos municipais.

5º os intendentes provisórios procederão às eleições municipais no prazo improrrogável de sessenta dias, a contar da data das respectivas nomeações.

6º o vice-presidente será eleito ao mesmo tempo e da mesma forma que o presidente. Se, por qualquer causa, o vice-presidente suceder ao presidente, antes de decorridos três anos do período presidencial, proceder-se-á à eleição dentro de sessenta dias. Idêntica disposição quanto aos vice-intendentes.

7º as minorias terão garantida a eleição de um representante federal em cada distrito, mesmo na hipótese de uma divisão eleitoral em número maior de distritos.

8º para as eleições estaduais o Estado será dividido em seis distritos, ficando garantida a eleição de um representante em cada distrito.

9º a representação federal do Estado promoverá a imediata aprovação do projeto de anistia em favor das pessoas envolvidas nos movimentos políticos do Rio Grande do Sul e o Governo Federal dará todo o seu apoio a essa medida. Enquanto não for ela decretada, o Governo do Estado, na esfera de sua competência, assegurará às mesmas pessoas a plenitude das garantias individuais e não promoverá nem mandará promover processo algum relacionado com os referidos movimentos, que serão também excluídos de qualquer ação policial.

---

<sup>235</sup> FRANCO. 1996. op. cit. p.24.

10º O Governo Federal e o Governo do Estado, em ação harmônica, empregarão os meios necessários para a eficácia das citadas garantias a que se refere a cláusula décima [...]<sup>236</sup>

Depois de definidas as bases e assinado o acordo, Borges de Medeiros telegrafa para o presidente Arthur Bernardes, na data de 15 de dezembro de 1923, a fim de comunicar ao presidente da República a pacificação do Estado:

Com maior júbilo patriótico, tenho honra comunicar V.Exa. acabo assinar ata pacificação Estado. Congratulando-me com V.Exa., pelo completo êxito sua mediação amistosa para cessação luta fratricida, cumpro indeclinável dever apresentar-lhe mais efusivos agradecimentos pelo notável serviço assim prestou Rio Grande, República, animado sempre superior espírito justiça e alto patriotismo.<sup>237</sup>

A assinatura da ata de pacificação foi interpretada pelo jornal *A Federação* de “forma interessante”, buscando distorcer os fatos, tentando unilateralmente proclamar a ação de Borges de Medeiros como fator central e preponderante na pacificação do Estado. Em artigo de 14 de dezembro de 1923, com o título: “A Paz: sediciosos aceitaram as condições de paz. A 0 hora de hoje foi assinada a ata de pacificação do Rio Grande”. O jornal *A Federação* inicia um trabalho de formação de imaginário social onde Borges de Medeiros vai passar para a história como o grande responsável pela pacificação do Estado, além de ser visto como o grande vencedor da revolta de 1923: “Basta-nos, nesta hora a certeza confortadora de que essa luta inglória terminou e de tal modo que todos nós republicanos do Rio Grande podemos estar orgulhosos de tudo quanto fizemos por facilitar a sua consumação.”<sup>238</sup> Segundo este trecho, os trabalhos de pacificação partiram da família republicana e a ação do governo federal fica minimizada. Quanto as mudanças constitucionais, o jornal escreve que:

Acedemos é certo a umas quantas concessões, de natureza política, que o Governo da República julgou necessárias para obter a pacificação imediata do Estado; mas essas concessões que fizemos à aspiração superior de paz de

---

<sup>236</sup> Anais da Câmara dos Deputados, sessões de 24 a 29 de dezembro de 1923. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928. Discurso Proferido por Antunes Maciel, em 28 de dezembro de 1923. p.563-567.

<sup>237</sup> Telegrama de Borges de Medeiros a Arthur Bernardes em 15/12/1923 In: FRANCO, 1996. op.cit. p.143.

<sup>238</sup> *A Federação* – 14 de dezembro de 1923 – A Paz: sediciosos aceitaram as condições de paz. A 0 hora de hoje foi assinada a ata de pacificação do Rio Grande. – Capa

nenhum modo alteram a essência do regime presidencial riograndense, os fundamentos básicos da nossa organização constitucional.<sup>239</sup>

A reportagem de *A Federação*, segue expondo que a pacificação autenticada pelos rebeldes demonstra a vitória da legalidade, ou seja, da situação gaúcha.

Para a honra do Rio Grande, para dignidade da República ela, foi obtida por meio de um acordo que é a consagração autenticada pelos próprios rebeldes com a aceitação da solução legal, da vitória da causa que defendemos.<sup>240</sup>

Outras reportagens trazem relatos sobre a pacificação. No dia 17 de dezembro, aparece grande foto, com Borges de Medeiros assinando a ata de pacificação, encimado pelo título: “A Paz.” Em 18 de dezembro, *A Federação* estampa o seguinte título: “A Paz: Em todo o país ecoa festivamente a notícia da pacificação do Rio Grande”. Do dia 22 até o dia 24 de dezembro, o jornal publica uma série de telegramas de congratulações pela pacificação do Estado, recebidos pelo presidente Borges de Medeiros.

Enquanto isso, na câmara federal foram pronunciados vários discursos em torno da pacificação do Rio Grande do Sul. Em 17 de dezembro de 1923, o deputado federalista Antunes Maciel abre seu discurso sobre o tema pacificação, com o seguinte trecho:

O sr. Antunes Maciel – Congratulo-me com a Nação pela volta da paz ao meu glorioso Estado Natal, depois de quase um ano de cruenta odisséia, que, se por um lado gerou sacrifícios, dores, largos prejuízos materiais, esmaltou, entretanto, por outro, ainda uma vez, a indomáveis energia de um povo, cujas reservas cívicas – já agora ficou provado – não se estiolaram nem sequer diminuíram, nesse ambiente de utilitarismos e descrenças em que vem vivendo a sociedade brasileira ...<sup>241</sup>

Outros deputados também pronunciam discursos versando sobre o tema pacificação, João Simplício discursa em 17 de dezembro de 1923, em seu discurso faz longa apologia ao trabalho realizado pelo presidente do país, Arthur Bernardes:

---

<sup>239</sup> Id.

<sup>240</sup> Id. P.2

<sup>241</sup> Anais da Câmara dos Deputados, sessões de 01 a 22 de dezembro de 1923. Volume XIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928. Discurso Proferido por Antunes Maciel, em 17 de dezembro de 1923. p.391-392.



Congratulando-me, Sr. Presidente, com a Câmara dos Deputados, portanto com a Nação Brasileira, por esse grande acontecimento, por essa demonstração de fraternidade, eu proporia se bem que algumas das medidas já tivessem sido adiantadas, que V.Ex. pelo modo o mais significativo e o mais adequado, fizesse chegar ao Sr. Presidente na República os aplausos da Nação Brasileira, por esse grande acontecimento e pela sua obra e ação benemérita; que se congratulasse com o embaixador da paz no Rio Grande do Sul, o missionário do Sr. Presidente da República, pela realização deste grande feito, o Sr. Ministro da Guerra, ilustre general Setembrino de Carvalho.<sup>242</sup>

Já o deputado Souza Filho, representante da oposição rio-grandense, faz um discurso exaltando a pacificação, deixando claro que:

O Pacto de Pedras não significa estagnação de idéias nem traduz renúncia a dignidade das crenças políticas dos beligerantes. A luz de suas disposições, não há, em rigor, nem vencidos nem vencedores na guerra civil que ensangüentava as plagas no sul, e por isto mesmo, ele é honroso para ambas às partes.<sup>243</sup>

Souza Filho segue seu discurso elogiando a ação dos pacificadores, do governo federal, e também principalmente de Assis Brasil: “quero saudar o maior dos brasileiros vivos, o velhinho liberal, Assis Brasil – alma eternamente iluminada por um idealismo sadio, coração de bondade infinita que os interesses imediatos da vida jamais puderam conspurcar.”<sup>244</sup>

Analisando os discursos relacionados à pacificação que foram proferidos no mês de dezembro na câmara federal, não encontramos em nenhum momento o nome do deputado Getúlio Vargas tomando posição referente a este assunto. Não foi encontrado motivo que explicitasse o porque deste silêncio, pois nos momentos onde houve discussão na câmara federal em torno da pacificação o deputado Getúlio Vargas estava presente.

Analisando os documentos oficiais, as reportagens e discursos proferidos, podemos perceber que todo o processo de pacificação ocorreu com o maior respeito de ambas as partes, ou seja, do governo federal para com os revoltos e para com o governo gaúcho, e também do governo gaúcho e dos revoltosos para com o governo federal. Mas as mudanças constitucionais aprovadas na ata de pacificação podem ser encaradas como um

---

<sup>242</sup> Anais da Câmara dos Deputados, sessões de 01 a 22 de dezembro de 1923. Volume XIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928. Discurso Proferido por João Simplicio, em 17 de dezembro de 1923. p.396.

<sup>243</sup> Anais da Câmara dos Deputados, sessões de 01 a 22 de dezembro de 1923. Volume XIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928. Discurso Proferido por Souza Filho, em 17 de dezembro de 1923. p.396.

<sup>244</sup> Id.

castigo aplicado por Arthur Bernardes à insubmissão de Borges de Medeiros na reação republicana. Segundo Joseph Love:

Artur Bernardes foi o vencedor de fato em 1923, certamente ele não conseguiria derrubar o partido dominante no Rio Grande (como havia feito nos outros três estados da Reação Republicana). Mas tinha enfraquecido Borges em seu próprio reduto. E mais, havia humilhado o PRR forçando os gaúchos a apoiar o governo no congresso.<sup>245</sup>

Com certeza as mudanças constitucionais reduziram consideravelmente o poder de Borges de Medeiros, além de tudo, por ter sido o Estado pacificado sem a intervenção militar, a bancada gaúcha ficou na obrigação de apoiar as ações do governo federal. Segundo Luciano Aronne Abreu, a obtenção da paz no Rio Grande do Sul representou aumento de poder de Getúlio Vargas e diminuição do poder de Borges de Medeiros, conforme segue:

As circunstâncias em que isso ocorreu podem ser vistas, de um lado, como representativas do aumento do prestígio de Getúlio Vargas; de outro, como a perda de poder e de prestígio de Borges de Medeiros. Reforçava-se a idéia de que Getúlio era o homem certo para o lugar certo.<sup>246</sup>

Esse momento da pacificação do Rio Grande do Sul, representa uma quebra no sistema de governo deste Estado. Seu grande prócer, que por décadas havia comandado os destinos deste Estado, estava agora impedido de seguir adiante na posição de governante. O ciclo estava prestes a se encerrar, porém não se encerraria por completo a força de Borges de Medeiros, pois este continuaria como presidente do PRR. Com a indicação de Getúlio Vargas para ocupar o cargo de presidente em 1928, aprofunda-se o processo de retirada de poder das mãos de Borges de Medeiros iniciado nas mudanças constitucionais da pacificação. O próximo capítulo mostra exatamente a caminhada pós-pacificação de Getúlio Vargas, até a indicação para a presidência do Estado, ressaltando também ação de Borges de Medeiros em seus últimos momentos como mandatário do governo gaúcho.

---

<sup>245</sup> LOVE, op. cit. p.224.

<sup>246</sup> ABREU, 1995. op. cit. p.89-90.

### **CAPÍTULO III**

## **GETÚLIO VARGAS E BORGES DE MEDEIROS**

### **1924-1928: mudança de rumos.**

A pacificação promovida no Estado do Rio Grande do Sul, excluiu a possibilidade de reeleição de Borges de Medeiros. Este cumpriria seu mandato até 1927 e, em seguida, teria a necessidade de indicar um substituto para concorrer às eleições, que de acordo com a ata de pacificação seriam agora subjugadas as leis eleitorais federais.

Enquanto isso, Getúlio Vargas alcança em 1924, a reeleição para a câmara federal, onde vai desempenhar papel importante, assumindo a liderança da bancada gaúcha no ano seguinte e participando da comissão de reforma constitucional, e da comissão de finanças, ocupando também o cargo de Ministro da Fazenda do governo de Washington Luís. Exercendo, sempre, importante trabalho em prol do Rio Grande, mas a partir de outra visão, não sendo hostil com as oposições, o que acaba credenciado-o a concorrer a vaga de presidente do Estado gaúcho.

### 3.1 – Pós-pacificação e processo eleitoral.

Com a realização do processo de pacificação em dezembro de 1923, a luta armada cessou no Estado do Rio Grande do Sul, porém não cessaram as animosidades em torno da campanha eleitoral para a eleição de preenchimento das vagas aos cargos federais, deputados e senadores. As eleições marcadas inicialmente para o mês de janeiro, foram transferidas para o mês de maio, seguindo uma das condições do pacto de pacificação.

O PRR havia se enfraquecido no decorrer da república velha, e principalmente na revolta de 1923, entretanto, entrava neste pleito com força e organização que acompanhavam a história do partido. Por outro lado, as oposições que até o ano de 1923 estavam separadas, passam após a revolta a buscar unificação. Organizadas em torno de Assis Brasil, as mais diferentes correntes buscam a formação de um partido único para concorrer nas eleições federais.

As oposições reuniram-se na cidade de São Gabriel, em 12 de janeiro, com a finalidade de unificar-se. *A Federação* escreve a intenção básica deste encontro. “O fim da aliança libertadora é propugnar pelos princípios de liberdade política, baseada no sistema representativo e, especialmente combater nas próximas eleições federais, estaduais e municipais a situação dominante.”<sup>247</sup> Em torno deste encontro, surgiram vários comentários no mesmo jornal. Buscando depreciar essa ação em 10 de janeiro de 1924 no artigo: “Um incidente bem significativo”, encontra-se o seguinte trecho:

Certos que por mais que se aliem, se congreguem e se somem todas as oposições reunidas, jamais poderão enfrentar, com a menor possibilidade de êxito, a força e a pujança do nosso convencional partido, tratavam de obter, por esse modo seguro, posições políticas que reconheciam previamente lhes ser impossível disputar no encontro regional.<sup>248</sup>

O PRR, através de seu veículo de comunicação, faz uma incansável crítica à união das oposições, taxando de errônea inicialmente a união dos federalistas com os libertadores, duas formas de governos diferenciadas. Os primeiros optavam pelo parlamentarismo, enquanto os segundos buscavam manter o presidencialismo, porém com reformas constitucionais profundas.

---

<sup>247</sup> A Federação – 15 de janeiro de 1924 – Made in São Gabriel – Capa.

<sup>248</sup> A Federação – 10 de janeiro de 1924 – Um incidente bem significativo – Capa.

São apresentados diversos artigos criticando a ação oposicionista, e principalmente o líder dessas oposições reunidas, Assis Brasil, é alcunhado de ambicioso e vaidoso, em reportagem onde o seguinte conceito sobre a ação da oposição é formulado:

Por mais que sigam sofrendo toda a sorte de reveses nas suas investidas para atingir o desiderato das suas ambições políticas, por mais que esbarrem de encontro à vontade popular, de encontro à decisão irredutível de um povo inteiro que lhes é decididamente hostil e inconversível as suas lábias de politiqueros, eles absolutamente não se conformam com o repúdio e a repulsa gerais e seguem fazendo novas tentativas desesperadas até o descalabro final, definitivo e inapelável.<sup>249</sup>

Ao mesmo tempo em que faz fortes críticas à ação da oposição, *A Federação* apresenta a organização do PRR para a eleição, buscando incutir a idéia de ser este partido um exemplo de organização e a representação das aspirações coletivas. O artigo convoca todos os republicanos a seguirem o exemplo de Borges de Medeiros: “Cada um de nós é um chefe na defesa dos princípios e da fé jurada, porque a cada um inspira o mesmo sentimento que se exalta na personalidade egrégia do benemérito Borges de Medeiros.”<sup>250</sup> Com o intuito de avultar a glória do PRR, é ressaltada ainda a ação conjunta dos velhos representantes unidos as novas forças que vem se aliando, conforme trecho a seguir:

E, ao lado e junto a esses velhos elementos restituídos à atividade, chegam diariamente a engrossar as fileiras republicanas às dezenas e as centenas, que vão formando milhares como se vêm pelas estatísticas da qualificação eleitoral, novos cidadãos que vêm se alistar no nosso partido.<sup>251</sup>

Enfim, *A Federação* passa a quantificar os novos alistados (ver anexo 2) que representariam a superioridade numérica do PRR diante das oposições, “As notícias já conhecidas do alistamento de boa parte dos municípios do Rio Grande bastam para pôr em brilhante destaque o formidável crescimento numérico das hostes republicanas[...]”<sup>252</sup>.

---

<sup>249</sup> A Federação – 23 de fevereiro de 1924 – O mesmo de sempre – Capa.

<sup>250</sup> A Federação – 2 de fevereiro de 1924 – Exemplo Republicano – Capa.

<sup>251</sup> A Federação – 15 de fevereiro de 1924 – O entusiasmo republicano empolga o Rio Grande – Capa.

<sup>252</sup> A Federação – 5 de março de 1924 – O depoimento dos números – Capa.

Em 20 de abril de 1924 o jornal *Correio do Povo*, publica na Sessão Livre uma proclamação encaminhada pela Aliança Libertadora de Porto Alegre, nesta proclamação constam os nomes dos candidatos federalistas para as próximas eleições conforme segue:

A comissão executiva da Aliança Libertadora, recomenda a todos os correligionários a adoção dos seguintes candidatos nas próximas eleições de 3 de maio.

Senador

J. F. de Assis Brasil.[...]

Deputados

1º Círculo: Laffayette Cruz [...]

2º Círculo: Arthur Caetano da Silva [...]

3º Círculo: Antonio Batista Pereira [...]<sup>253</sup>

Esta proclamação assinada por Assis Brasil, Honório Lemes, Fernando Abbott entre outros políticos trás uma série de exigências e críticas a situação gaúchas todas referendando o pacto de Pedras Altas que estaria sendo descumprido

Exigimos um pleito livre, com a intervenção do Governo Federal, a fim de que fossem varridas as impurezas dos velhos registros eleitorais, fossem inscritos todos os cidadãos legalmente alistáveis e o processo da votação se praticasse em plena normalidade, sem coação, sem intimidação, sem fraude.

E as condições, para que tudo assim fosse, estão declaradas em contrato escrito e afiançado pela honra dos principais interessados e responsáveis.

No entanto, elas têm sido em grande parte desrespeitadas e tudo induz a temer que continuem a sê-lo.<sup>254</sup>

A proclamação segue apontando que apesar de todos estes problemas acima citados os políticos da Aliança Libertadora estão dispostos a manter a paz e dignidade política e o bem público no Estado e querem travar uma eleição livre para saber realmente quem é superior em número de votos:

A nossa preocupação do bem público, entretanto, pode mais do que a nossa indignação; queremos esgotar até o último penhor da nossa boa vontade patriótica; queremos oferecer ao adversário até a derradeira oportunidade de colaborar no aperfeiçoamento da civilização política do Rio Grande e do Brasil; queremos contribuir para a consolidação da paz, tão desejada pelo nosso

---

<sup>253</sup> Correio do povo – Sessão Livre, Proclamação – 20 de abril de 1924 – Capa.

<sup>254</sup> Id.

generoso povo e tão inseparável da sua felicidade; queremos finalmente, evidenciar aos olhos do Estado e da Nação que, para ficar provada a nossa imensa superioridade na opinião soberana do Rio Grande do Sul, somente precisamos uma coisa, e é que o adversário se encontre e se meça conosco em uma eleição livre ou pelo menos decente.<sup>255</sup>

Sobre o processo de qualificação eleitoral José Fernando Kieling escreve:

Tendo em vista o pleito federal de maio de 1924, o PRR encontrou ainda outra maneira de complicar a campanha eleitoral: embarçar o serviço de alistamento dos eleitores oposicionistas. Isso ocorre através da morosidade no atendimento, negação de atestados de residência, paralisação dos serviços por falta de livros de registros, coação sobre o funcionalismo público, etc.<sup>256</sup>

Essa ação do diário *A Federação*, representa a ação de Borges de Medeiros na busca de minimizar os opositores. São apresentados vários artigos criticando a união das várias correntes oposicionistas, e em seguida, surgem incansáveis reportagens trazendo números, a fim de mostrar que mesmo reunidos em um único partido, a chamada Aliança Liberal, os opositores não podem fazer frente ao PRR.

No sábado dia 3 de maio de 1924, aconteceram as eleições federais. Estas, muito mais do que decidir quem representaria o Rio Grande do Sul na câmara e no senado, tinham, ainda que de modo velado, a função de definir qual segmento da política gaúcha, PRR ou as oposições, conseguiriam votação mais significativa, e assim sendo teriam a maioria política, nesta nova forma de controle eleitoral proposto pelo pacto de Pedras Altas. Passado o pleito, o jornal *A Federação* escreve, em 5 de maio:

Pode-se já, há estas horas, pelos resultados numéricos que nos chegam de toda parte do Estado, avaliar a extensão da estrondosa vitória que alcançamos no pleito de sábado sobre todos os nossos adversários coligados.

[...]

E a vitória republicana é a vitória da ordem da paz e da tranquilidade social do Rio Grande do Sul.

Venceu, ainda uma vez, como vencerá sempre, honrando as suas tradições e honrando a República, o Rio Grande sobre as insensatas pretensões de seus inimigos, para prosseguir serenamente na trajetória brilhante do seu passado de trabalho e de progresso.<sup>257</sup>

---

<sup>255</sup> Id.

<sup>256</sup> KELIING, José Fernando. Política oposicionista no Rio Grande do Sul (1924-1930). Dissertação apresentada ao departamento de História da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1984. p.38.

<sup>257</sup> *A Federação* – 5 de maio de 1924 – O pleito de Sábado – Capa.

Este jornal segue apresentando muitos artigos referendando a vitória republicana nas eleições federais, buscando com isso, manter o prestígio do partido, mas mais que isso, buscando reconquistar o que fora perdido com a pacificação de 1923. Prática constante da imprensa republicana, a crítica aos opositores não fica de fora neste pleito eleitoral, em 7 de maio de 1924 o jornal *A Federação* apresenta a seguinte crítica aos seguidores do assisismo:

No propósito deliberado de promover uma abstenção geral do eleitorado, não hesitaram em perturbar a vida tranqüila das pacatas populações rurais, espalhando, desde a véspera do pleito, os mais aterradores boatos, inventando toda a espécie de perigos e de imaginários conflitos que poriam em risco de vida os eleitores que comparecessem ao ato eleitoral, como ainda descendo a ameaças de toda a sorte e a promessas de vinganças contra os que se obstinassem em votar na chapa republicana.<sup>258</sup>

Já o jornal *Correio do Povo* publica de forma diferenciada o resultado das eleições enquanto *A Federação* busca através da apresentação dos números afirmar o PRR, o *Correio do Povo* apenas apresenta os números conforme estes vão sendo apurados.

Em 26 de maio de 1924, após apresentar os números referentes às votações recebidas pelos candidatos em cada distrito (ver anexo 3), *A Federação* escreve, contrariando os opositores, afirmando que: “Afora pequenas irregularidades funcionais, inevitáveis em todas as eleições, o pleito correu em geral com a máxima regularidade em todo o estado, como ficou constatado no exame minucioso que a junta procedeu em todos os papéis de cada seção eleitoral.”<sup>259</sup>

Isso é referendado também no jornal *Correio do Povo*, do dia cinco de maio, onde com o título: “Eleição Federal de 3 de maio”, este diário escreve “Dos municípios donde há notícias, sabe-se ter o pleito corrido geralmente calmo.” E prossegue: “Velhos e moços de todos os credos políticos, esquecendo bandeiras e programas formaram uma única bandeira: a da libertação do Rio Grande.”<sup>260</sup> Este mesmo jornal apresenta os resultados da eleição do dia 11 de maio (ver anexo 3). Estas afirmações são acompanhadas de uma longa

---

<sup>258</sup> *A Federação* – 7 de maio de 1924 – A significação da vitória republicana – Capa.

<sup>259</sup> *A Federação* – 26 de maio de 1924 – A apuração das eleições de 3 do corrente – Capa.

<sup>260</sup> *Correio do Povo* – 5 de maio de 1924 – Eleição federal de 3 de maio – Capa.



apologia a Assis Brasil, o representante maior da oposição gaúcha, e de elogios vultuosos a Setembrino Carvalho, responsável pela pacificação gaúcha.

Deste pleito eleitoral, foram eleitos os representantes para a senatoria e a deputação federal, o senador eleito foi Vespúcio de Abreu que venceu Assis Brasil, e os representantes da câmara dos deputados foram escolhidos entre candidatos do PRR e das oposições. Conforme consta no parecer nº 58 da câmara federal, que data de 30 de junho de 1924, no primeiro distrito foram eleitos os seguintes deputados: Wenceslau Escobar, Plínio de Castro Casado, Lafayette Cruz, Lindolfo Leopoldo Boechel Collor, Antonio Carlos Penafiel.

O segundo distrito foi o responsável por eleger Getúlio Vargas. Neste distrito, conforme parecer da câmara federal nº 59, de 30 de junho de 1924, os seguintes deputados foram reconhecidos:

Reconhece Deputados pelo 2º distrito eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul os Srs. José Thomaz Nabuco de Gouvêa, Arthur Caetano da Silva, Getúlio Dornelles Vargas, José Antonio Flores da Cunha e João Batista Luzardo, com emenda do Sr. Adolpho Bergamini, reconhecendo o Sr. Sergio Ulrich de Oliveira em lugar do Sr. Arthur Caetano da Silva.<sup>261</sup>

E por fim, no terceiro distrito, conforme parecer da câmara federal nº 60, de 30 de junho de 1924, que lista os nomes a seguir: Arthur Pinto da Rocha, Sr. Joaquim Luiz Osório, Sr. Antonio Batista Pereira, Ildefonso Simões Lopes e José Barbosa Gonçalves.

Recomendado novamente para representar o Rio Grande do Sul na câmara federal, Getúlio Vargas realiza, no ano de 1924, um trabalho de defesa do governo gaúcho diante das instâncias federais. Analisando seus discursos pode-se perceber que este deputado ocupa a tribuna da assembléia em poucos momentos, porém, sempre com o mesmo intuito, defender o governo do Estado do Rio Grande do Sul das acusações feitas pelos deputados oposicionistas.

Em discurso de 29 de julho de 1924, representando o líder da bancada Nabuco Gouvêa, Getúlio Vargas fala da ação militar que desbaratou o movimento contrário ao governo Arthur Bernardes, na cidade de São Paulo. Transcrevemos o trecho do discurso onde é exaltado o trabalho de Borges de Medeiros, em prol desta causa.

---

<sup>261</sup> Anais da Câmara dos Deputados, sessões de 02 a 30 de junho de 1924. Volume III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929. Parecer de reconhecimento de deputados em 30 de junho de 1924. p.534;562;596.

É justo, Sr. Presidente, que, como representante da maioria da representação sul-riograndense, me desvaneça e me orgulhe pelo auxílio eficiente que prestou o Rio Grande do Sul, cumprindo o seu dever, o Rio Grande do Sul, representado pelo seu governo, na pessoa benemérita de Borges de Medeiros. Este, bem compreendendo as suas responsabilidades no momento, não teve nenhuma vacilação.<sup>262</sup>

A defesa dos interesses do Estado sulino prossegue na câmara federal pelas palavras de Getúlio Vargas, que respondendo a discurso de Arthur Caetano deputado opositor, apresenta uma coerente defesa das ações de Borges de Medeiros, no Estado do Rio Grande do Sul. Getúlio Vargas busca negar as acusações referentes ainda a revolta de 1923. Neste discurso, Arthur Bernardes é apresentado como principal responsável pela pacificação do Rio Grande do Sul, ao lado de Borges de Medeiros.

Portanto, quando o Sr. Marechal Setembrino de Carvalho foi ao Rio Grande do Sul e os revolucionários, então reunidos, quiseram tergiversar, prevaleceu ainda a atitude enérgica do Sr. Presidente da República, a sua firmeza, impondo a paz no Rio Grande do Sul. Foi ele o verdadeiro pacificador.<sup>263</sup>

Analisando estes discursos, podemos encontrar referências sobre o modo de trato de Getúlio Vargas com as oposições. Após longa argumentação em defesa da situação gaúcha, o deputado encerra seu discurso com um trecho onde compara as oposições aos integrantes do PRR.

Quaisquer que sejam os princípios e ideais adotados por nós, a identidade dos fatores cósmicos, morais e sociais, atuando sobre os mesmos indivíduos, deve apresentar as mesmas resultantes biológicas. Todos nós, quer situacionistas, quer opositoristas, devemos ter, e temos, o mesmo culto pela liberdade, o mesmo respeito pelas tradições, os mesmos sentimentos de admiração pelos nomes eminentes de entusiasmo pelos prélios cívicos, de interesse pela vida pública.

Talvez haja em nós, um tanto em excesso, o prazer pelo risco das aventuras, mas há também, em abundância o sentimento de lealdade, de generosidade, de franqueza, e esta transbordante alegria de viver que alguém já assinalou e que nos vem provavelmente, da visão panorâmica dos largos horizontes.<sup>264</sup>

---

<sup>262</sup> Anais da Câmara dos Deputados, sessões de 18 a 31 de julho de 1924. Volume V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929. Discurso pronunciado por Getúlio Vargas em 29 de julho. p.320-321.

<sup>263</sup> Anais da Câmara dos Deputados, sessões de 20 a 31 de outubro de 1924. Volume XII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930. Discurso pronunciado por Getúlio Vargas em 29 de outubro. p.464.

<sup>264</sup> Id. p.483.

Essa declaração elogiando elementos não somente situacionistas, mas também os oposicionistas, além de comparar uma facção à outra, vão tornando-se característica da ação política de Getúlio Vargas. Em seus discursos analisados, no decorrer do ano de 1924, aparecem críticas e discordâncias aos setores oposicionistas, porém, aparece também o reconhecimento ao valor e ao trabalho realizado por estes.

Nos meses que encerram o ano de 1924, influenciado pelos movimentos tenentistas parte do Rio Grande do Sul fica novamente conflagrado. Em 30 de outubro de 1924, o jornal *A Federação* escreve sob o título: “Levante militar na fronteira missioneira.”

A inominável sedição de elementos pertencentes às guarnições federais de Uruguaiana, São Borja, Santo Ângelo e São Luiz já vai, como prevíamos sendo dominada, circunscrita às unidades sublevadas ontem e que estão envergonhando as tradições do Exército com o seu injustificável, criminoso gesto de rebeldia e impatriotismo.<sup>265</sup>

Esta sedição permanece até janeiro de 1925, porém não obtém expressão como obteve a revolta de 1923. Referenciando este assunto, Getúlio Vargas discursa na câmara em 24 de novembro de 1924, mostrando-se contrário aos revoltos.

É contra esses revolucionários, contra esses boateiros que precisamos reagir, com toda a energia de nossa alma, confiados nas autoridades legais, prestando-lhe todo o apoio e tendo no íntimo a convicção serena, a certeza de que havemos de vencer, porque queremos vencer, porque a vitória tem de ser nossa, porque o primeiro magistrado da nação e o presidente do Rio Grande do Sul não defendem posições transitórias; defendem o poder constituído, a ordem legal, a causa nacional o sossego e a prosperidade do Brasil.<sup>266</sup>

Percebe-se neste trecho a nova orientação de Getúlio Vargas, uma crítica comedida às oposições, uma defesa dos interesses da federação em contraponto ao regionalismo excessivo, conjugada com a defesa dos velhos interesses do Estado do Rio Grande do Sul. Essas novas proposições políticas de Getúlio Vargas, vão aos poucos

---

<sup>265</sup> A Federação – 30 de outubro de 1924 – Levante militar na fronteira missioneira – Capa.

<sup>266</sup> Anais da Câmara dos Deputados, sessões de 22 a 29 de novembro de 1924. Volume XV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930. Discurso pronunciado por Getúlio Vargas em 29 de outubro. p.76.

tomando conta da sua formação política, os anos que antecedem a eleição deste para presidente do Estado vêm acompanhados de uma lenta e gradual aproximação com as oposições.

### **3.2 – Reforma na constituição: a ação de Borges de Medeiros e Getúlio Vargas**

Após a realização das eleições para deputados e senador no ano de 1925, e a ocupação dos cargos pelos eleitos, iniciaram-se os trabalhos de reformulação da constituição federal de 1891. O deputado Getúlio Vargas foi indicado a participar da comissão que tinha como função reformular a constituição em diversos pontos. Apresentaremos aqui, apenas alguns destes pontos que foram discutidos de forma mais intensa pelo representante gaúcho Getúlio Vargas com o presidente do Estado Borges de Medeiros.

*A Federação* de três de julho de 1925, apresenta com o título “A revisão constitucional”, a visão do PRR e de seus líderes sobre este problema, considerado de difícil solução, este problema delicadíssimo deveria ser tratado e discutido demoradamente, ouvindo a opinião de todos os setores.

Problema nacional, a revisão da Constituição tem que ser encarada superiormente, num golpe de vista elevado e geral, que desdenhe particularidades e abranja o todo, visando, de preferência a quaisquer outras circunstâncias, os legítimos, os verdadeiros, os reais interesses da Pátria, os grandes, os verdadeiros os cardeais princípios do regime.<sup>267</sup>

Em discurso na câmara federal em 25 de outubro de 1925, Getúlio Vargas expressa seu modo de pensar sobre a reforma constitucional a ser promovida: “Sr. Presidente, filiado a um partido político de tradicionais responsabilidades no regime, não me seria lícito permanecer silencioso, quando se planeja e realiza o máximo problema de

---

<sup>267</sup> A Federação – 3 de julho de 1925 – A revisão constitucional – Capa.

rever a constituição da república.”<sup>268</sup> Getúlio Vargas defende ainda a situação política gaúcha das acusações de ser esta anti-revisionista no concernente a constituição.

Muito se tem dito da pretendida oposição sistemática da orientação política sul-rio-grandense a qualquer retoque no Estatuto Federal. Anti-revisionistas por sistema, seria absurdo equivalente a fazer de um código político uma estratificação fóssil enfiada no corpo da Nação paralisando-lhe os movimentos.<sup>269</sup>

Buscando demonstrar que a política gaúcha não se posicionava contrariamente às mudanças constitucionais, Getúlio Vargas apresenta a proposta que o presidente Arthur Bernardes havia veiculado, essa proposta é composta por cinco itens básicos que passamos a transcrever:

1º) proibição das reeleições dos Presidentes e Governadores dos Estados; 2º) adoção do veto parcial; 3º) a criação de tribunais regionais; 4º) a extinção das causas orçamentárias; 5º) a limitação do instituto do *habeas corpus* ao seu conceito clássico, a regulamentação da liberdade de comércio, a igualdade de direitos entre os brasileiros e estrangeiros e a propriedade e exploração das minas.<sup>270</sup>

Em relação a estas teses, Getúlio Vargas demonstra que o Estado gaúcho estaria pronto para aceitá-las, argumentando que a primeira tese já teria sido constituída no próprio Rio Grande do Sul, enquanto as outras “eram evidentemente úteis”. Portanto, isso justificaria a revisão constitucional. Contudo, quando a discussão alcança o ante-projeto apresentado ao plenário, a representação gaúcha esboça críticas principalmente no que concerne à autonomia estadual. Conforme Getúlio Vargas:

O anteprojeto que deveria servir de base de discussão, antes de ser submetido ao plenário ao lado de iniciativas vantajosas e francamente nobilitadoras do regime, trazia outras que não poderíamos deixar de considerá-las reacionárias.

---

<sup>268</sup> Discurso de Getúlio Vargas na Câmara Federal em 25 de outubro de 1925, publicado nos Anais da Assembléia dos Representantes na 35ª sessão em 05 de novembro de 1925. AITA, Carmem; AXT, Gunter (org.). *Getúlio Vargas: Discursos (1913-1929)*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1997. p 364.

<sup>269</sup> Id. p. 365.

<sup>270</sup> Id. p. 366.

O anteprojeto golpeava a autonomia dos Estados, alargando a esfera intervencionista da União.

Além disso, cerceava as atribuições dos Estados, arrancando-lhes a competência para legislar sobre direito processual, instituía, sem contraste, o regime dos privilégios oficiais e suprimia ou restringia direitos individuais.[...] Esta emenda, tendo disposições muito louváveis e acertadas em alguns pontos, em outros reduzia as constituições estaduais a uma reprodução automática da Constituição Federal, aniquilando as particularidades locais e quase suprimindo as vantagens do regime federativo.<sup>271</sup>

As negociações e discussões para a reforma constitucional foram acompanhadas da melhor forma possível por Borges de Medeiros, apesar deste estar em Porto Alegre e as reformas estarem sendo desenvolvidas no Rio de Janeiro. Em artigo de três de julho, já citado, do jornal *A Federação*, é relatado que a grande maioria das emendas propostas, é prontamente aceita pelos partidários e representantes da política rio-grandense enquanto que:

[...] outras teremos o desprazer de discordar, e de impugnar porque inconciliáveis com o sistema constitucional do Rio Grande do Sul, porque restritivas da autonomia dos Estados ou porque restritivas das garantias individuais, pontos esses que são para nós orgânicos e intangíveis, verdadeiros dogmas da nossa doutrina política, e cuja manutenção na lei suprema do país nos cumpre propugnar e defender, sem excesso, sem irritação, com a tolerância e a cordura de quem se bate por princípios e por idéias, mas com a inflexibilidade serena de quem luta nobremente por ideais que não pode, em circunstância alguma renegar ou esquecer.<sup>272</sup>

Estas emendas que não foram aceitas pela situação gaúcha, mais diretamente por Borges de Medeiros, tratavam da autonomia dos Estados e buscavam “apertar” o sistema federativo. Uma série de telegramas publicados juntamente com o discurso do candidato Getúlio Vargas nos dá um panorama da maneira como Borges de Medeiros interferiu, ou ao menos buscou interferir na reforma constitucional.

O artigo 6º da constituição, foi o ponto principal de divergências. Este artigo prevê as possibilidades em que a União pode intervir em algum Estado, conforme consta na constituição de 1891:

---

<sup>271</sup> Id. p. 368.

<sup>272</sup> A Federação – 3 de julho de 1925 – A revisão constitucional – Capa.

Art 6º - O governo federal não poderá intervir em negócios peculiares aos Estados, salvo:

1º Para repelir invasão estrangeira, ou de um Estado em outro;

2º Para manter a forma republicana federativa;

3º Para restabelecer a ordem e a tranqüilidade nos Estados, a requisição dos respectivos governos;

4º Para assegurar a execução das leis e sentenças federais.<sup>273</sup>

Estes pontos do artigo 6º receberam emenda que deram uma nova formatação, passando a ser assim compostos:

Art. 6º -

(...)

2: para assegurar a integridade nacional, manter a forma republicana e o respeito aos princípios constitucionais da União.

3: Para assegurar o livre exercício dos poderes públicos locais, pelos seus legítimos Representantes, quando estes reclamarem o auxílio federal e para debelar a guerra civil, independente de requisição.

4: Para assegurar a execução das leis e sentenças federais e para reorganizar, financeiramente, o Estado que, pela cessação de pagamentos, por mais de dois anos, demonstrar a sua insolvabilidade.<sup>274</sup>

Em uma série de telegramas trocados entre Borges de Medeiros e Getúlio Vargas, que estão publicados juntamente com o discurso de Getúlio Vargas, aparecem as negociações e as propostas de Borges de Medeiros, e estas versam sempre em torno da possibilidade de não ser reduzido o poder estadual. Quanto ao artigo 6º da constituição, Borges de Medeiros escreve o seguinte, em telegrama enviado a Getúlio Vargas:

Assim começarei pelo art. 6º, que os patriarcas republicanos e nós sempre considerávamos intangível por ser a suprema égide da federação e nem mesmo suscetível de regulamentação, conforme o voto sistemático do Congresso e a opinião dos melhores constitucionalistas e estadistas. Tocar no art 6º é o mesmo que tocar no coração da República Brasileira.<sup>275</sup>

---

<sup>273</sup> Constituições Federais de 1967, 1946, 1937, 1934, 1891, 1824. ed. Max Limonand. São Paulo: 1967. p.37-38.

<sup>274</sup> A Federação – 28 de julho de 1925 – A revisão Constitucional – Capa.

<sup>275</sup> AITA; AXT. 1997 op. cit. p. 369.

Apesar da grande relutância apresentada por Borges de Medeiros em modificar o artigo sexto da constituição, ele foi modificado profundamente. A redação final após passar pela câmara dos deputados ficou da seguinte forma:

O Governo Federal não poderá intervir em negócios peculiares aos Estados, salvo:

- I) para repelir invasão estrangeira, ou de um Estado em outro;
- II) para assegurar a integridade nacional e o respeito aos seguintes princípios constitucionais:
  - a) forma republicana;
  - b) o regime representativo;
  - c) o governo presidencial;
  - d) a independência e harmonia dos poderes;
  - e) a temporariedade das funções eletivas e a responsabilidade dos funcionários;
  - f) a autonomia dos municípios;
  - g) a capacidade para ser eleitor ou elegível nos termos da Constituição;
  - h) um regime eleitoral que permita a representação das minorias;
  - i) a inamovibilidade e vitaliciedade dos magistrados e a irredutibilidade dos seus vencimentos;
  - j) os direitos políticos e individuais assegurados pela Constituição;
  - k) a não reeleição dos Presidentes e Governadores;
  - l) a possibilidade de reforma constitucional e a competência do Poder Legislativo para decretá-la
- III) para garantir o livre exercício de qualquer dos poderes públicos estaduais, por solicitação de seus legítimos representantes, e para, independente de solicitação, respeitada a existência dos mesmos, pôr termo à guerra civil;
- IV) para assegurar a execução das leis e sentenças federais e reorganizar as finanças do Estado, cuja incapacidade para a vida autônoma se demonstrar pela cessação de pagamentos de sua dívida fundada, por mais de dois anos.<sup>276</sup>

Analisados os fatos, podemos perceber que esta reforma na constituição federal modificou a situação dos Estados diante do governo federal, diminuindo relativamente o poder destes diante da união, e pode ser considerada uma derrota política de Borges de Medeiros, antes obrigado a reformar a própria constituição estadual pelo pacto de Pedras Altas, agora também obrigado a aceitar a diminuição, ainda que efêmera, dos poderes estaduais diante da União.

---

<sup>276</sup> Constituições Federais. op. cit. p.60-61.



### 3.3 – Getúlio Vargas no ministério da fazenda

Os inícios dos trabalhos na câmara federal no ano de 1926, levam Getúlio Vargas a ocupar o cargo de representante na comissão de finanças desta casa. O período diante da comissão foi muito curto, e serviu como credenciamento para que Getúlio Vargas pudesse ocupar o ministério da fazenda nos meses finais de 1926. Segundo Luciano Aronne Abreu: “Pelo apoio recebido do Partido Republicano Riograndense, o Sr. Washington Luis convidou Getúlio Vargas para compor o seu governo. Coube a Vargas e ao Rio Grande o Ministério da Fazenda, o mais importante de todos.”<sup>277</sup> Gunter Axt corrobora com esta discussão afirmando que:

O protagonismo de Vargas na liderança da bancada gaúcha e nas negociações atinentes à reforma constitucional qualificaram-no para ocupar uma vaga na prestigiosa Comissão de Finanças da Câmara, em maio de 1926. sendo o deputado gaúcho com mais visibilidade no Congresso, Vargas foi convidado, em outubro, pelo recém-eleito presidente Washington Luís para assumir o Ministério da Fazenda.<sup>278</sup>

Ao convidar Getúlio Vargas para ocupar a pasta junto ao ministério da fazenda, o presidente Washington Luís tinha como objetivo principal, aproximar o governo federal do Estado gaúcho, que conforme já exposto havia abalado sua relação durante a reação republicana, segundo consta em publicação que reúne discursos de Getúlio Vargas:

O programa de estabilização financeira anunciado por Washington Luís era bem visto por Borges de Medeiros, que expressara repetidas vezes seu interesse na estabilidade dos preços internos, mas a indicação de Vargas ao cargo ultrapassava, em parte, o alcance do “comprido braço” do Chefe do Governo.<sup>279</sup>

Se Borges de Medeiros mostrava-se favorável à possibilidade de o Estado do Rio Grande do Sul ocupar a pasta da fazenda neste novo governo, não é verdadeiro afirmar que

---

<sup>277</sup> ABREU, 1995. op. cit. p.94.

<sup>278</sup> AXT, Gunter. A emergência da liderança política de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul coronelista e o seu governo no Estado. In: AXT, Gunter (org.). *Da vida para a história: reflexões sobre a era Vargas*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público, 2005. p.49.

<sup>279</sup> AITA; AXT, 1997. op. cit. p.38.

este era favorável também à ocupação deste cargo por Getúlio Vargas. Em telegrama do dia 10 de outubro de 1926, Getúlio Vargas escreve a Borges de Medeiros comunicando ao chefe do Estado e do PRR, o convite recebido para ocupar a pasta da fazenda e o faz nestes termos:

Prevenido vou ser convidado Ministro da Fazenda futuro Governo aleguei minha incompetência por falta estudos especiais do assunto. Foi-me contestado isso era um ato de confiança do Presidente que queria também prestigiar Rio Grande. Contestei julgar finalmente aceitação dependia aprovação chefe meu partido, para quem apelo pedindo dizer-me urgentemente, com toda a franqueza de chefe e de amigo se devo recusar ou aceitar convite. Atenciosas saudações.<sup>280</sup>

No dia seguinte, 11 de outubro de 1926, diante do não recebimento de respostas nem favoráveis nem contrárias, Getúlio Vargas volta a escrever a Borges de Medeiros buscando sanar suas dúvidas.

Convite oficial deverá ser feito amanhã, todos os outros já escolhidos. Urge resposta vossa Excelência meu cifrado de ontem. Atenciosas saudações.<sup>281</sup>

Ainda em 11 de dezembro, Getúlio Vargas escreve a Borges de Medeiros buscando saber se seus telegramas anteriores haviam sido recebidos pelo chefe, pois este não havia lhe comunicado nenhuma resposta. Neste mesmo dia, Getúlio Vargas envia um quarto telegrama a Borges de Medeiros, agora comunicando que o convite oficial já havia sido feito e publicado em jornais, necessitando somente da resposta de Borges de Medeiros para que pudesse assumir a pasta da fazenda. O telegrama é escrito conforme segue:

Como previa, ontem comuniquei, assumiu aspecto convite formal feito senador Washington, intermédio líder dizer-me escolha Pasta Fazenda significa distinção Rio Grande. Notícia convites publicada jornais, havendo todos aceito. Só agora respondi, aguardando resposta vossa Excelência. Estão fervilhando boatos e intrigas. Atenciosas Saudações.<sup>282</sup>

---

<sup>280</sup> Telegrama de Getúlio Vargas a Borges de Medeiros em 10 de outubro de 1926. In: AITA; AXT, 1997. op. cit. p.38.

<sup>281</sup> Telegrama de Getúlio Vargas a Borges de Medeiros em 11 de outubro de 1926. In: AITA; AXT, 1997. op. cit. p.38.

<sup>282</sup> Telegrama de Getúlio Vargas a Borges de Medeiros em 11 de outubro de 1926. In: AITA; AXT, 1997. op. cit. p.38.

Somente no dia 12 de outubro, Borges de Medeiros escreve a Getúlio Vargas, aconselhando-o a desistir de assumir a pasta da fazenda por não ter especialização na matéria em que iria trabalhar, dizendo ainda que para o Rio Grande do Sul seria melhor ocupar o ministério da agricultura. Transcrevemos na íntegra este telegrama:

Penso deveis insistir motivo alegado para recusar Pasta Fazenda. Pois naturalmente vossa nomeação causaria surpresa e desfavorável impressão pela circunstância não seres especialista na matéria. Ao Rio Grande o que mais convém é o Ministério da Agricultura – uma cabeça – para a qual podereis insinuar o Simões Lopes. Sois insubstituível na representação e precisais estar desimpedido para outra possível e mais alta investidura. Atenciosas Saudações.<sup>283</sup>

Alegando ser Getúlio Vargas insubstituível na câmara federal, Borges de Medeiros buscou persuadi-lo a desistir de sua nomeação, alegando inicialmente sua falta de conhecimento na área específica, e em um segundo momento, alegando ter o Estado do Rio Grande do Sul mais interesse na pasta da agricultura que seria ocupada pelo também deputado Simões Lopes. Em outros tempos, um telegrama com esse teor, seria o suficiente para a desistência de Getúlio Vargas, porém, em 13 de outubro de 1926, este volta a escrever para Borges de Medeiros, insistindo em sua nomeação:

Apresentei recusa e transmiti desejos meu chefe quanto Simões Lopes. Ficarei disposição Vossa Excelência qualquer eventualidade, embora como sabe, ocupação cargo Ministro não crie incompatibilidade que não se possa sanar. Não desejo Ministério da Fazenda, julgo tarefa muito pesada para mim. Faço essas ponderações só pelo receio Rio Grande. Dificílimo aproveitamento Simões Lopes, pois já foi convidado Agricultura Deputado Lira Castro, Pará, que é presidente Sociedade Agricultura e segundo vice-presidente da Câmara. Todas as pastas já preenchidas. Fui convidado comparecer amanhã, 11 horas, perante Senador Washington. Dadas essas circunstâncias, consulto Vossa Excelência se devo deixar o Rio Grande sem representação no Ministério. Atenciosas Saudações.<sup>284</sup>

---

<sup>283</sup> Telegrama de Borges de Medeiros a Getúlio Vargas em 12 de outubro de 1926. In: AITA; AXT, 1997. op. cit. p.38.

<sup>284</sup> Telegrama de Getúlio Vargas a Borges de Medeiros em 13 de outubro de 1926. In: AITA; AXT, 1997. op. cit. p.39.

Percebe-se que Getúlio Vargas, alegando não poder o Rio Grande do Sul ficar sem representante no ministério, busca firmar sua nomeação deixando claro que a pasta da agricultura já esta ocupada assim como todas as outras. Só restaria para Borges de Medeiros e para o Rio Grande do Sul, a pasta da fazenda, para a qual ele já havia sido convidado. Em telegrama do mesmo dia 13 de outubro, Borges de Medeiros escreve novamente, agora incentivando Getúlio Vargas a assumir o cargo no ministério

Surpreendeu-me vosso telegrama hoje confirmando meu ontem. Não deveis mais recusar Pasta Fazenda. Seria grave erro deixar Rio Grande sem representação Ministério. Reconsiderarei minha primeira impressão, após madura reflexão. Qualquer que seja sacrifício aceitar cargo, por ser necessário precisamos colaborar diretamente futuro governo.<sup>285</sup>

Essa seqüência de telegramas trocados entre Borges de Medeiros e Getúlio Vargas, mostra claramente a resistência apresentada pelo presidente do PRR em aceitar a indicação de Getúlio Vargas para a pasta ministerial, alegando ser este não especializado para tal cargo, buscando outras alternativas, a fim de não deixar o Estado sem representação. Borges de Medeiros tentou indicar o cargo de ministro da agricultura que seria ocupado então por Simões Lopes, diante dessa impossibilidade e da insistência velada de Getúlio Vargas em telegrama onde com palavras sutis deixa claro que está interessado em representar o Estado. Diante da possibilidade de ver o Rio Grande do Sul sem representação, Borges de Medeiros cede, para isso, deixaria de lado agora a falta de especialização de Getúlio Vargas. Esse jogo político, segundo Borges de Medeiros, seria feito em prol do Estado, a fim de não deixá-lo sem representação no governo. Axt Gunter escreve sobre o assunto:

Borges de Medeiros, contudo, mostrou-se contrariado com a indicação [...] Borges de Medeiros, que conservava a chefia do PRR, de olho na sucessão estadual de 1927, propôs o nome do deputado Simões Lopes para a pasta da Agricultura. A precipitação dos acontecimentos no Rio de Janeiro e a tardia comunicação do convite a Borges de Medeiros obrigaram-no a aceitar a indicação de Getúlio para o Ministério da Fazenda como um fato consumado.<sup>286</sup>

---

<sup>285</sup> Telegrama de Borges de Medeiros a Getúlio Vargas em 13 de outubro de 1926. In: AITA; AXT, 1997. op. cit. p.39.

<sup>286</sup> AXT, 2005. op. cit. p.49.

Infere-se daqui uma série de mudanças que vinham ocorrendo na política estadual, onde Borges de Medeiros deixava de ser o único mantenedor do poder. Em outros momentos um político submisso a Borges de Medeiros, como era o caso de Getúlio Vargas, jamais buscava persuadir o chefe ou tentar fazê-lo mudar de opinião. Com a efetivação do pacto de Pedras Altas e com as posteriores reformas tanto na constituição estadual, quanto na federal, percebemos que gradativamente o Borges de Medeiros vai tendo seu poder enfraquecido. Em contrapartida, outros políticos novatos da geração de 1907 vão assumindo encargos e granjeando poder.

O jornal *A Federação*, órgão máximo de divulgação da política republicana no Rio Grande do Sul, publica no dia 15 de outubro, reproduzindo publicação do jornal *O Paiz* do Rio de Janeiro, o seguinte trecho sobre a indicação de Getúlio Vargas à pasta da fazenda:

Departamento basilar da vida nacional, o Ministério da Fazenda se pelas suas funções regulares exigiu sempre dos dirigentes o prestígio de raros predicados pessoais, agora, mais do que nunca, pela razão de nele repousar todo um programa de governo, pede alguém que o possa dirigir com clarividência e energia excepcionais.

O futuro chefe da nação encontrou as qualidades precisas na personalidade máscula e expressiva do deputado Getúlio Vargas, nome dos mais festejados da moderna geração de parlamentares do Brasil, elemento de indubitável significação política como líder de uma grande bancada na câmara federal interprete das idéias da pujante agremiação partidária de que é chefe no extremo sul o eminente dr. Borges de Medeiros.<sup>287</sup>

É ressaltada neste trecho, a importância do ministério da fazenda para os destinos da nação, e é depositada inteira confiança nas capacidades de Getúlio Vargas em conduzir esse processo. O jornal *A Federação*, de 12 de novembro de 1926, noticia homenagem recebida por Getúlio Vargas da bancada gaúcha.

A bancada republicana do Rio Grande do Sul na Câmara, homenageou ontem o seu ilustre líder, deputado Getúlio Vargas, por motivo da sua escolha para ministro da Fazenda no governo do sr. Washington Luís.<sup>288</sup>

---

<sup>287</sup> A Federação – 15 de outubro de 1926 – Como a imprensa carioca recebeu a escolha do Sr. Getúlio Vargas para a pasta da fazenda – Capa.

<sup>288</sup> A federação – 12 de novembro de 1926 – Uma homenagem ao futuro ministro da fazenda – Capa.

Discursando na homenagem recebida, Getúlio Vargas ressalta a importância do cargo que passaria a ocupar. Aproveitando o momento constrói mais um degrau no seu firme intuito de dirimir os ódios entre a situação e a oposição gaúchas. “No Rio Grande, diz o orador, só as idéias são permanentes, porque os ódios que surgem no ardor das lutas, são sempre passageiros.”<sup>289</sup>

Ocupado o cargo junto ao ministério da fazenda, pelo até o momento, líder da bancada gaúcha Getúlio Vargas, imediatamente iniciam-se os trabalhos. Segundo Pedro César Dutra Fonseca, logo que assumiu o cargo ministerial Getúlio Vargas, adotou medidas buscando moralizar este setor, conforme segue:

As primeiras medidas de Vargas visavam, sobretudo, à moralização administrativa, procurando combater o empreguismo das gestões anteriores, as quais haviam inflado a folha de pagamento do ministério: havia excesso de funcionários, embora não se os encontrassem na repartição, seja por estarem cedidos a outros órgãos ou mesmo por hábito. Esse detalhe de sua efêmera gestão, aparentemente, supérfluo, mereceu enorme realce nos jornais da época, carreando parte da simpatia popular.<sup>290</sup>

Getúlio Vargas ocupou o cargo de ministro da fazenda por pouco mais de um ano. E sua principal ação no campo econômico foi a implantação da reforma monetária<sup>291</sup>. Neste ano, em que Getúlio Vargas ficou à frente do ministério da fazenda, o Brasil conheceu uma importante estabilização financeira, porém coincidentemente quando deixa o cargo para concorrer ao governo do Rio Grande do Sul, o Brasil entra em uma bancarrota financeira com a crise mundial de 1929. Conforme análise de Luciano Aronne Abreu, Getúlio Vargas trabalhou diante do ministério da fazenda exatamente no período em que as coisas aconteceram corretamente. Quando o país enfrentou crises este já havia se afastado do cargo, assumindo assim uma imagem de ter sido indispensável para nação.

---

<sup>289</sup> Id.

<sup>290</sup> FONSECA, 1999. op. cit p.86.

<sup>291</sup> A reforma monetária instituiu o retorno do padrão-ouro e criou um novo fundo de estabilização cambial chamado Caixa de Estabilização, à qual caberia emitir papel-moeda contra reserva de 1% de ouro. Passaram a existir dois meio circulantes no país, um conversível e outro não, e a taxa de câmbio foi fixada acima dos índices de mercado com objetivo de favorecer as exportações e proteger a indústria nacional. In: Vargas, 1997. op. cit. p.39.

É importante pensarmos, ainda, o contexto econômico desses fatos da política brasileira. A plataforma de governo de Washington Luís tinha por principal ponto a estabilização financeira, o que foi conseguido durante algum tempo. Após 1929, contudo, o programa econômico do governo começou a falhar. O Brasil não conseguiu escapar dos efeitos da crise mundial, gerada pela quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, ocorrida naquele ano de 1929. Coincidentemente, o período em que Vargas ocupou o ministério foi exatamente o mesmo em que o plano de estabilização obteve êxito. Com isso, cria-se em torno de Vargas, mais uma vez, a imagem de homem certo no lugar certo, uma vez que ele dá sustentação ao plano, e que após sua saída do governo esse plano começa a falhar.<sup>292</sup>

Tendo sido eleito deputado federal por duas vezes e tendo ocupado o ministério da fazenda, pasta de suma importância para os rumos do país, Getúlio Vargas assumia uma posição de destaque dentro do PRR, além disso, sua constante aproximação com a oposição o credenciava cada vez mais a assumir cargos de maior importância, isso foi confirmado com a indicação deste para o cargo de presidente do Estado do Rio Grande do Sul.

### **3.4 – Mudança de rumos, Getúlio Vargas no poder.**

Com a proibição, pelo pacto de Pedras Altas, de Borges de Medeiros ser reeleito, seu sucessor deveria ser indicado entre os representantes gaúchos que obtivessem simpatia dos opositores. A fim de evitar mais um embate nas urnas, Getúlio Vargas, que já havia se mostrado muito mais tolerante em relação aos opositores, e que vinha desenvolvendo um trabalho de aproximação com estes, foi indicado por Borges de Medeiros para a candidatura ao governo estadual, tendo como vice João Neves da Fontoura, mas não sem contestações. Segundo Pedro César Dutra Fonseca, o nome de Getúlio Vargas só foi indicado por Borges de Medeiros depois de muitas negociações.

A própria candidatura de Getúlio Vargas, vista geralmente como solução natural ao impedimento de Borges de Medeiros para cumprir novo mandato, dada a projeção já ocupada por Vargas dentro do PRR e na política nacional, não foi tão tranquila. Borges nunca se entusiasmara com tal candidatura, e permaneceu por longo tempo indiferente à movimentação dos políticos e do próprio Washington Luís, este visivelmente interessado em que Vargas assumisse o governo do Rio Grande. A candidatura, assim, iria sofrer marchas e

---

<sup>292</sup> ABREU, 1995. op. cit. p.98-99.

contramarchas. Os poucos políticos mais chegados a Borges faziam divulgar que o nome de Vargas seria tido como indicação do governo federal – algo extremamente desgastante para qualquer candidatura no Rio Grande do Sul. Assim, por certo período, pareceu haver disputa entre Borges de Medeiros e Washington Luís – a qual vinha à baila como entre “gaúchos” e governo central.<sup>293</sup>

Alegou-se que Getúlio Vargas seria uma indicação do governo federal, o que tornaria a candidatura imprópria. Em seguida foi citado o fato de que Getúlio Vargas devia continuar a atuar na pasta da fazenda para o governo poder finalizar sua importante reforma financeira. Segundo escreve Luciano Aronne Abreu, referindo-se a entrevista concedida por Dante de Laytano em 07 de setembro de 1994:

[...] o candidato preferido por Borges a sua própria sucessão era Sérgio Ulrich. Entretanto, surgiram boatos, na ocasião, de que este era assíduo freqüentador do Clube dos Caçadores, famoso cabaré de Porto Alegre. Borges, fervoroso defensor do moralismo, da família e da ética positivista, desistiu de indicar o nome de Sérgio Ulrich. Além disso, Ulrich não encontrava maioria dentro do PRR, e havia forte resistência a seu nome por parte dos Libertadores. Vargas, ao contrário, apresentava maiores apoios, além de manter a unidade interna do partido e a hegemonia política do Estado para o Partido Republicano.<sup>294</sup>

Verdade ou não, o fato de ser Sérgio Ulrich preferido por Borges de Medeiros, o importante é que Getúlio Vargas só teve sua indicação aceita porque parte da oposição abriu mão da candidatura própria em prol de seu nome. Com essa indicação, ficaria Getúlio Vargas em uma situação de extrema delicadeza, conforme aponta Pedro César Dutra Fonseca:

Diante da situação que se encaminhava para um desfecho favorável a Borges e ao continuísmo, os políticos opositores descartam a possibilidade de uma candidatura própria em favor do nome de Vargas. Os principais líderes da oposição passaram então a fazer forte campanha de apoio, cuja tônica principal centrava-se na probidade do candidato e no princípio de que os opositores lutavam contra o continuísmo, mas não contra nomes. Este momento exigiu de Vargas grande sensibilidade política. Qualquer aproximação maior com a oposição significava a possibilidade de um veto dentro de seu próprio partido, ao mesmo tempo que grande parte das adesões republicanas a seu nome se dava

---

<sup>293</sup> FONSECA, 1999. op. cit. p. 93.

<sup>294</sup> ABREU, 1995. op. cit. p. 101.



justamente por ser apresentado como conciliador. Assim, cada ato e cada palavra deveriam ser medidos.<sup>295</sup>

O nome de Getúlio Vargas foi aceito por parte da oposição, porém seria errôneo afirmar que a totalidade dos políticos gaúchos compactuaram ou ao menos consentiram com a candidatura de Getúlio Vargas. Luciano Aronne Abreu escreve que um grupo de libertadores liderados por Fanfa Ribas era contrário à candidatura de qualquer republicano:

Getúlio, era no entanto, o nome que se apresentava mais próximo de preencher as necessidades e as exigências do momento. O jornalista Fanfa Ribas do Correio do Sul por exemplo, pode ser apontado como o representante de uma facção libertadora que manteve sua oposição ao candidato Republicano.<sup>296</sup>

Após longas negociações, o nome de Getúlio Vargas foi aceito como futuro candidato à presidência do Estado. Juntamente com ele, comporia a chapa João Neves da Fontoura, a indicação deste veio da “habilidade política de Vargas [que] manifestar-se-ia mais uma vez em aceitar e incentivar a candidatura de João Neves da Fontoura para a vice-presidência em sua chapa, afastando as pretensões de Paim Filho. Sendo João Neves bem visto por Borges de Medeiros e não possuindo veto da oposição”<sup>297</sup>. A comunicação oficial de Borges de Medeiros a Getúlio Vargas, foi feita através de telegrama datado de 12 de julho de 1927, escrito nos termos que seguem:

Confidencial Ministro Getúlio Vargas – Depois de refletir maduramente aceitei propor convenção partidária que provavelmente se reunirá aqui até 25 de setembro. Vosso nome e o do João Neves para candidatos Presidência e Vice-Presidência Estado na próxima eleição de 25 de novembro. É única fórmula binária que vai corresponder inteiramente expectativa pública e receber consagração unânime e entusiástica nosso partido, além satisfazer todas as exigências ordem administrativa e política. Se por um lado é lamentável afastar-vos desse posto, que exerceis com proveito e realce, por outro não serão menores serviços ireis prestar nossa terra e indiretamente a União. Esperando confiante vossa anuência, ficais autorizado comunicar já esta iniciativa ao nosso eminente amigo, Doutor Washington Luís, não só para que com o tempo resolva sobre vossa substituição, mas também para que se manifeste a respeito no seu caráter de líder da política nacional.<sup>298</sup>

---

<sup>295</sup> FONSECA, 1999. op. cit. p. 93.

<sup>296</sup> ABREU, 1995. op. cit. p. 104.

<sup>297</sup> FONSECA, 1999. op. cit. p. 95.

<sup>298</sup> Telegrama de Borges de Medeiros a Getúlio Vargas em 12 de julho de 1927. In: VARGAS. 1997. op. cit. p.40.

Getúlio Vargas responde ao telegrama de Borges de Medeiros, dizendo que não tinha interesses pessoais em exercer tal cargo, entretanto, sendo este um serviço indispensável ao bom andamento do Estado aceitaria o cargo. Segue a transcrição do telegrama de Getúlio Vargas, escrito em 15 de julho de 1927:

Nunca aspirei nem desejo a presidência do Rio Grande, pois compreendo a dificuldade de suceder ao governo V. Exa. que como político tem feito um apostolado de civismo como administrador tem presidido ao maravilhoso progresso do nosso Estado. Nos termos em que meu prezado chefe colocou a questão não me é lícito recusar serviços de mim solicitados. Vou dar conhecimento ao Presidente da República do telegrama de V. Exa., e então transmitirei suas impressões pedindo aguardar estas para depois consultar a representação. Queira V. Exa. Aceitar meus protestos de alta consideração e inalterável apreço.<sup>299</sup>

Os nomes de Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura foram então apresentados diante da convenção do PRR, para serem aprovados ou não pela maioria dos votos. *A Federação* noticia a convenção nos seguintes termos:

Concomitantemente à indicação porém, convocou o chefe republicano esta Convenção para que o partido, em soleníssima assembléia plenária, pela voz de delegados especiais, homologasse e autenticasse a escolha, revestindo-a, além das formalidades comuns, do prestígio e da significação de um voto, em essência, plebiscitário.<sup>300</sup>

A convenção proclamou oficialmente então os nomes dos candidatos republicanos que deveriam concorrer ao cargo de presidente e vice-presidente do Estado nas eleições que se aproximavam. O jornal *A Federação*, publica a aceitação da convenção:

---

<sup>299</sup> Telegrama de Getúlio Vargas a Borges de Medeiros em 15 de julho de 1927. In: *A Federação* – 9 de outubro de 1927 – Correspondência expedida e recebida pelo dr. Borges de Medeiros a propósito da escolha dos candidatos a presidência e vice-presidência do Estado, lida na convenção pelo delegado Othelo Rosa. – p.3.

<sup>300</sup> *A Federação* – 9 de outubro de 1927 – Ao Rio Grande do Sul – Capa.

Ato formal e expressivo de solidariedade partidária, pratica neste momento a convenção republicana, traduzindo nestas palavras com igual fidelidade e exatidão idêntica, a vontade do chefe e a vontade do partido simultâneas e concordantes; e assim homologa e proclama, com irrefragável autoridade e com excepcional solenidade, as candidaturas dos nossos eminentes correligionários drs. Getúlio Dornelles Vargas e João Neves da Fontoura, à presidência e vice-presidência do Estão no próximo quinquênio.<sup>301</sup>

O jornal *Correio do Povo* fala da convenção para escolha dos candidatos a presidência e vice-presidência, do PRR, este artigo traz também comentários sobre as correspondências trocadas entre Getúlio Vargas e Borges de Medeiros, a fim de serem definidos os candidatos da sucessão presidencial, citamos o seguinte trecho sobre a candidatura de Getúlio Vargas:

[...] As próprias circunstâncias fatos mínimos, talvez, estão prenunciando um espírito novo na mentalidade política do Rio Grande, seja através das palavras do sr. Borges de Medeiros com referências ao sr. Assis Brasil seja através das gentilezas do sr. Assis Brasil para com o sr. Getúlio Vargas. Consolidar, de modo eficaz esse conagraçamento, que de nenhum modo representa transigência e simplesmente respeito – equivale justamente a assegurar ao Rio Grande as primícias necessárias de um período de serenidade política, varridas às paixões exacerbadas, em benefício de uma rítmica alternância das forças sociais que tendem, ambas, para um objetivo comum de bem servir a coletividade rio-grandense. Encabeçada pelo ser. Getúlio Vargas a chapa do Partido Republicano corresponde por certo, a essa aspiração.<sup>302</sup>

O jornal transcreve artigo do jornal *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, onde são comentados os telegramas trocados entre Borges de Medeiros e Getúlio Vargas, neste artigo mostra-se Getúlio Vargas, como um político inocente e dependente de Borges de Medeiros, entretanto ao mesmo tempo é depositada a confiança no fato de que Getúlio Vargas vai cessar a violência no Estado.

O sr. Getulio, como uma criança que dá conta, ao papai do seu comportamento junto ao professor, diz num dos telegramas, referindo-se aos sr. Washington Luis, que ele lhe dissera que estava muito satisfeito comigo. Essa simplicidade, vazada num documento oficial, pelo ministro que ri por tudo, quando aplaude ou contradiz quando dá ou quando nega dá-nos, pelos menos a esperança de que

---

<sup>301</sup> Id.

<sup>302</sup> *Correio do Povo* – 9 de outubro de 1927 – As candidaturas presidenciais – p. 3.

o regime de ódios, vinganças, perseguições e violências vai cessar na terra gaúcha.<sup>303</sup>

O jornal *Correio do Povo* traz uma reportagem sobre a visita de Assis Brasil a Getúlio Vargas no gabinete do ministério da fazenda “O sr. Assis Brasil, desde que, pela primeira vez, falou com o ministro da fazenda, não ocultou a agradável impressão que lhe havia deixado.”<sup>304</sup> Neste e noutros encontros seriam tratados de assuntos referentes principalmente a paz no Estado conforme segue:

[...] está claro que o sr. Getulio Vargas não poderia assumir compromissos, nem mesmo fazer promessas ao chefe opositorista, mas ambos concordaram que se deviam exigir os esforços de todos os rio-grandenses para a consolidação da paz e para a inauguração de uma era de confiança recíproca e respeito mútuo ao direito, afim de que o Rio Grande do Sul retomasse as atividades do trabalho produtivo, o que só se pode dar em um regime de paz perfeita e segura confiança.<sup>305</sup>

Confirmados os candidatos, a eleição correu naturalmente, sendo eleitos Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura sem sofrer nenhuma contestação. Para Pedro César Dutra Fonseca, este processo eleitoral representou um novo período de conciliação estadual, conforme segue:

O desfecho do processo foi favorável a Vargas. Unido o PRR em torno de seu nome, com apoio do governo federal e da oposição estadual, inaugurava-se uma nova correlação de forças políticas no Rio Grande do Sul. Os maragatos em seus discursos iam construindo nova ideologia – a da conciliação e da união estadual – tendo Assis Brasil chegado a afirmar que o mandato presidencial que ora se iniciava deveria ser entendido como conquista da Revolução de 1923.<sup>306</sup>

Podemos perceber aqui uma mudança na estrutura de poder dentro do PRR. Os grupos representantes dos republicanos históricos vinham perdendo espaço há tempos para os denominados, “representantes da geração de 1907”. O ano de 1928 marcou a ascensão desta geração de 1907, representados por Getúlio Vargas e João Neves da

---

<sup>303</sup> *Correio do Povo* – 13 de outubro de 1927 – A sucessão Presidencial Rio-grandense – Capa.

<sup>304</sup> *Correio do Povo* – 16 de outubro de 1927 – Uma nova fase na política rio-grandense – Capa.

<sup>305</sup> Id.

<sup>306</sup> FONSECA, 1999. op. cit. p. 96.

Fontoura. Apesar de buscar tutelar os recém eleitos, Borges de Medeiros claramente perdia espaço na política gaúcha. Getúlio Vargas indicou seu secretariado de acordo com suas intenções, deixando de acatar as indicações do chefe do PRR.

O secretariado do Dr. Getúlio Vargas ficou assim constituído:

Secretaria do Interior – Oswaldo Aranha

Secretaria da Fazenda – Firmino Paim Filho

Secretaria de Obras Públicas – João Fernandes Moreira

Chefe de Polícia da Capital – Florêncio de Abreu.

As duas principais secretarias do governo Vargas, ou seja, a da Fazenda e a do Interior, foram ocupadas por políticos oriundos da geração de 1907. Isso vem a demonstrar, a nosso ver, uma mudança de orientação na condução político-administrativa do governo.<sup>307</sup>

Constituindo um secretariado de acordo com suas necessidades e suas vontades, o governo de Getúlio Vargas foi marcado no campo político pela grande diminuição nas perseguições aos opositores e por medidas que visavam garantir a representatividade destes na política gaúcha. Chegando a ponto de em contendas eleitorais, onde havia dúvida, o governo estadual dar ganho de causa a oposição. Luciano Aronne Abreu escreve sobre este assunto:

A principal preocupação de Vargas, expressada antes de sua eleição ao governo gaúcho, foi estimular no Estado relações políticas de conciliação, pondo fim às tradicionais divergências entre Republicanos e Libertadores.<sup>308</sup>

Reduzidas as perseguições no campo político, o governo de Getúlio Vargas buscou promover uma revitalização na economia gaúcha. Em um primeiro momento, atendeu antigas reivindicações dos produtores rurais que representavam a base do federalismo. Atitudes como a criação do Banco de Crédito Rural que seria chamado de Banco do Estado do Rio Grande do Sul, (BANRISUL), no ano de 1928, que é um banco de grande expressão até os dias atuais, é um exemplo disso. Além da criação do banco, outras medidas marcaram este período de governo, conforme aponta Luciano Aronne Abreu:

---

<sup>307</sup> ABREU, 1995. op. cit. p.119.

<sup>308</sup> Id. p.113.

No que tange à questão econômica, o governo Vargas adotou, também, medidas de grande vulto e repercussão. Podemos citar, como principais atos, os seguintes: criação do BANRISUL, incentivo a formação de sindicatos, combate ao contrabando de gado, renovação do contrato de arrendamento da viação férrea do Estado.<sup>309</sup>

Getúlio Vargas conseguiu também junto ao governo federal, condições financeiras que possibilitaram grandes melhoramentos no porto de Rio Grande, e que viabilizaram a construção do porto de Torres.

Essas transformações ocorridas com a ascensão de Getúlio Vargas ao governo do Estado marcaram uma mudança de rumos na política rio-grandense, onde os opositores passaram a ter seus pedidos atendidos de maneira mais igual em relação aos representantes do PRR. Isso possibilitou uma aproximação política, mesmo assim não incluindo a totalidade dos representantes gaúchos, que vai se refletir na política nacional com a chamada revolução de 1930, coordenada pelos políticos gaúchos reunidos agora sob o comando de Getúlio Vargas.

Considera-se então que a ascensão de Getúlio Vargas ao cargo de presidente do Estado do Rio Grande do Sul, marcou a concretização do processo político iniciado com o pacto de Pedras Altas em 1923, onde os poderes de Borges de Medeiros foram sendo gradativamente reduzidos, sendo a saída deste político da chefia do Estado a marca de uma mudança de rumos na política gaúcha. Getúlio Vargas tomou seu lugar devido a seu posicionamento político mais tolerante e mais conciliador, posição adotada por grande parte das novas gerações de republicanos. A oposição cada vez mais organizada e mais forte, aceitaria eleger um candidato que fosse mais ameno em relação a esse embate, republicanos x federalistas.

Getúlio Vargas, juntamente com seus representantes, promoveu um governo de conciliação, buscando atender às necessidades oposicionistas, o que acabou por concretizar em 1929, a candidatura deste para a cadeira presidencial da nação, saindo de seu Estado natal com quase a totalidade dos apoios políticos.

---

<sup>309</sup> Id. p.125.

## CONCLUSÃO

Desde 1898, o Estado do Rio Grande do Sul, vinha sendo governado quase que ininterruptamente por Borges de Medeiros. Este projetava-se como liderança superior na condução administrativa do Estado exercendo o cargo de presidente, e ao mesmo tempo exercia o cargo de predominância na política gaúcha sendo presidente do PRR. Estes cargos lhe forneciam poder suficiente para tomar decisões em âmbito estadual interferindo inclusive em muitos casos nas administrações municipais, com indicação e retirada de nomes para ocupar cargos.

Borges de Medeiros agia indiscriminadamente, sempre conseguindo impor suas decisões, o sistema coronelista, a constituição, e o uso feito da teoria positivista bem como a apropriação da imagem de Júlio de Castilhos, possibilitaram a imposição do poder de Borges de Medeiros por tanto tempo. Outro motivo de crucial importância que possibilitou a manutenção do poder foi à falta de organização das oposições, que além de estarem em menor número agiam divididas em várias facções.

Com a eclosão da revolta militar de 1923, coordenada pelas forças opositoras e direcionada contra a ação política de Borges de Medeiros, iniciaram as primeiras contestações de fato contra a manutenção do poder deste. As barreiras para a manutenção do poder de Borges de Medeiros, foram impostas e oficializadas no processo de pacificação da revolta de 1923. Neste pacto pacificatório ficaram resolvidas as novas linhas de conduta da política gaúcha. Com a proibição da reeleição do presidente do Estado, Borges de Medeiros passou a perder relativamente sua força e espaço político. Além das proibições que levaram a modificações na constituição estadual no ano de 1925, a constituição federal passou por reformas, onde o poder dos Estados foi reduzido, e em contrapartida, o poder da união foi relativamente acrescido.

Este conjunto de situações surgiram conjugadas com a unificação das oposições logo após a revolta de 1923, o chamado congresso de São Gabriel reuniu em torno da liderança de Assis Brasil os principais blocos oposicionistas, agora reunidas após quase três décadas as oposições poderiam fazer frente ao PRR nos processos eleitorais.

No ano de 1925, foi encaminhado para a câmara dos deputados o projeto que previa a reforma da constituição federal de 1891, esta reforma constitucional atingiu alguns artigos que até o momento eram a representação do sistema federativo, ou seja, que garantiam aos Estados uma certa independência em relação à União. Borges de Medeiros se posicionou contrariamente a essas modificações, porém, apesar de ter algumas de suas emendas acatadas as mudanças aprovadas fortaleceram a União, enquanto os Estados perderam significativa parte da autonomia gozada até o momento.

Enquanto a força política de Borges de Medeiros era gradativamente cerceada, Getúlio Vargas, num processo lento, ia assumindo cada vez mais encargos que o faziam se destacar na cena política do Estado e de modo ainda efêmero da nação. Sua eleição para deputado no ano de 1922, foi o reconhecimento de sua ação enquanto deputado estadual. Eleito novamente deputado federal em 1924, no ano de 1925, participou da comissão de reforma da constituição de 1891, bem como da Comissão de Finanças, além de ocupar o cargo de chefe da representação gaúcha na câmara federal. Sua ação profícua nestes cargos ocupados, juntamente com a intenção de Washington Luís de reaproximar o Estado gaúcho do governo federal, levaram Getúlio Vargas a ocupar o cargo de ministro da fazenda.

Diante da impossibilidade de reeleição de Borges de Medeiros, da maior fiscalização no processo eletivo, e da unificação e fortificação das oposições tornava-se necessário ao PRR para não perder o poder a indicação de um nome que, além de ser uníssono no próprio partido, não desagradasse às oposições.

Os chamados republicanos históricos tinham fortes laços de identificação com Borges de Medeiros, o que impossibilitava-os de receber a confiança dos representantes oposicionistas. Já os novatos representantes da geração de 1907, em sua grande maioria não tinham ainda a experiência suficiente para ocupar cargo de tamanha importância. A não ser Getúlio Vargas, que já havia ocupado cargos na assembleia legislativa gaúcha e câmara federal, sendo inclusive líder da bancada gaúcha, e que ocupava atualmente o cargo diante do ministério da fazenda.

Este político mostrava-se credenciado para tanto pois, após sua ida para o Rio de Janeiro, demonstrou sempre um posicionamento de político conciliador. Segundo Pedro



César Dutra Fonseca, Getúlio Vargas modificou seu discurso durante o período em que agiu diante da câmara federal e ministério da fazenda:

Em linhas gerais, pode-se considerar que o discurso de Vargas, nos últimos anos da década de 20, modificou-se, de um lado, por ter abandonado “temas regionais”, ou “estaduais”, em favor dos “nacionais”; de outro, por ter abdicado paulatinamente do que se poderia chamar de exagerado conservadorismo, em favor de certa moderação, de traços mais “liberais”, acompanhando – embora com relativa defasagem – o processo político brasileiro desse período, que se caracterizou por grande instabilidade, decorrente, principalmente, dos movimentos urbanos e tenentistas.<sup>310</sup>

Acompanhando esse amadurecimento político Getúlio Vargas, manteve sempre uma visão e um comportamento mais conciliador diante da oposição, seus discursos sempre contrariavam idéias porém reconheciam o valor de quem estava combatendo na oposição.

Borges de Medeiros permaneceu diante da ação política do Estado exercendo a chefia do PPR, porém apesar de tentar influenciar no governo de Getúlio Vargas suas decisões não foram acatadas, sendo que o secretariado do novo governo foi ocupado por representantes da geração de 1907.

Analisando a performance destes dois atores políticos, Borges de Medeiros e Getúlio Vargas diante de algumas situações peculiares, pode-se perceber que a partir de 1923, houve uma lenta mudança de rumos nas relações de poder culminando em 1928, com a ascensão de Getúlio Vargas ao posto máximo da administração gaúcha. O poder incontestado de Borges de Medeiros exercido por quase três décadas foi aos poucos sendo dissipado, em contraponto surgiam gradativamente os políticos relacionados a nova geração que adotava um discurso diferenciado, o qual segundo Luciano Aronne Abreu se pautava em três diferenças básicas: menor perseguição a oposição, maior preocupação com a política nacional, e no campo econômico estes apoiavam um estado interventor.<sup>311</sup>

Este posicionamento mais sutil diante das relações políticas, conjugadas com ações econômicas que melhoram a situação dos criadores representantes da classe política oposicionista, possibilitou ao Estado do Rio Grande do Sul uma junção improvável até uma década atrás, para concorrer ao governo federal em 1929. Contudo, vale ressaltar que

---

<sup>310</sup> FONSECA. op. cit. p. 85.

<sup>311</sup> ABREU, 1995. op. cit. P.176.

a candidatura de Getúlio Vargas para o governo federal não foi unânime no Rio Grande do Sul.

As relações políticas mantidas entre Borges de Medeiros e Getúlio Vargas, nunca se apresentaram em total concordância, em momentos de crise como durante a revolta de 1923, Borges de Medeiros ofereceu seu apoio para eleger Getúlio Vargas ao cargo de deputado federal, a fim de mandar para a representação federal um político que já havia adquirido fama de conciliador, porém em outros momentos como na escolha de Getúlio Vargas para o cargo de ministro da fazenda, Borges de Medeiros se posicionou contrariamente, de uma certa forma essa contrariedade pode ser entendida como uma maneira ainda que sutil de tutelar e reduzir a possibilidade de formação de um político representativo que poderia tomar seu lugar.

Quando da necessidade de indicação de um representante para a eleição de presidente do Estado em 1927, Borges de Medeiros novamente não concordou prontamente com a indicação de Getúlio Vargas, a possibilidade imediata de substituição seria de um representante dos republicanos históricos, que seguiriam atentamente a cartilha proposta por Borges de Medeiros. Entretanto, diante da contrariedade das oposições a eleição de um representante totalmente fiel a Borges de Medeiros e diante da possibilidade de apoio dos opositores à indicação de Getúlio Vargas, Borges de Medeiros cedeu e aceitou que Getúlio Vargas ocupasse seu lugar, ainda que somente na esfera administrativa, pois Borges de Medeiros continuou sendo o presidente do PRR.

As relações mantidas entre Borges de Medeiros e Getúlio Vargas nunca foram amistosas, apesar de os dois agirem politicamente no mesmo partido, as divergências eram realmente gritantes. Tanto na questão comportamental em relação ao tratamento dispensado aos opositores, onde Borges de Medeiros sempre levou seus adversários a ferro e fogo e Getúlio Vargas por sua vez buscou sobremaneira uma ação conciliadora. Chegando a questões administrativas tendo Borges de Medeiros um posicionamento baseado nas teorias positivistas, enquanto Getúlio Vargas seguia um posicionamento mais liberal.

Apesar destas divergências, estes políticos em certos momentos acabavam se aproximando devido a necessidades, Borges de Medeiros utilizou a força de Getúlio Vargas em alguns momentos para conciliar, enquanto Getúlio Vargas aceitou se submeter a tutela de Borges de Medeiros, pois estava ciente de que longe do líder republicano não teria condições de desenvolver sua carreira política.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Luciano Aronne de. *Getúlio Vargas: A construção de um mito (1928-1930)*. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1995.

AITA, Carmen (org.). *Joaquim Francisco de Assis Brasil: Perfil biográfico e discursos (1857-1938)*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2006.

AITA, Carmem; AXT, Gunter (org.). *Getúlio Vargas: Discursos (1913-1929)*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1997.

ALMEIDA, João Pio. *Borges de Medeiros: subsídios para o estudo de sua vida e de sua obra*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1928.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: As oposições & A Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

AXT, Gunter. *A emergência da liderança política de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul coronelista e o seu governo no Estado*. In: AXT, Gunter (org.). *Da vida para a história: reflexões sobre a era Vargas*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público, 2005.

BARCELOS, Vanessa Maria Dutra de. *O governo Borges de Medeiros e a indústria da madeira na Região Nordeste do Estado (1898-1928)*. Dissertação de Mestrado defendida em 1988 junto ao programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra Maria Lubisco Brancato. Porto Alegre, 1988.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História, ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José H; GONZAGA, Sergius. *RS: Cultura & Ideologia*. 2<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996.

Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul. In: VIANNA, Paulo Domingues. *Constituição Federal e Constituições dos Estados*. Rio de Janeiro. F. Briguiet & cia. Editores. 1911.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS-1930. Coord: Alzira Alves de Abreu Et.al. Ed. rev. e atual.. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

DIEHL, Astor Antônio. *Do método histórico*. 2ed Passo Fundo: ediupf, 2001.

DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico. Getúlio Vargas, promotor público. In: AXT, Gunter (org.). *Da vida para a história Reflexões sobre a Era Vargas*. Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2005.

FALCON, Francisco. História e poder. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2.ed. rev. ampl. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FELIX, Loiva Otero. A frabricação do carisma: a construção mítico-heróica na memória republicana gaúcha. In: FELIX, Loiva Otero; ELMIR, Claudio P. *Mitos e Heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: A problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: O Retorno da História Política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n . 10, p. 265-271. 1992.

FONSECA, Pedro César Dutra. *Vargas, o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FONSECA, Pedro César Dutra, *RS: economia & conflitos políticos na república velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FONTOURA, João Neves da, *Memórias: Borges de Medeiros e seu tempo*. Editora Globo: Porto Alegre. 1969. (1ª Edição 1958)

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 3.ed. trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1982. Versão em PDF. Disponível em <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/microfisica.pdf> Consulta dia 19/06/2006

FRANCO, Sergio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Editora Globo, 1967.

FRANCO, Sergio da Costa. *A pacificação de 1923: As negociações de Bagé*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS; Est Edições, 1996

FREITAS, Osorio Tuyuty de Oliveira. *A Invasão de S. Borja*. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1935.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada "Geração de 1907"*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Versão em PDF). Porto Alegre, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JULLIARD, Jacques. *A Política*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novas Abordagens*. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976.

KELIING, José Fernando. *Política oposicionista no Rio Grande do Sul (1924-1930)*. Dissertação apresentada ao departamento de História da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1984.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 4ª ed. São Paulo> Martins Fontes, 1998.

LEVILLAIN, Phillipe. *Os Protagonistas: da Biografia*. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LORIGA, Sabina. *A biografia como problema*. In: REVEL, Jacques. (org.) *Jogos de Escalas: A experiência da Microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV. 1998.

LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho*. Editora Perspectiva: São Paulo, 1975.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Org. e notas Celina Vargas do Amaral Peixoto. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Corag, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Borges de Medeiros*. 2 ed. Porto Alegre: IEL.1996.

PINTO, Celi Regina. *Positivismo Um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1986

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REVEL, Jaques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. *Estudos Históricos – Individuo, Biografia, História*. Rio de Janeiro, nº19. 1997. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq240.pdf>. Consulta dia 02/11/2005.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A Democracia Interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

TRINDADE, Hélió. Aspectos políticos do sistema partidário republicano Rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José H; GONZAGA, Sergius. *RS: economia e política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. 179-190.

VELÉZ, RODRÍGUES, Ricardo. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editoria, 2000.

WEBER, Max. *Economia y Sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. 10ª Reimpresión. Fondo de Cultura Económica. México. 1996.

## FONTES DE CONSULTA

Discursos de Getúlio Vargas encontrados em: AITA, Carmem; AXT, Gunter (org.). *Getúlio Vargas: Discursos (1913-1929)*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1997.

Discursos de Getúlio Vargas encontrados nos Anais da Câmara Federal. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/publicacoes>. Link publicações oficiais da Câmara dos Deputados.

Jornal A Federação, acervo encontrado no Arquivo Hipólito José da Costa, entre os anos de 1922 e 1928.

Jornal Correio do Povo, acervo encontrado no Arquivo Hipólito José da Costa, entre os anos de 1922 a 1928.

Mensagens presidências de Borges de Medeiros, encontradas no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Telegramas trocados entre Getúlio Vargas e Borges de Medeiros encontrados em: AITA, Carmem; AXT, Gunter (org.). *Getúlio Vargas: Discursos (1913-1929)*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1997..

Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul. In: VIANNA, Paulo Domingues. *Constituição Federal e Constituições dos Estados*. Rio de Janeiro. F. Briguet & cia. Editores. 1911. p. 707-736.

## **ANEXOS**



## ANEXO 1

Texto integral da Ata de Pacificação de 14 de dezembro de 1923, encontrada em: Anais da Câmara dos Deputados, sessões de 24 a 29 de dezembro de 1923. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928. Discurso Proferido por Antunes Maciel, em 28 de dezembro de 1923. p.563-567.

“Aos quatorze dias do mês de dezembro de mil novecentos e vinte e três, em Pedras, no município de Pinheiro Machado, Estado do Rio Grande do Sul, na casa de residência, da granja “Pedras Altas”, reunidos o general de divisão Fernando Setembrino de Carvalho, Ministro da Guerra, como delegado especial do Sr. Presidente da República, e o Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil, como representante dos chefes revolucionários em armas e comigo, tenente-coronel Lafayette Cruz servindo de secretário, presentes os Drs. Baptista Luzardo, Armando de Alencar e Cypriano Lage, majores Euclides de Oliveira Figueiredo, José Pedro Gomes, Sebastião Rego Barros, capitães Cassildo Krebs, Carlos Silveira Eiras e Augusto Cardoso Rabello, primeiros tenentes Agenor Silva Mello e Carlos Sanzio, e telegrafista José Afonso Soares, foram por mim lidas as cláusulas do acordo resultado do entendimento e ajuste prévios entre o general Setembrino, de um lado, e de outro entre o mesmo general e o Dr. Assis Brasil, acordo este que celebrado nesta, põe em termo à luta armada.

Os revolucionários sustentam contra o governo do Estado cláusulas que são as seguintes:

1º a reforma do art. 9º da Constituição, proibindo a reeleição do presidente para o período presidencial imediato. Idêntica disposição quanto aos intendentes.

2º adaptação às eleições estaduais e municipais da legislação eleitoral federal.

3º consignar o projeto de reforma judiciária uma disposição que conceda à justiça ordinária a atribuição de julgar os recursos referentes às eleições municipais.

4º as nomeações de intendentes provisórios serão sempre limitadas aos casos de completa acefalia administrativa, quando em virtude de renúncia, morte, perda de cargo ou incapacidade física, ou por falta de eleição, não existir intendentes, vice-intendentes e conselhos municipais.

5º os intendentes provisórios procederão às eleições municipais no prazo improrrogável de sessenta dias, a contar da data das respectivas nomeações.

6º o vice-presidente será eleito ao mesmo tempo e da mesma forma que o presidente. Se, por qualquer causa, o vice-presidente suceder ao presidente, antes de decorridos três anos do período presidências, proceder-se-á à eleição dentro de sessenta dias. Idêntica disposição quanto aos vice-intendentes.

7º as minorias terão garantida a eleição de um representante federal em cada distrito, mesmo na hipótese de uma divisão eleitoral em número maior de distritos.

8º para as eleições estaduais o Estado será dividido em seis distritos, ficando garantida a eleição de um representante em cada distrito.

9º a representação federal do Estado promoverá a imediata aprovação do projeto de anistia em favor das pessoas envolvidas nos movimentos políticos do Rio Grande do Sul e o Governo Federal dará todo o seu apoio a essa medida. Enquanto não for ela decretada, o Governo do Estado, na esfera de sua competência, assegurará às mesmas pessoas a plenitude das garantias individuais e não promoverá nem mandará promover processo algum relacionado com os referidos movimentos, que serão também excluídos de qualquer ação policial.

10º O Governo Federal e o Governo do Estado, em ação harmônica, empregarão os meios necessários para a eficácia das citadas garantias a que se refere a cláusula décima que serão asseguradas pela forma por que abaixo se declara:

Primeiro – O Governo Federal terá, em caráter amistoso, como fiscal da regularidade do alistamento e do processo eleitoral, um representante, a quem caberá:

- a) dar assistência aos interessados e promover as exclusões, que deverão ser feitas nos termos da lei;
- b) fiscalizar o processo de qualificação dos novos eleitores, cooperando eficazmente no sentido de serem incluídos, os alistando que o devam ser, enredando os óbices que sobrevieram para dificultar aos interessados a entrega do respectivo título;
- c) acompanhar o processo da eleição, fiscalizando a sua regularidade, para assegurar a expressão da verdade eleitoral
- d) designar, para eficácia de sua ação, nas localidades, representantes de sua confiança.

Segundo – O Governo Federal, com a cooperação do Governo do Estado, este por meio de sua representação no Congresso, promoverá o adiamento das próximas eleições federais para maio, época em que devem estar feitas as reformas constitucionais assentadas.

Terceiro – O Governo Federal, por intermédio de outro delegado seu com tantos representantes quantos forem necessários, exercerá vigilância eficaz em todas as localidades onde julgar preciso garantir os direitos individuais contra qualquer gênero de pressão facciosa ou partidária.

Quarto – Os representantes do Governo Federal, em ação harmônica com o Governo do Estado, providenciarão para a efetivação de todas as garantias, quer no que respeita ao serviço eleitoral, quer no que concerne aos direitos individuais, promovendo junto ao Governo da União ou do Estado, como convier, as medidas reclamadas.

Quinto – Esta situação perdurará até que, a juízo do Governo Federal, se tornem dispensáveis as garantias especiais indicadas, por ter entrado a situação do Rio Grande na definitiva normalidade.

Sexto – Logo que seja declarada a paz, o armamento das tropas revolucionárias será recebido pelos oficiais do Exército que forem para isso designados. Os corpos provisórios que forem mantidos, depois de pacificados o Estado, terão um caráter policial e poderão ser organizados militarmente.

Sétimo – O Governo do Estado, solicitará da Assembléia dos Representantes, autorização para relevar quaisquer direitos de contribuintes que tiverem pago anteriormente as autoridades revolucionárias, desde que estas tenham feito a arrecadação de conformidade com as leis e regulamentos do Estado.

Oitavo – As requisições feitas de contribuições de guerra, impostas pelos revolucionários, serão satisfeitas, bem como indenizados os danos causados a particulares de qualquer facção; o Governo Federal se responsabilizará por esses pagamentos, nomeando uma comissão de árbitros, composta de um representante seu, e outro do Governo do Estado e do exército dos revolucionários para o fim de examinar a procedência a legitimidade das reclamações e avaliação do “quantum” de cada reclamante, e marcará, para isso, prazo para a apresentação de tais reclamações.

Nono – O General Setembrino irá pessoalmente ao Estado, afim de assegurar todas as garantias indicadas

As dezesseis horas do dia quinze, no salão de honra do Palácio da Presidência, presentes as autoridades e demais pessoas que esta subscrevem, foi, pelo Dr. Borges de Medeiros, assinado o protocolo de pacificação do Rio Grande do Sul, apresentado a S.Ex. pelo major Euclides de Figueiredo, oficial de gabinete do Sr. Ministro da Guerra, representante do Sr. Presidente da Republicana mediação amistosa para a cessação da luta. Para constar lavrada a ata, será por todos assinada.”

## ANEXO 2

Lista de Novos Eleitores Qualificados em alguns municípios do Rio Grande do Sul  
conforme: A Federação – 3 de abril de 1924 – Qualificação eleitoral – Capa.

	Republicanos	Libertadores	Total
Alegrete	525	356	881
Alfredo Chaves	23	10	33
Antonio Prado	207	298	805
Arroio Grande	-	-	-
Bagé	477	241	718
Bento Gonçalves	386	50	436
Bom Jesus	180	8	188
Caçapava	-	-	-
Cachoeira	1.330	436	1766
Cangussú	45	41	86
Caxias	462	455	917
Conceição do Arroio	221	5	226
Cruz Alta	709	131	840
Dom Pedrito	36	8	41
Dores de Camaquan	48	12	60
Encantado	209	10	219
Encruzilhada	329	198	527
Erechim	1.595	206	1801
Estrela	-	-	-
Garibaldi	-	-	-
Gravataí	393	114	507
Guaporé	19	0	19
Herval	68	59	127
Ijuí	70	6	76
Itaqui	-	-	-
Jaguarão	121	33	154
Jaguari	147	49	196
Júlio de Castilhos	234	80	314
Lageado	321	138	459
Lagoa Vermelha	604	151	755
Lavras	-	-	-
Livramento	746	220	966
Montenegro	1.081	460	1544
Palmeira	621	80	701
Passo Fundo	1.031	333	1364
Pelotas	1.065	685	1750
Pinheiro Machado	78	36	114
Piratini	55	15	70
Porto alegre	-	-	-
Quarai	132	130	262
Rio Grande	1.084	547	1631
Rio Pardo	540	300	840
Rosário	352	258	620
Santa Cruz	601	88	689
Santa Maria	1.137	630	1767

Santa Vitória	201	94	295
Santiago do Boqueirão	670	173	843
Santo Amaro	135	98	233
Santo Ângelo	1.720	130	1850
Santo Antonio	63	57	120
São Borja	253	116	369
São Francisco de Assis	131	75	206
São Francisco de Paula	379	164	543
São Gabriel	-	-	-
São Jerônimo	100	29	129
São João de Camaquan	275	172	447
São Jose do norte	25	15	40
São Leopoldo	103	27	130
São Lourenço	-	-	-
São Luiz Gonzaga	1.402	448	1550
São Sebastião do Cai	-	-	-
São Sepé	-	-	-
São Vicente	239	105	344
Soledade	1.412	374	1789
Taquara	16	4	20
Taquari	461	229	690
Torres	210	121	331
Triunfo	293	177	470
Uruguaiana	631	284	915
Vacaria	424	18	442
Venâncio Aires	1871	43	1914
Viamão	220	180	400
Total	23.819	9.711	38.530

Além desta lista foram qualificados mais 8019 republicanos e 1724 libertadores que foram inscritos nos municípios que não constam na presente lista provavelmente a sua grande maioria no município de Porto Alegre. Somando então 31.838 republicanos, 11.435 liberais e um total de 43.273 novos eleitores inscritos.

Os números finais contando os já qualificados somados aos qualificados este ano totalizam 186.835 republicanos e 31.816, libertadores ou coligados.

Estes números foram apresentados pelo jornal A Federação.

### ANEXO 3

Votação obtida pelos candidatos na eleição de 3 de maio de 1924, segundo: A Federação – 26 de maio de 1924 – Capa.

Para senador

Candidato	Nº Votos
Vespucio de Abreu	75.159
Assis Brasil	44.024

Para deputados

1º distrito

Candidato	Nº Votos
Lindolfo Collor	26.817
Carlos Penafiel	26.669
João Simplicio	26.710
Álvaro Batista	26.353
Firmino Paim Filho	26.602
Wenceslau Escobar	32.059
Plínio Casado	31.604
Lafayette Cruz	28.212
José Julio	320

2º Distrito

Candidatao	Nº Votos
Nabuco Gouvêa	30.016
Flores da Cunha	29.903
Sergio de Oliveira	29.915
Getúlio Vargas	29.913
Baptista Luzardo	25.060
Arthur Caetano	25.037

3º Distrito

Candidatao	Nº Votos
Simões Lopes	20.076
Dom. Mascarenhas	20.209
Joaquim Osório	20.123
Barbosa Gonçalves	20.115
Pinto da Rocha	20.409
Maciel Junior	19.342
Baptista Pereira	14.878
Paulo Labarthe	1.180

Dados referentes ao resultado da eleição de 1924 encontrados no Jornal *Correio do Povo* – 11 de maio de 1924 – Resultado Completo da Eleição de 3 de maio – p-3.

RESULTADO COMPLETO DA ELEIÇÃO DE 3 DE MAIO											
1º DISTRICTO											
MUNICIPIOS	Para Senador			Para Deputados							
	Vespucio d Abreu	Assis Bras	Alvaro B. plista	Carlos Pe nache	Lindofo Colior	Firmino Palm Filho	João Sam pício	Plinio Ca sato	Leopoldo Cruz	Wencesla Escobar	João Julio
Porto Alegre *	8.096	5.213	7.950	7.982	7.959	7.951	8.004	9.038	8.002	8.569	22
Viamão *	731	423	731	731	731	731	731	814	538	823	7
Gravatahy *	1.078	405	1.039	1.059	1.073	1.090	1.069	683	689	706	1
S. Leopoldo *	1.816	1.016	1.799	1.804	1.879	1.799	1.799	1.724	1.636	1.686	1
Taguara *	2.035	576	2.029	2.029	2.029	2.029	2.029	1.029	883	1.035	1
S. Francisco de Paula *	720	294	728	728	728	733	728	381	478	496	1
Santo Antonio *	1.135	791	1.139	1.139	1.139	1.139	1.139	1.265	1.349	1.287	1
Conceição do Arroio *	1.022	136	1.022	1.022	1.022	1.022	1.022	207	141	217	1
Torres *	531	57	531	531	531	531	531	91	104	90	1
Alfredo Chaves *	677	911	680	630	630	690	680	1.829	907	1.824	1
Antonio Prado *	217	339	217	217	217	217	217	435	553	547	1
Bento Gonçalves *	633	554	633	634	635	665	665	1.017	833	945	1
Caribaldi *	475	539	475	475	475	475	475	1.049	708	973	1
Caxias *	1.015	1.771	1.023	1.023	1.023	1.023	1.023	2.894	2.716	3.180	1
S. Sebastião do Cabu *	1.433	519	1.433	1.023	1.023	1.023	1.023	1.055	792	1.073	1
Montenegro *	1.707	1.264	1.720	1.721	1.721	1.721	1.721	2.347	1.845	2.553	1
Triunfo *	429	184	429	429	429	429	429	324	278	323	1
Estrela *	956	877	935	935	1.016	971	936	1.499	1.438	1.461	1
Lagoado *	1.204	754	1.206	1.206	1.206	1.206	1.206	1.232	1.277	1.221	1
Guaaporé *	667	774	635	635	665	665	665	1.284	1.270	1.275	1
Venâncio Ayres *	825	452	825	825	826	826	826	248	250	248	1
Taguara *	839	626	846	846	846	846	846	1.041	1.021	1.021	1
Santo Amaro *	275	265	277	275	275	275	275	451	439	441	1
Encantado *	220	304	220	220	220	220	220	430	420	420	1
Total	28.574	18.800	28.220	28.225	28.332	28.291	28.265	32.483	28.720	32.824	220

2º DISTRICTO										
MUNICIPIOS	Para Senador			Para Deputados				Arthur Caetano	Baptista Luzardo	Luiz de Almeida Junior
	Vespucio de Abreu	Assis Brasil	Tabaco de Gouveia	Sergio de Oliveira	Galbatio Vargas	Flores de Cunha				
Alegrete *	921	710	919	920	920	922	1.466	1.468	1.468	1
Bom Jesus *	515	415	533	583	583	583	230	230	230	1
Castrobra *	2.291	1.297	2.199	2.199	2.199	2.199	2.602	2.602	2.602	1
Cruz Alta *	1.975	626	1.975	1.975	1.975	1.975	1.254	1.254	1.254	1
Erechim *	713	499	713	713	713	713	824	810	810	1
Luby *	1.153	323	1.153	1.153	1.156	1.156	650	650	650	1
Itaqui *	610	267	634	636	634	636	650	650	650	1
Julio de Castilhos *	819	550	853	850	850	850	1.098	1.106	1.106	1
Jaguary *	337	141	372	372	372	372	457	458	458	1
Lagoa Vermelha *	1.198	416	1.198	1.198	1.198	1.198	888	888	888	1
Palmeira *	1.061	—	1.061	1.061	1.061	1.061	—	—	—	1
Pasto Fundo *	2.613	1.310	2.621	2.621	2.620	2.624	2.708	2.810	2.810	1
Quaray *	399	335	399	399	399	399	666	666	666	1
S. João do Sul *	1.266	770	1.264	1.264	1.264	1.264	1.544	1.544	1.544	1
Santo Angelo *	2.158	288	2.188	2.148	2.148	2.148	568	572	572	1
Santa Cruz *	1.557	581	1.558	1.558	1.557	1.557	1.170	1.170	1.170	1
Santa Maria *	1.863	1.205	1.860	1.860	1.860	1.860	2.402	2.410	2.410	1
S. Borja *	1.314	640	1.324	1.324	1.345	1.325	1.272	1.267	1.267	1
S. Francisco de Assis *	349	124	348	348	348	348	246	246	246	1
S. Luiz *	1.602	302	1.602	1.602	1.602	1.602	604	604	604	1
Santiago do Boqueirão *	564	274	564	564	564	564	548	548	548	1
S. Vicente *	348	284	348	348	348	348	448	448	448	1
Soledade *	1.250	562	1.250	1.250	1.250	1.250	1.124	1.124	1.124	1
Uruguaiana *	1.098	786	1.093	1.107	1.093	1.150	1.523	1.607	1.607	1
Vacaria *	1.914	484	1.911	1.911	1.911	1.911	968	968	968	1
Total	29.831	12.911	29.996	29.970	29.973	30.015	25.910	25.930	25.930	6

### 3.º DISTRICTO

MUNICIPIOS	Para Senador			Para Deputados						
	Vespucio de Abreu	Assis Brasil	Domingos Mascarenha	José Barbosa Gonçalves	Joaquim Laluz Osorio	Hildefonso Simões Lopes	Pinto da Rocha	Baptista Pereira	Maciel Junior	Labarthe
Arroio Grande *	578	228	578	576	576	576	—	920	—	—
Bagé *	2.004	1.600	2.011	2.004	2.004	2.004	3.200	40	3.163	7
Caçapava *	558	739	557	557	557	557	2.937	7	45	—
Cangussu *	555	1.237	953	958	958	958	2.559	4	2.397	—
D. Pedrito *	1.047	908	1.069	1.033	1.033	1.033	1.880	2	2.088	86
Dôres Camaquã *	263	234	235	265	265	265	—	770	—	—
Encruzilhada *	741	593	741	741	741	741	1	1.184	1.184	—
Herval *	234	223	234	264	264	264	892	—	—	—
Jaguarão *	601	252	604	604	604	604	1.000	2	2	—
Lavras *	491	393	491	491	491	491	—	—	1.572	—
Livramento *	1.534	296	1.534	1.534	1.534	1.534	—	494	512	1.328
Pelotas *	3.220	1.840	3.226	3.304	3.306	3.308	3.631	3.605	78	—
Pinheiro Machado *	602	381	520	496	496	496	760	—	762	—
Piraimy *	480	572	480	480	480	480	—	—	2.268	—
Rio Grande *	2.332	1.171	2.336	2.356	2.356	2.362	4.976	8	60	—
Rosario *	710	505	710	710	710	710	—	2.020	—	—
S. Gabriel *	805	975	803	803	803	803	34	1.916	1.908	—
S. Jeronymo *	668	552	668	668	668	668	—	2.208	—	—
S. João Camaquã *	443	453	413	413	413	413	—	—	1.772	—
S. José do Norte *	467	306	467	467	467	467	—	612	612	—
S. Lourenço *	621	308	621	621	621	621	1.232	—	—	—
S. Sepé *	467	575	468	468	468	468	6	1.168	1.170	—
Sta. Vict. Palmar *	525	296	524	525	524	529	—	1.192	—	—
<b>Total, . . .</b>	<b>20.381</b>	<b>14.724</b>	<b>20.396</b>	<b>20.338</b>	<b>20.339</b>	<b>20.352</b>	<b>23.411</b>	<b>13.122</b>	<b>19.563</b>	<b>1.368</b>



CIP – Catalogação na Publicação

---

B172r Balbinot, Jonas

Relações de poder : Getúlio Vargas e Borges de Medeiros  
(1922-1928) / Jonas Balbinot. – 2008.  
152 f. ; 30 cm.

Orientação: Profª Drª. Janaína Rigo Santin.

Co-orientação: Profª Drª. Ana Luiza Gobbi Setti Reckziegel.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo  
Fundo, 2008.

1. Medeiros, Borges, 1863-1961 – Política e governo.
2. Vargas, Getúlio, 1883-1954 – Política e governo. 3. Poder  
(Ciências sociais). I. Santin, Janaína Rigo, orientadora.  
II. Reckziegel, Ana Luiza Gobbi Setti, orientadora. III. Título.

CDU : 981

---

Catálogo: bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569